



**Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador**

2016





## FERNANDO HADDAD

**Prefeito**

**LUCIANA TEMER**

**Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**

**CRISTINA CORDEIRO**

**Secretária Adjunta de Assistência e Desenvolvimento Social**

**ISABEL CRISTINA BUENO DA SILVA**

**Coordenadora da Proteção Social Especial**

**BENEDITO DOMINGOS MARIANO**

**Secretário Municipal da Segurança Urbana**

**ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS**

**Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo**

**LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO**

**Secretário Municipal de Coordenação das Subprefeituras**

**MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO**

**Secretária Municipal de Cultura**

**NADIA CAMPEÃO**

**Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do**

**Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador**

**Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo**

**Secretária Municipal de Educação**

**WALID MAHMUD SAID SHUQAIR**

**Secretário Municipal de Espertes, Lazer e Recreação**

**MARCO ANTONIO MARQUES DE OLIVEIRA**

**Secretário Municipal de Gestão**

**ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA**

**Secretário Municipal de Saúde**

**RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA**

**Secretário Municipal de Verde e Meio Ambiente**

**FELIPE DE PAULA**

**Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**

### Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo

Coordenação: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo Secretária Municipal: Luciana Temer

Coordenação de Proteção Social Especial: Isabel Cristina Bueno da Silva

### – Conselho Municipal de Assistência Social – SP:

Daniel Marins Silva Cassia Goreti da Silva

### – Conselhos Tutelares representados pela Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo:

Luciana Lima Koga Rudneia Alves Arantes

### – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC:

Mauro Caseri Fabio de Godoy

### – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – SMDTE:

Luciana Cavalcanti Claudete Dias Silva

### Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSP:

Mario Fernando Petrilli Nascimento Roberto Koguruma

### Secretaria Municipal de Cultura:

Amilcar Ferraz Farina

Patricia de Sales Veiga Sanches

### Secretaria Municipal de Educação:

Thais Romoli Tavares Jane Reolo da Silva

### Secretaria Municipal de Assistência e desenvolvimento Social – SMADS:

Gabriela Moccia de Oliveira Cruz Maria Inês Shigekawa

### Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SMVMA

Maria Jose de Andrade Filha

### Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão –SEMPLA

Ana Clara Miestaines Karepovs Pamella de Cicco Canatto

### Secretaria Municipal de Segurança Urbana/Guarda Civil Metropolitana

Euclides Conradim

João Paulo Guilherme dos Santos

### Demais órgãos e representações da Sociedade Civil, nos termos do art. 5º., do Decreto nº.47.225/2006:

1. **Vara Central da Infância e Juventude:**

Germanne Patricia Bezerra Matos

1. **MPT/PRT da 2ª região:**

Elisiane dos Santos Sandra Lia Simon

1. **Fórum Paulista de Prevenção e erradicação do Trabalho Infantil:**

Evanice Gomes de Oliveira

1. **Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo:**

Carolina Vanderlei Castro de Almeida Alice Grant Marzano

1. **Fundação Abrinq – Save the children:**

Andreia Lavelli Denise Maria Cesario

1. **Fundação Projeto Travessia:**

Juvandia Moreira Leite Clóvis Tadeu Dias

#### 7

8

**Colaboradores:**

**Ministério Público do Estado de São Paulo:**

Eduardo Dias de Souza Ferreira

### Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social:

Heder Sousa

### Secretaria Municipal de Segurança Urbana/GCM:

Rosangela Maria Almeida Prattes

### Secretaria Municipal de Saúde – SMS/COVISA

Claudia de Oliveira e Silva

Rita de Cassia Bessa dos Santos Rosaly D’ Aqui

### Consultora UNESCO/SMADS :

Renata Junqueira Ayres Villas Boas

### Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS:

Rita de Cassia M.de L. Siqueira – SMADS/CPSB Vanessa de Souza Ferreira – SMADS/CPSE Adriana Ignacio de Souza – SMADS/CGB

Vera Lúcia de F.Rosa – SMADS/CGB

Viviane Canecchio Ferreirinho – SMADS/COPS Pierre Rinco – SMADS/COPS

#### 9

**SIGLAS/ABREVIAÇÕES**



##### CADÚNICO CAT’e

CADÚNICO - Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAT’e - Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMETI - Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil CMD- CA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil COVISA - Coordenação de Vigilância em Saúde

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

COPS - Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social CRECEs - Conselho de Representantes do Conselho de Escola CRST -Centros de Referência em Saúde do Trabalhador

DREs - Diretorias Regionais de Educação ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FPETI - Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

GCM - Guarda Civil metropolitana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

INPETI - Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LISTA TIP - Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome MEC - Ministério da Educação MPT - Ministério Público do Trabalho MPSP – Ministério Público de São Paulo

MSP – Município de São Paulo

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NAAPA - Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações Não Governamentais ONU - Organização das Nações Unidas

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PECs - Projetos de Emenda à Constituição PBS – Programa Bolsa Família

PME - Plano Municipal de Educação

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

**CLT CMETI CMDCA CNAS COMAS**

**CONANDA CONAETI COVISA CPI**

**COPS CRAS CREAS CRECEs CRST DREs ECA FPETI FUMCAD GCM IBGE IPVS INPETI IPEA LISTA TIP LOAS**

**MDS MEC MPT MPSP MSP**

**MTE NAAPA OIT ONGs ONU PAEFI PAIF PBS PME PMSP**

Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo Consolidação das Leis do Trabalho

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Conselho Nacional de Assistência Social

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil Coordenação de Vigilância em Saúde

Comissão Parlamentar de Inquérito Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais Centro de Referência da Assistência Social

Centro de Referência Especializado da Assistência Social

Conselho de Representantes do Conselho de Escola Centros de Referência em Saúde do Trabalhador Diretorias Regionais de Educação

Estatuto da Criança e do Adolescente

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Guarda Civil metropolitana

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil Lei Orgânica da Assistência Social

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome Ministério da Educação

Ministério Público do Trabalho Ministério Público de São Paulo Município de São Paulo

Ministério do Trabalho e Emprego

Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem Organização Internacional do Trabalho

Organizações Não Governamentais

Organização das Nações Unidas

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

Projetos de Emenda à Constituição PBS – Programa Bolsa Família Plano Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de São Paulo

#### 11

**SIGLAS/ABREVIAÇÕES**

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PETECA - Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PCU - Plataforma de Centos Urbanos POT - Programa Operação Trabalho PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRF - Policia Rodoviária Federal

PRT - Programas de Transferência de Renda RAS - Rede de Assistência à Saúde

SEADE- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados SDH- Secretaria de Direitos Humanos

SEDS - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social SICON - Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família SIMASE – Sistema Municipal de atendimento Socioeducativo

SISA - Sistema de Atendimento ao Usuário da Assistência Social

SISRUA - Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua – Acolhimento SIVAT - Sistema de Vigilância de Acidente de Trabalho

SMC- Secretaria Municipal de Cultura SMS - Secretaria Municipal de Saúde SME- Secretaria Municipal de Educação

SMADS- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social SMDHC- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SMDTE- Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo SMELR- Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

SMVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificações SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UNICEF - Fundo das Nações Unidas parRuaa a InLíberfânciao Badaró, 561/569

Centro - São Paulo - CEP 01009-000 Fone: 3291-9666

Site: prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\_social/



##### PNAD PETECA PETI PCU POT PSB PSE

**PRONATEC PRF**

**PRT RAS SEADE SDH SEDS SICON SIMASE SISA SISRUA SIVAT SMC SMS SME SMADS SMDHC SMDTE SMELR SMVMA SINAN SUAS UNICEF**

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Plataforma de Centos Urbanos Programa Operação Trabalho Proteção Social Básica Proteção Social Especial

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Policia Rodoviária Federal

Programas de Transferência de Renda Rede de Assistência à Saúde

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Secretaria de Direitos Humanos

Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família Sistema Municipal de atendimento Socioeducativo

Sistema de Atendimento ao Usuário da Assistência Social

Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua – Acolhimento Sistema de Vigilância de Acidente de Trabalho

Secretaria Municipal de Cultura Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente Sistema de Informação de Agravos de Notificações Sistema Único de Assistência Social

Fundo das Nações Unidas para a Infância

#### 13

**SUMÁRIO**



##### SIGLAS/ABREVIAÇÕES, pg.11 RESUMO, pg. 17

**INTRODUÇÃO, pg. 19**

1. **PARTE: REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHOADOLESCENTE**
2. **Causas e efeitos do trabalho infantil, pg. 21**
3. **Marcos Legais, pg. 23**
4. **Referências para as Políticas Públicas Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil, pg. 26**
5. **PARTE: INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE**
6. **Panorama do Trabalho Infantil no Brasil, pg.30**
7. **Trabalho Infantil no Município de São Paulo e o Contexto Nacional, pg.32**
8. **Caracterização de ações de enfretamento e prevenção no município de São Paulo, pg.34**
   1. **Ministério Público do Estado de São Paulo, pag.38**
   2. **Ministério Público do Trabalho, pag. 39**
   3. **Câmara Municipal de São Paulo, pg. 42**
   4. **Vigilância em saúde: proteção ao jovem economicamente ativo, pg.42**
   5. **Assistência Social: identificação e enfretamento do trabalho infantil, pg.46**
   6. **Educação: prevenção ao trabalho infantil, pg. 57**
   7. **Cultura e Meio Ambiente: atividades de prevenção ao trabalho infantil, pg.58**
   8. **Trabalho: qualificação profissional, geração de renda e de trabalho decente,pg.62**
   9. **Direitos Humanos e Direito de cidadania, pg. 64**
9. **Desafios para o Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil e Proteção ao Jovem Adolescente, pg.68**
10. **PARTE: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS, pg. 69 REFERÊNCIAS, pg. 81**

**SITES, pg. 83**

**ÍNDICE DE TABELAS, pg.85**

**ANEXO 1 - Lista das piores formas de trabalho infantil – Lista TIP, pg. 87 ANEXO 2 - DECRETO Nº 47.225, DE 25 DE ABRIL DE 2006, pg. 101**

15

resumo

# RESUMO



Este documento apresenta a proposta elaborada pela Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo para o “Plano Municipal de erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador de SãoPaulo”.

A introdução a seguir resgata o processo participativo de elaboração do Plano e as etapas do trabalho que resultaram nesta versão final dodocumento.

A Parte I oferece um conjunto de referências conceituais e analíticas para compreensão sobre o trabalho infantil. Sintetiza o arcabouço legal que assegura o desenvolvimento de ações de enfrentamento ao traba- lho infantil e proteção ao jovem trabalhador no país e o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Ado- lescentes que referencia as políticas públicas de prevenção e erradicação nas esferas nacional e municipal.

A parte II apresenta um conjunto de dados quantitativos e qualitativos, indicadores e informações de di- versas fontes oficiais, incluindo o Censo 2010 e as PNADS do IBGE e a Fundação SEADE de São Paulo, que compõem um breve diagnóstico do trabalho infantil no Brasil, no estado de São Paulo e no município. Em seguida, caracteriza as ações de enfrentamento e prevenção desenvolvidas, entre 2014 e 2016, pelo Mi- nistério Público do Trabalho de São Paulo, por diversas Secretarias Municipais e algumas Organizações Não Governamentais, compondo um painel das intervenções realizadas no município que oferece importantes pistas para o Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Traba- lhador de São Paulo.

Na Parte III, são apresentadas as ações discutidas e propostas pela Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para a operacionalização do Plano Municipal e que foram concebidas de forma intersetorial, a partir de cinco diretrizes estratégicas:

1. - Identificação e caracterização das situações de trabalho infantil e de falta de proteção aos jovens trabalhadores no município;
2. – Formação e mobilização: envolver os mais diversos atores e segmentos sociais, como agentes públicos, conselhos, movimentos sociais, centrais sindicais, associações para participarem de ações de erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalho do jovem economicamenteativo;
3. - Promoção e fortalecimento das ações de proteção social para crianças, adolescentes e jovens para inclusão social, prevenção e combate ao trabalho proibido;
4. – Responsabilização, Fiscalização e Controle Social do trabalho infantil e da proteção ao jovem trabalhador; 5 – Monitoramento do Plano.

#### 17

INTRODUÇÃO

# INTRODUÇÃO



O Brasil tem uma legislação avançada no que se refere à proteção e regulamentação do trabalho de ado- lescentes e jovens, em sintonia com a Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Uni- das e da Organização Internacional do Trabalho.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proibição do trabalho para a faixa etária inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz que, por sua vez, só é permitido a partir dos 14 anos e em condições protegidas pela Lei da Aprendizagem. Mesmo assim, a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicí- lios 2014, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE) recentemente, indicou que, em comparação aos dados de 2013, a exploração da mão de obra infantil no país cresceu 4,5% em 2014. Embora o número de crianças e adolescentes trabalhando no país seja quase um terço do registrado há uma década, a alta interrompe uma sequência de resultados positivos das políticas públicas de combate ao trabalho infantil e aponta novos desafios para sua completaerradicação.

O Município de São Paulo assumiu o compromisso de abolir o trabalho infantil junto ao Governo Federal e à sociedade. A Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI), criada pelo Decreto nº

47.225 de 25/04/2006 e reativada pela Portaria nº 11/SMADS/2014, reúne representações de diversos órgãos públicos e de organizações da sociedade civil e tem como atribuição desenvolver estratégias para a erradicação do trabalho infantil no município.

A Comissão, coordenada pela SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - foi a instância responsável pelo processo de elaboração do Plano Municipal e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador e contou com o apoio da UNESCO.

Inicialmente as representações da CMETI estabeleceram o roteiro para o desenvolvimento do Plano, sinto- nizado aos parâmetros estabelecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. Em seguida, contribuíram para o levantamento de dados, in- formações e para a caracterização das ações de enfrentamento e prevenção ao trabalho infantil e proteção aos jovens trabalhadores em curso nas diversas áreas. Paralelamente, a Comissão se reuniu mensalmente, de julho de 2015 a abril de 2016, para desenvolver propostas de ação para o Plano Municipal. Esse pro- cesso de trabalho resultou numa Versão Preliminar do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador que foi amplamente discutida, complementada, ajustada e enriquecida em debates com a participação de técnicos de diversos órgãos públicos, representações da sociedade civil, Conselho Municipal de Diretos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social. Além disso, o documento foi apresentado em duas audiências públicas organizadas para este fim, em maio de 2016, e disponibilizado para consulta pública e envio de contribuições ao documento final no site da SMADS.

O processo participativo para a elaboração do Plano contribuiu para a construção de uma proposta com sustentabilidade, aberta a novas sugestões e aperfeiçoamentos e que, principalmente, conta com ocom- prometimento dos principais atores sociais envolvidos para sua efetivação.

#### 19

PARTE I - REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE

# PARTE I - REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE



### Causas e Efeitos do Trabalho Infantil e Adolescente

"A definição de Trabalho Infantil está relacionada às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevi- vência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente e jovem tra- balhador, é considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 19981".

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil 2011, em consonância com as resoluções e recomendações da OIT – Organização Interamericana do Trabalho destaca as atividades exercidas por in- divíduos com menos de 18 anos caracterizadas entre as piores formas de trabalho como focos prioritários das políticas sociais de erradicação de trabalho infantil2. Sãoessas:

1. todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujei- ção por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
2. utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;
3. utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e o tráfico de drogas, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
4. trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptiveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

E o Plano Nacional também define, seguindo a recomendação 190 da Convenção nº 182 da OIT, como critério para determinar as piores formas de trabalhos as seguintes modalidades de exploração da mão de obra infantil:

1. trabalho que expõe crianças a abusos físicos, psicológicos ousexuais;
2. trabalho embaixo da terra, embaixo da água, em alturas perigosas ou em espaçosconfinados;
3. trabalho com maquinaria, equipamento e ferramentas perigosas, ou que envolva manusear ou trans- portar cargaspesadas;
4. trabalho em ambientes insalubres que possa, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a níveis de temperatura, ruído ou vibração que possam ocasionar danos à saúde;
5. trabalho em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas jornadas, durante a noite, ou atividade em que a criança é confinada no local detrabalho.

O trabalho infantil tem raízes históricas e socioculturais na sociedade brasileira e motivações econômicas que conformam um conjunto de questões complexas para sua efetiva compreensão e enfrentamento. As causas do trabalho infantil podem ser sintetizadas em três vertentes, com base na

diversidade de estudos e pesquisas sobre o problema:

##### A pobreza e o perfil socioeconômico da família

Diversos estudos apontam que a necessidade econômica de manutenção da família é um dos fatores cen- trais de estimulo ao trabalho infantil. Em decorrência do impacto que o trabalho na infância tem sobre a renda ao longo da vida, estudos analisam que o trabalho infantil cria um “círculo vicioso” entre gerações. A participação de crianças e adolescentes para aumentar a renda da família e consequente deterioração na sua educação se reflete futuramente em baixa qualificação profissional e em salários inferiores. Desse modo, haverá uma maior necessidade de seus filhos também trabalharem na infância, caracterizando-se uma “armadilha” do trabalho infantil (EMERSON E SOUZA, 2006).

1. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2011-2015 do Governo Federal.
2. Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação (n. 182), 1999, Artigo 3º, Organização Internacional do Trabalho (OIT) )

21

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Mas, se por um lado, verifica-se que com maiores níveis de renda da família há menor probabilidade de uma criança entrar no mercado de trabalho, por outro, evidências empíricas indicam que a relação entre trabalho infantil e renda não é tão clara (KASSOUF, 2002), outros fatores também tem forte influência na inserção de crianças no mercado de trabalho.

##### O peso da cultura na positivação do trabalho infantil

O trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, ao longo da história, tem sido valorizado na mentalidade da sociedade brasileira, especialmente no caso de crianças que vivem em condições de pobreza, de exclu- são e de risco social. Aspectos culturais influenciados pelas desigualdades econômicas, exclusão social e discriminações de gênero e raça contribuem para imprimir sentidos e valores positivos ao trabalho infantil que moldam atitudes e comportamentos que legitimam a sua reprodução através de gerações.

Um conjunto de crenças ou mitos compõe as representações sociais sobre trabalho infantil no imaginário social nacional que associam:

* o trabalho como solução para pobreza;
* o trabalho como protetor, uma forma de prevenção de crianças e adolescentes da marginalidade;
* o trabalho como disciplinador, uma alternativa a ociosidade infanto-juvenil;
* o trabalho como formador, um caminho de preparação da criança e do adolescente para a vida e para o mundo do trabalho e para a construção de uma carreira de futuro;
* o trabalho como “enobrecedor”, uma preparação moral para a vida, que dignifica e formacaráter.

Ao contrário, esses mitos em determinadas situações contribuem para expor as crianças e adolescentes a situações de risco em que não contam com a proteção da família e apenas do empregador; comprome- tem a sociabilidade e interação nos espaços públicos; reforçam visão superada de que o trabalho como ocupação é solução para a criminalidade. Além disso, associam pobreza com criminalidade de forma pre- conceituosa, desconsiderando os direitos conquistados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. A superação dos mitos legitimadores do trabalho infantil é um desafio permanente.

##### Ausência ou fragilidade das políticas públicas:

A falta de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias ou a falta de universalização de políticas e serviços públicos contribuem para o baixo estimulo às crianças e adolescentes de compro- metimento com os estudos, com o autocuidado e com seu próprio desenvolvimento pessoal. A falta de perspectiva de vida é um dos fatores que levam a criança ou o adolescente a trabalhar precocemente. Ea educação é fundamental nesse debate. Meninos e meninas que estão na escola são menos vulneráveis à exploração de mão de obra antes da idade permitida, de acordo com diversos estudos.

##### Consequências do trabalho infantil para as crianças e adolescentes

O trabalho infantil resulta em diversos prejuízos ao desenvolvimento humano das crianças e adolescentes, tem efeitos complexos, principalmente nas condições econômicas, sociais, educacionais, bem como no de- senvolvimento físico, psíquico e cognitivo. O UNICEF3 e diversos estudos apontam que os danos causados às crianças e aos adolescentes explorados no trabalho são irreparáveis e não há como compensar a perda das etapas de desenvolvimento humano que devem ser vivenciadas neste ciclo de vida desde a infância, por todas as pessoas, ricas e pobres.

Em relação aos danos físicos, pesquisas comprovaram que meninos e meninas trabalhadores são mais vulneráveis às condições de trabalho por terem resistência limitada e estarem mais sujeitos a acidentes, a maior ocorrência de doenças do trabalho ao assumirem responsabilidades incompativeis com suas etapas de desenvolvimento. , Nem sempre eles também estão preparados para avaliar os riscos que podem ser gerados pelo trabalho e seus efeitos em longo prazo, o que amplia a possibilidade de submissão a con- dições adversas. O relatório “Crianças em um mundo urbano”, publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância em 2012, também destaca que o trabalho infantil está frequentemente associado a atos de violência e abusos, tanto quando exercido nas ruas como no ambientedoméstico.

1. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR_SOWC_2012.pdf>

#### 22

PARTE I - REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE

Alguns estudos revelam ainda que a entrada antecipada no mercado de trabalho pode afetar a saúde na vida adulta. De acordo com Kassouf (2002), as chances de um indivíduo adulto declarar que tem uma saú- de pior são elevadas quando este declara ter iniciado no mercado de trabalho antes dos 10 anos de idade. Essa probabilidade diminui para aqueles que começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos e é ainda menor para os indivíduos que começaram a trabalhar após os 15 anos.

Os danos sociais causados pelo trabalho infanto-juvenil são mais visíveis no atraso e evasão escolar com consequências para uma futura inserção no mundo do trabalho. Cavalieri (2002) analisou o efeito do tra- balho infantil no desempenho escolar no curto prazo. A autora verificou que o desempenho escolar das crianças que trabalham é, em média, inferior ao desempenho daquelas que não trabalham. Estimou que a probabilidade de obter aprovação na escola reduz aproximadamente 17,2%, a de progresso diminui 24,2% e a de evasão aumenta 22,6% quando a criança exerce algum tipo de atividade econômica, mesmo que não remunerada. Apesar de trabalho e escola não se mostrarem atividades excludentes, o fato de a criança trabalhar é determinante na decisão de largar os estudos. Dos 22,6% de crianças que deixaram de frequentar a escola 21,1 pontos percentuais (93,4%) podem ser explicados pelo exercício de alguma forma de trabalho.

As crianças e os adolescentes que não estudam constituem uma força de trabalho desqualificada para as atividades produtivas no comércio, indústria, agricultura, setor de serviços ou para as profissões liberais. Obrigados a complementar ou, até mesmo, prover o orçamento doméstico, expulsos para as ruas pela violência doméstica, tráfico de drogas ou estimulados pela ainda existente cultura do incentivo ao trabalho precoce, estabelece-se um círculo vicioso. Quanto mais a criança e o adolescente são absorvidos pelotra- balho, maior é a possibilidade de terem um mau desempenho escolar ou de abandonarem aescola.

A percepção da “naturalização” do trabalho infantil, ou seja, do modo como a sociedade enxerga o traba- lho infantil que favorece a entrada precoce no mercado de trabalho, passou a ser debatida amplamente a partir da década de 80, quando o tema passou a ocupar lugar de destaque na agenda nacional. A partir da Constituição Brasileira de 1988, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e sujeitos de direitos, que passou a ser o principal motivo para a erradicação do trabalho infantil e não somente por causa de suas consequências. Os avanços na área se deram tanto no reordenamento jurídico como nos resultados obtidos por políticas públicas de enfrentamento, que são reconhecidos em âmbito nacional einternacional.

Mas, de acordo como o diagnóstico apresentado no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Traba- lho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente (2011-2015), “mesmo depois de muitos anos de luta contra o trabalho infantil, a mentalidade que durante séculos levou crianças ao trabalho ainda está pre- sente em muitos setores da população brasileira. Crianças e adolescentes submetidos à criminalidade, ao narcotráfico, à exploração sexual e a condições análogas à escravização, dentre outras atividades classifica- das como as piores formas de trabalho infantil, revelam como persiste no país uma mentalidade perversa, capaz de negar a própria condição de ser humano às novas gerações de cidadãos e cidadãs”.

### Marcos Legais

O Brasil é referência na comunidade internacional no que se refere aos esforços para a prevenção e eli- minação do trabalho infantil. Desde meados da década de 1980, a ampla mobilização social na defesa dos direitos da infância e adolescência culminou em avanços jurídicos significativos e na organização das políticas públicas responsáveis pela redução do trabalho infantil no país, em sintonia com os parâmetros internacionais que foram estabelecidos em acordos firmados entre os países.

##### Marcos Internacionais

Nas últimas décadas, foram adotadas importantes normas internacionais4 sobre o trabalho infantil com as quais o Brasil assumiu compromissos que contribuíram para impulsionar a criação de um sólido arcabouço legal para enfretamento do problema no país:

1. O relatório" TRABALHO INFANTIL: Uma agenda rumo ao cumprimento das metas de erradicação", das Nações Unidas, Brasília, março de 2015, apresenta um panorama das normativas internacionais sobre trabalho infantil, a partir do qual foi realizada a síntese abaixo. Disponível em https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/06/Trabalho-infantil\_final.pdf

23

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

* + Em 1966 o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconheceu a necessidade de estabelecer uma idade mínima na qual o trabalho infantil deveria ser proibido e punido por lei (art. 10.3).
  + Em 1973 a Convenção nº 138 sobre a Idade mínima para admissão ao emprego, adotada pela Organi- zação Internacional do Trabalho (OIT) se tornou a normativa internacional central para o enfrentamento ao Trabalho Infantil ao estabelecer que todo país que a ratifica deve especificar, em declaração, a idade mínima para a entrada no mercado de trabalho em todos os setores. Até hoje a Convenção foi ratificada por 167 dos 185 Estados Membros da OIT.
  + Em 1989 a 1ª Convenção Internacional dos Direitos da Criança, promovida pelas Nações Unidas, expres- sa em seu Artigo 32 o direito universal à proteção “contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde o para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social”. O texto é considerado um dos mais importantes tratados de direitos humanos.
  + Em 1998 a OIT adotou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho em que a abo- lição do trabalho infantil foi definida como um dos direitos e princípiosfundamentais.
  + Em 1999 a Convenção nº182 da OIT normatizou a prioridade à erradicação das “Piores Formas de Tra- balho Infantil” e categorizando-as, indicando que cada país deve destabelecer sua própria lista de “Piores Formas de Trabalho Infantil”, em consulta a organizações de trabalhadores e empregadores. Tornou-se a convenção mais amplamente adotada na história da OIT, tendo sido ratificada até agora por 179 dos seus 185 Estados-Membros.
  + Em 2002, a OIT definiu o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, o 12 de Junho. No Brasil, a lei nº 11.542/07 instituiu a data também como Dia Nacional de Combate aoTrabalhoInfantil.
  + Em 2006, a OIT estabeleceu um Plano Global de Ação definindo a meta de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015. A Agenda Hemisférica do Trabalho Decente discutida na Reunião Regional Americana da OIT realizada em Brasília reafirma essa meta para a região das Américas e define também a meta de eliminar o trabalho infantil em todas as suas formas até 2020.
  + Em 2010, na II Conferência Global contra o Trabalho Infantil, organizada pela ONU em Haia, a meta de eliminação das piores formas de trabalho infantil foi incorporada. Participaram mais de 450 delegados re- presentantes de 80 países, que assinaram o documento que caracteriza a abolição do trabalho infantil como uma “necessidade moral”.
  + Em 2013, a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada no Brasil, reuniu mais de mil pesso- as, entre líderes mundiais, representantes de organizações internacionais e não governamentais e resultou na “Declaração de Brasília”, que destacou a necessidade de “acelerar os esforços em todos os níveis para erradicar o trabalho infantil, em particular suas piores formas até 2016”.

Desde a década de 1980, o Brasil é signatário de todos os tratados de proteção à infância e sobre o trabalho infantil, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Além das convenções internacionais ratifica- das pelo país, a legislação brasileira incorporou claros dispositivos que estabelecem a proibição do trabalho infantil e a proteção aos direitos das crianças eadolescentes.

##### Marcos Legislativos Nacionais

A primeira lei brasileira de proteção do trabalho de crianças e adolescentes é de 1891: proibia o trabalho noturno em algumas atividades, estabelecia idade mínima de 12 anos e estipulava que a jornada de traba- lho máxima seria de sete horas. O Código de Menores, de 1927, manteve os 12 anos como idade mínima para o trabalho, mas proibia o trabalho noturno para menores de 14 anos, bem como o realizado em pra- ças públicas.

A Constituição Federal de 1934 proibia qualquer forma de trabalho a crianças menores de 14 anos, o traba- lho noturno aos menores de 16 e o exercido em indústrias insalubres aos menores de 18 anos. Doze anos depois, a Constituição de 1946 ampliou para 18 a idade mínima para o trabalho noturno. Nos

primeiros anos do governo militar, em 1967, o Decreto de Lei 229 reduziu a idade mínima dos aprendizes de 14 para 12 anos. O limite subiu para 14 anos em 1974.

Mas é na década de oitenta, após 18 meses de trabalho da Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, que avanços na área social colocam em desta- que os diretos das crianças e adolescentes e introduzem um novo modelo de gestão das políticas sociais prevendo a participação ativa das comunidades através dos conselhos deliberativos e consultivos.

#### 24

PARTE I - REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE

* + A Constituição de 1988, em seu artigo 227, reconhece os direitos das crianças dentro do princípio da proteção integral:

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, cultura, digni- dade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade eopressão.

O Art. 7º do Capítulo II - Direitos Sociais, no seu inciso XXXIII - proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, o que retrata um avanço no enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil.

* + O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos artigos 60 e 69 estabelece a proibição do trabalho infantil e a proteção ao adolescente trabalhador. O ECA prevê também a implementação de um Sistema de Garantia de Direitos. Os Conselhos de Direitos, de âmbito nacional, esta- dual e municipal são responsáveis pela formulação das políticas de enfrentamento ao trabalho infantil, de proteção ao adolescente trabalhador e pelo controle social. E os Conselhos Tutelares são corresponsáveis, em parceria com o Ministério Público e o Juizado da Infância e da Adolescência, por acompanhar e comba- ter quaisquer ameaça e violação os direitos das crianças e dos adolescentes e zelar pelo cumprimento do Estatuto.
  + A LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, promulgada em 7 de dezembro de 1993 (Lei nº 8.742), regu- lamenta os artigos 203 e 204 da Constituição, estabelecendo o sistema de proteção social para os grupos mais vulneráveis da população por meio de benefícios, serviços, programas e projetos, estabe- lecendo em seu em seu art. 2º, que a assistência social tem por objetivos a proteção à família, à infância e à adolescência, o amparo às crianças e aos adolescentes carentes, dentreoutros.
  + A Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998, proíbe o trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
  + O Brasil ratificou a Convenção nº 138 da OIT, em 28 de junho de 2001, que estabelece que todo país deve especificar, em declaração, a idade mínima para admissão ao emprego ou trabalho em qualquer ocu- pação e, em 2 de fevereiro de 2000, ratificou a Convenção nº 182 da OIT, que estabelece que os Estados- Membros devem tomar medidas para abolir as piores formas de trabalho infanto- juvenil.

A CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, instituída no ano 2000 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), teve como objetivo principal implementar as disposições das

Convenções nº 138 e 182 da OIT. Em 05 de fevereiro de 2001, foi publicada a Portaria nº 6 da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego, proibindo 14 tipos de trabalho ou ativida- des considerados perigosos – proibidos para menores de 18 anos.

* + O Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, definiu e ampliou a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), e estabeleceu que fosse revista periodicamente, se necessário, mediante consulta as organizações de empregadores e trabalhadores. A Lista TIP brasileira possui 93 atividades, dentre elas ati- vidades agrícolas e trabalho doméstico (ANEXO1).
  + Na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, o artigo 403 “Da proteção ao menor”, foi alterado pela Lei n° 10.097, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como “Lei da Aprendizagem” que eleva a idade mínima de 14 para 16 anos para inserção no mercado de trabalho.

A Lei do Aprendiz possibilita que jovens, entre 14 e 24 anos incompletos, ingressem no mercado de traba- lho com garantia dos direitos estabelecidos pela lei, como o acesso à educação. O contrato de aprendiza- gem não pode ter prazo para além de dois anos de duração e a carga horária diária de trabalho não deve exceder seis horas para aqueles que não completaram o Ensino Fundamental – sendo proibidas a prorro- gação e compensação de horários – e se já concluído, o limite diário é de oito horas. A contratação implica em inscrição em curso de ensino técnico e, caso o aprendiz não tenha concluído o Ensino Fundamental, matrícula e frequência à escola. As atividades não podem ser prejudiciais ao desenvolvimento do adoles- cente e nem interferir nos estudos regulares. O contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

#### 25

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Para os jovens entre os 16 e 18 anos é permitido entrar no mercado de trabalho, mas na forma de trabalho adolescente protegido: não pode ser em horário noturno, nem em atividades perigosas e insalubres. A contratação deve se dar por meio de carteira assinada.

Esses marcos legais acolheram as principais Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho infantil e criaram as condições para a efetivação de um novo paradigma na maneira de abordar o trabalho infantil no país e para a concretização de avanços nacionais no enfren- tamento do e trabalho infantil.

No entanto, os avanços no ordenamento jurídico brasileiro sobre o trabalho infantil ainda nãoencontram correspondência em mecanismos eficientes para assegurar o cumprimento dessa legislação.As normas jurídicas por si só não surtem efeitos, mas representam inegáveis conquistas que tem fundamentado a organização das políticas públicas que são hoje reconhecidas, em âmbito nacional e internacional, como responsáveis pela redução do trabalho infantil no Brasil.

Em 2015, ano em que se comemorou 25 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, o balanço das con- quistas alcançadas também aponta um conjunto de desafios para garantir a segurança jurídica do país para o enfretamento do trabalho infantil tais como:

* A rejeição de Projetos de Emenda à Constituição que propõem a redução da idade mínima para o traba- lho (PECs 18/2011, 035/2011 e 274/2013);
* A revogação do Ato e Resolução do Tribunal de Justiça de conceder autorizações judiciais para que ado- lescentes ingressem no mercado de trabalho antes da idade mínima permitida por lei. Ainda que a Cons- tituição seja clara na proibição do trabalho infantil, há juízes que emitem autorizações para que crianças e adolescentes trabalhem antes da idade permitida. Informações veiculadas pelo FNPETI5 registram 3.134 autorizações judiciais de trabalho em 2011. As ações dos juízes são fundamentadas por uma interpretação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que prevê autorizações judiciais quando a "ocupação é indis- pensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos";
* A revogação do art. 248 do Estatuto da Criança e do Adolescente que permite a regularização da guarda de adolescentes vindos de outras cidades para o serviço doméstico. O artigo estabelece prazo de cinco dias para que o responsável ou novo guardião apresente à Justiça de sua cidade o adolescente trazido de outra localidade para prestação de serviço doméstico, deixando uma brecha para a regularização do trabalho infantil. Recentemente, no dia 12 de agosto de 2015, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou parecer para sua revogação.

### Referências para as Políticas Públicas de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituiu o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constituído pela articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da socie- dade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Ao Sistema de Garantias de Direitos compete promover, defender e controlar a efetivação dos direitos em favor de todas as crianças e adolescentes; promover a integração do princípio do interesse superior da criança e do adolescente nos processos de elaboração e execução de atos legislativos, políticas, programas e ações públicas, bem como nas decisões judiciais e administrativas que os afetem; além de promover estudos e pesquisas, processos de formação de recursos humanos dirigidos aos operadores do sistema, assim como a mobilização do público em geral sobre a efetivação do princípio da prevalência do melhor interesse da criança e do adolescente.6

1. Disponível em <http://www.fnpeti.org.br/noticia/82-autorizacoes-de-trabalho-infantil-causam-polemica.html>
2. CONANDA Art. 2º da Resolução 113, de 19 de abril de 2006. Disponível <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/> resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view

#### 26

PARTE I - REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE

Para a implementação de políticas públicas para prevenção e erradicação do trabalho infantil em todas as esferas da federação, a consolidação de instâncias de diálogo entre a sociedade civil e o governo, as seguin- tes organizações tem desempenhado papel estratégico para legitimar e referenciar o desenvolvimento de propostas de ações nos estados e municípios do país:

**O CONANDA** – O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado por lei federal em dezembro de 1992. É um órgão deliberativo e controlador da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil brasileira e tem constituição paritária entre membros do governo e membros da sociedade civil organizada. Ao CONANDA compete elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e sobre a destinação de recursos desti- nados ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, fiscalizando as ações de execução; zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; apoiar a pro- moção de campanhas educativas, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dosmesmos.

##### O FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - Criado em 1994

**É** uma instância democrática de articulação e formulação de diretrizes, legitimado por representações de trabalhadores, empregadores, governo, ONGs, operadores do direito e organismos internacionais defesa da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. O Fórum tem exercido importante papel de coordenação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, sendo espaço de sensibilização emobili- zação de atores institucionais, governamentais e dasociedade.

Em 1996, para monitorar o problema e realizar a fiscalização de forma descentralizada, o Ministério do Trabalho e Emprego criou as Comissões Estaduais contra o Trabalho Infantil. Essas instâncias foram a base para a constituição dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador em todo o país.

Em 2003 o Fórum instituiu o INPETI, Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para apoiar técnica e financeiramente as ações estratégicas do Fórum Nacional, e contribuir para o fortaleci- mento dos Fóruns Estaduais.

Desde que foi criado, o Fórum Nacional propôs, participou, coordenou e apoiou todas as principais inicia- tivas adotadas no Brasil para prevenir e erradicar o trabalho infantil e proteger o adolescente trabalhador. Foi e continua sendo referência nacional sobre o tema, promovendo a articulação permanente entre o go- verno, os trabalhadores, os empregadores, as organizações da sociedade, o sistema de Justiça, organismos internacionais e os Fóruns Estaduais.

**O FÓRUM PAULISTA DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL -** implantado em 1999, o

Fórum tem promovido aprofundamento da reflexão sobre o trabalho infantil no estado em reuniões men- sais e tem a participação proativa do município de São Paulo.

**A CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil**, instituída no ano 2000 pelo Mi- nistério do Trabalho e Emprego (MTE), tem como uma de suas principais atribuições a elaboração e o acompanhamento da execução do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. É um organismo quadripartite composto por representantes do poder público, dos empregadores, dos trabalhadores, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2003 elaborou o Plano Nacional que, posteriormente, foi atualizado para o período 2011 a 2015.

Essas instâncias viabilizaram uma intensa participação da sociedade civil na construção democrática de políticas públicas nacionais de prevenção e enfrentamento ao trabalho infantil que hoje referenciam as políticas estaduais e municipais nas áreas sociais estratégicas.

##### PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO ADO-

**LESCENTE TRABALHADOR (2011 a 2015) -** Desde 1992 o tema do trabalho infantil vem sendo registrado anualmente nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE), gerando informações confiáveis e detalhadas que permitem o conhecimento e análise

#### 27

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

do problema em suas dimensões setoriais, territoriais, de gênero, raça, etnia, entre outras, o que vêm contribuindo para a visibilidade do tema na sociedade e para a melhoria das estratégias de prevenção e erradicação7. A abordagem intersetorial e a definição de metas e estratégias articuladas para prevenção e enfrentamento do trabalho infantil no país têm sido desenhadas e atualizadas nos processos de elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

O Plano Nacional é pautado por políticas e ações que preconizam a transversalidade, a intersetorialidade e o apoio da sociedade civil, visando criar as condições para:

1. Priorização da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador nas agendas políticas e sociais;
2. Promoção de ações de comunicação e mobilizaçãosocial;
3. Criação, aperfeiçoamento e implementação de mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, com destaque para as piores formas, de acordo com a lista TIP;
4. Promoção e fortalecimento da família na perspectiva de sua emancipação e inclusão social;
5. Garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e os adolescentes;
6. Proteção da saúde de adolescentes contra a exposição aos riscos dotrabalho;
7. Fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil, com destaque para as suas piores formas.

O Plano é um instrumento para alcançar as metas de eliminação do trabalho infantil e suas piores formas ( e é , também, referência fundamental para a elaboração de planos municipais como o do Município de São Paulo.

Desde 1990, a Lei nº 8.069 estabelece que a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adoles- cente do Brasil, deve ser feita através de um esforço articulado de ações realizadas por órgãos governa- mentais (da União, dos Estados e dos Municípios) e de organizações não governamentais. Os municípios passaram a ser os responsáveis pela instituição do sistema de garantia de direitos local, bem como pela organização e manutenção dos serviços básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social. Nesta perspectiva e para o enfrentamento do trabalho infantil o município de São Paulo conta com:

##### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS/SP –

Instituído pela Lei nº 12.524/1997, que foi devidamente regulamentada pelos Decretos Municipais nº 388..77/1999, nº 40.531/2001 e teve sua competência ampliada conforme Decreto nº 52.786/2011. O COMAS – SP se constitui em órgão colegiado do Sistema descentralizado e participativo da Assistência So- cial do município, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador, e permanente de composição paritária entre poder público e sociedade civil vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

##### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE SÃO PAULO -

criado para propor, deliberar e acompanhar as políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes no Município, atendendo às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que vão desde aapre- sentação dos princípios das políticas de atendimento a essa população até a criação de instrumentos de controle e participação social. Instituído pela Lei nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 31.319/92, alterado pelo Decreto nº 44.728/04, o CMDCA é um órgão paritário, composto por 32 membros, com igual número de representantes do poder público e da sociedade civil organizada:

* 16 representantes do poder público municipal, sendo 8 titulares e 8 suplentes, representados por meio das seguintes secretarias municipais: Direitos Humanos e Cidadania, Assistência e Desenvolvimento So- cial, Negócios Jurídicos, Finanças, Saúde, Educação, Cultura e Esportes, Lazer e Recreação;
* 16 representantes da sociedade civil, sendo 8 titulares e 8 suplentes, sem remuneração, dos segmentos de atendimento das entidades (atendimento à criança e ao adolescente, defesa e garantia de direitos, es- tudo e pesquisa, trabalhadores da área e melhoria da qualidade).

1. Relatório das Nações Unidas, 2015

#### 28

PARTE I - REFERÊNCIAS SOBRE TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE

**CONSELHOS TUTELARES** - órgão encarregado pela sociedade para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA. O Conselheiro Tutelar é um agente público com um mandato concedido pela comunidade e com autonomia para o exercício das suas atribuições. Vinculado adminis- trativamente à Prefeitura deve contar com o acompanhamento do CMDCA, da Justiça da Infância e da Ju- ventude, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das entidades civis que trabalham com a população infanto-juvenil e, principalmente, dos cidadãos. As principais atribuições do Conselho Tutelar são: atender denúncias feitas pelas crianças, adolescente, famílias, comunidades e cidadãos; exercer as funções de es- cutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos; aplicar as medidas protetivas pertinentes a cada caso a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias; encaminhar requisições de serviços pú- blicos necessários à efetivação do atendimento adequado de cada caso; contribuir para o planejamentoe a formulação de políticas públicas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias; fiscalizar entidades governamentais e não governamentais e comunicar ao Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública e autoridade policial os casos que exijam a intervenção desses órgãos.

O Município de São Paulo contava até 2015 com 44 Conselhos Tutelares e passa, a partir de 2016, a dispor de mais 08, num total de 52 Conselhos em funcionamento na capital que contam com 260 conselheiros e conselheiras.

O apoio aos Conselhos Tutelares é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes da SMDHC – que foi instituída em maio de 2013, pela Lei nº 15.764/13 - responsável pela gestão e pelos encargos necessá- rios para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, enquanto as Subprefeituras têm o papel de oferecer a estrutura administrativa para cada equipamento: contratação de pessoal, infraestrutura e manutenção predial.

##### COMISSÃO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES** – CMESCA, instituída pelo Decreto nº 4.8358 – de 17 de maio de 2007, regu- lamentou a Lei Municipal nº 14.247 de 08 de dezembro de 2006 que dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate a Violência contra Crianças e Adolescentes. A Comissão tem o objetivo de implementar o Plano Municipal de Conscientização e Combate a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, uma das formas mais perversas de trabalho infantil, bem como articular ações das diversas secretarias e organizações sociais que compõem a comissão.

**COMISSÃO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL -** instituída pelo Decreto nº 47.225,

de 25 de abril de 2006 (ANEXO 2). A Comissão tem caráter consultivo, propositivo e de articulação, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e visa à articulação de ações para combate ao trabalho infantil no município de São Paulo. É composta por representantes de conselhos e secretarias do município e demais órgãos e representações da sociedade civil com as atri- buições de contribuir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno da problemática do trabalho infantil; sugerir procedimentos complementares às diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; participar da elaboração do Plano Municipal de Ações Integradas; interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das famílias, crianças e adolescentes, visando otimizar os resultados do PETI, entre outras.

Em abril de 2014 a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social realizou seminário para re- ativação da Comissão Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil e, a partir daí, novos representantes passaram a se reunir mensalmente, sendo a responsável pelo processo de elaboração deste Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do TrabalhoInfantil.

#### 29

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

# PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE



### Panorama do Trabalho Infantil noBrasil

A definição de Trabalho Infantil está relacionada às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade in- ferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independen- temente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador, é considerado aquele que desempenha atividade economicamente ativa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 19988.

De acordo com relatório das Nações Unidas (2015)9, a redução do trabalho infantil foi uma das grandes conquistas do Brasil nos últimos 25 anos. Entre 1992 e 2013, o número de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando no País caiu de 5,4 milhões para 1,3 milhão, uma queda de 76% para essa faixa etária (de 13,6% para 3,3%), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2013). A eficácia das políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil foi maior para a faixa de 5 a 13 anos que a de 14 a 17 anos. Segundo os dados da PNAD, 84% do total dos adolescentes que estavam no mercado de tra- balho tinham entre 14 e 17 anos. Porém, os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do MTE de 2012 apontam que apenas 4,6% da população ocupada nesta faixa etária estavam inseridas na condição de aprendiz. Isso significa que o trabalho exercido por 95,4% dos adolescentes dessa faixa etária não era permitido por lei, enquadrando-se, portanto, na categoria de trabalho a ser abolido ou proibido, de acordo com a Lista TIP.

No entanto, a PNAD 2014 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE) recentemente indicou que, em comparação aos dados de 2013, a exploração da mão de obra infantil no país cresceu 4,5% em 2014, o que representa 143,5 mil crianças e adolescentes a mais nessa condição. Em 2013, havia 3,188 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade trabalhando e esse contingente subiu para 3,331 milhões em 2014. . Na faixa dos 5 a 13 anos de idade, em que por lei o trabalho é proibido, foi re- gistrada a maior expansão: 15,5% para a faixa etária dos 5 aos 9 anos e 8,5%, dos 10 aos 13 anos. O aumento do trabalho entre adolescentes de 14 e 15 anos de idade foi de 5,6% e foi menor, 2,7%, na faixa de 16 e 17 anos em que o trabalho é permitido por lei.

Mas a PNAD destacou que, embora o aumento tenha sido maior na faixa de 5 a 9 anos, a base é menor. Ou seja, em números absolutos, o contingente de crianças trabalhando nessa faixa de idade cresceu de 61 mil pessoas para 70 mil. De acordo com a PNAD 2014, dos 3,331 milhões de pessoas ocupadas de 5 a 17 anos, 16,6% correspondiam a pessoas na situação de trabalho infantil em todo o país, sendo que nas regiões Norte e Nordeste, essa taxa subiu para 27,5% e 22,4%, respectivamente. Também o nível de ocupação das pessoas nessa faixa de idade subiu em comparação a 2013, passando de 7,5% para 8,1%.

.

1. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2011-2015 do Governo Federal.
2. TRABALHO INFANTIL: Uma agenda rumo ao cumprimento das metas de erradicação". Disponível https://nacoesunidas. org/wp-content/uploads/2015/06/Trabalho-infantil\_final.pdf (pg.6)

#### 30

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

##### Tabela 1: Evolução das Estimativas de Ocupados de 5 a 17 anos. Trabalho Infantil e Outras situações de trabalho permitidas pela legislação Brasil 2004-2014

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Ocupados de 5 a 17 anos** | **Trabalho Infantil de 5 a 17 anos** | **Outras situações permi- tidas pela legislação para 14 a 17 anos** |
| 2004 | 5.374.157 | 5.016.751 | 357.406 |
| 2005 | 5.533.415 | 5.164.192 | 369.223 |
| 2006 | 5.203.551 | 4.853.572 | 349.979 |
| 2007 | 4.891.591 | 4.697.473 | 194.118 |
| 2008 | 4.891.591 | 4.697.473 | 194.118 |
| 2009 | 4.317.816 | 4.107.831 | 209.985 |
| 2011 | 3.724.048 | 3.250.412 | 473.636 |
| 2012 | 3.567.477 | 3.053.615 | 513.862 |
| 2013 | 3.187.838 | 2.715.312 | 472.526 |
| 2014 | 3.331.000 | 2.827.959 | 503.828 |

Fontes: PNADs/IBGE

Nos últimos 20 anos, houve mudança no perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infan- til. O grupo mais exposto a essa violação de direitos continua sendo de famílias com renda per capita de menos de um quarto até meio salário mínimo. Segundo análise do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome10, até a década de 90, o trabalho infantil no Brasil era representado principal- mente por crianças e adolescentes de famílias pobres e sem acesso a escola, trabalhando em carvoarias e vivendo em condições degradantes. A criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em 1996, e do Bolsa Família, em 2003, mudou essa realidade, conforme apontam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014..

Nesse novo perfil do trabalho infantil, as crianças e jovens têm acesso à educação, constatam os gestores do MDS11. Em 2002, apenas 32,1% dos 20% mais pobres estavam em idade escolar adequada, mas em 2014, o número saltou para 58,2%, o que representou um aumento de 80%. Considerando que 97,8% das crianças e adolescentes entre os 5% mais pobres, na faixa etária de 06 e 14 anos, estão na escola, pode-se inferir que a maioria das crianças que estão em situação de trabalho infantil também frequentam a escola.

Hoje, 80% dos adolescentes que realizam trabalho proibido, desprotegido ou permitido pela legislação estão concentrados na faixa etária de 14 a 17 anos. A maioria é do sexo masculino (65,5%), vive em áreas urbanas (69%), recebe remuneração (74,9%), trabalha em média 26 horas por semana e frequenta a esco- la. A remuneração permite o acesso a bens desejados pelos adolescentes e é valorizada por eles mesmo e por suas famílias, o que influencia a percepção de que a entrada precoce no mundo do trabalho que pode trazer prejuízos à educação. Por isso, um dos maiores desafios para a erradicação do trabalho proibido e desprotegido é a inserção de jovens com mais de 14 anos em programas de aprendizagem e a formalização de sua inserção no mercado de trabalho para que continuem trabalhando com mais segurança..

É significativa a parcela de meninas envolvidas no serviço doméstico. O trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil. De acordo com a Organização Internacional do Tra- balho (OIT), “entende-se como trabalho infantil doméstico todas as atividades econômicas realizadas por pessoa menor de 18 anos fora de sua família nuclear e pelas quais podem ou não receber alguma remu-

1. Divulgada na matéria "Novo perfil do trabalho infantil demanda soluções inéditas", publicada no site http://www.brasil. gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/novo-perfil-do-trabalho-infantil-demanda-novas-solucoes
2. Idem.

#### 31

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

neração”. Trabalho Infantil Doméstico é definido pelo FNPETI, também, como toda prestação de serviços continuada, remunerada ou não, realizada para terceiros ou para a própria família que, pelas condições em que são executadas violam direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer, à profissionalização e ainda, acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo emoral.

De acordo com a PNAD 2013, das 42,2 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos, 40,3% (17 milhões) realizavam afazeres domésticos, desse total, 63,5% (10,8 milhões) eram meninas. Considerando as crianças e adolescentes que trabalhavam, 54,5% (1,73 milhões) realizavam afazeres do- mésticos, ou seja, tinham jornada dupla de trabalho, sendo que 213.613 (6,7%) estavam ocupadas espe- cificamente nos serviços domésticos, trabalho este proibido para essa faixa etária, conforme definido no Decreto 6.481, de 12 de junho de 2008.

A dificuldade de erradicação do trabalho infantil doméstico está no princípio da inviolabilidade do lar, que dificulta os fiscais de entrarem nas residências sem mandado judicial. Somam-se a esses dados as situações de crianças e adolescentes que trabalham com suas famílias no comércio informal — situação visível aos olhos da sociedade e comumente não notificada.

Entretanto, ainda há outras formas de trabalho infantil que exigem ações específicas no enfrentamento, como o trabalho infantil em lixões e em atividades ilícitas como a exploração sexual comercial e o tráfico de drogas. Em levantamento realizado por promotores do Ministério Público do Estado de São Paulo dos

6.228 atos infracionais cometidos por adolescentes e jovens até 18 anos na Comarca de São Paulo, entre agosto de 2014 e agosto de 2015, 22,3% se referem ao tráfico de entorpecentes3

De acordo com avaliação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o cenário atual do trabalho infantil apresenta novos desafios. Os processos dinâmicos da sociedade demandam ca- pacidade de reavaliar estratégias e adequá-las à conjuntura. Para isso é necessário compreender melhor as características que o problema assume, de acordo à faixa etária, sexo, raça/ cor e etnia, nível de renda e local de ocorrência. Além disso, é necessário identificar que outras políticas são necessárias, além da extensão da educação obrigatória, dos programas de transferência de renda e das ações da inspeção do trabalho, que tiveram um papel fundamental nos resultados até agora obtidos, e avançar na integração dessas diversas estratégias e áreas.

[3 Fonte: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id\_noticia](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=14010604&amp;amp%3Bid_grupo=118)=14010604&id\_grupo=118, acessado em 08/2016.

### Trabalho Infantil no Município de São Paulo e o Contexto Nacional

A capital do Estado de São Paulo é o principal centro financeiro da América Latina. É a cidade mais popu- losa do Brasil, a sexta maior aglomeração urbana do mundo com 11.895.893 habitantes (região metropo- litana: 19.223 897 habitantes). Metrópole brasileira mais influente no cenário mundial, São Paulo é a 14ª cidade mais globalizada do planeta12, possui o 10º maior PIB do mundo e do país, participando com 11,5 de todo o PIB brasileiro (IBGE, 2010).

Mas, em termos de rendimento, segundo o Censo de 2010, a cidade de São Paulo possui 25.042 domi- cílios com rendimento per capita de até 1/8 do salário mínimo, são famílias em situação de extrema po- breza, segundo critério do Programa Brasil sem Miséria, e 76.427 com renda per capita de até ½ salário mínimo consideradas em situação de baixa renda (IBGE, 2010).

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, produzido pela Fundação Seade em 2010, que classifica os setores censitários adotados no Censo Demográfico do IBGE segundo o grau de pobreza e vulnerabilida- de social no território com base em um conjunto de variáveis tais como indicadores socioeconômicos e demográficos, condições de infraestrutura, acessos a bens e serviços públicos, concluiu que a cidade de São Paulo tinha em 20101.826.424 pessoas vivendo em setores censitários considerados de Alta e Muito Alta Vulnerabilidade Social (IPVS 5 e 6. O grau de vulnerabilidade é medido de 1 a6)13. Ou seja, 16,4% da

1. Classificação do Globalization and World Cities Study Group & Network, 2010. Disponível em <http://www.lboro.ac.uk/> gawc/gawcworlds.html
2. [http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Primeira\_Analise\_n8\_novembro\_2013.pdf, pag.09 e10](http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Primeira_Analise_n8_novembro_2013.pdf%2Cpag.09e10)

#### 32

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

população, viviam em condições de vida deterioradas ou precárias, especialmente nas zonas limítrofes do município. (SEADE, 2013).

Dados mais precisos sobre trabalho infantil no município de São Paulo só podem ser encontrados no Censo 2010 em que se pode observar um comparativo entre a situação do trabalho infantil no Brasil, no estado de São Paulo e no município de São Paulo.

No Brasil, 12,4% da população de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos total, trabalhavam em 2010. Já no estado de São Paulo, 10,4% da população de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, trabalhavam e, no município de São Paulo, este indicador era de 9,2%.

##### Tabela 2. Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, total, ocupadas e não ocupadas, nível de ocupação, por grupos de idade. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Grupos**  **por idade** | **Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade** | **Crianças e adolescentes de 10 a 17**  **anos de idade, ocupadas** | |
| **Total** | **Total** | **Nível de ocu- pação (%)** |
| **Brasil** | Total | 27.521.000 | 3.406.514 | 12,4 |
| 10 a 13  anos | 13.662.460 | 710.139 | 5,2 |
| 14 ou 15 anos | 7.074.433 | 888.430 | 12,6 |
| 16 ou 17 anos | 6.784.107 | 1.807.945 | 26,6 |
| **São**  **Paulo (UF)** | Total | 5.315.082 | 553.912 | 10,4 |
| 10 a 13  anos | 2.649.355 | 71.172 | 2,7 |
| 14 ou 15 anos | 1.358.473 | 123.544 | 9,1 |
| 16 ou 17 anos | 1.307.254 | 359.197 | 27,5 |
| **São Paulo (Mu-**  **nicípio)** | Total | 1.373.397 | 125.821 | 9,2 |
| 10 a 13  anos | 694.843 | 20.495 | 2,9 |
| 14 ou 15 anos | 343.711 | 27.064 | 7,9 |
| 16 ou 17 anos | 334.843 | 78.261 | 23,4 |

Fonte: Resultados da Amostra (Censo Demográfico – IBGE, 2010).

Observa-se que a maior porcentagem está relacionada ao grupo etário de 16 ou 17 anos, o que significa que 26,6% no Brasil, 27,5% no estado de São Paulo e 23,4% no município de São Paulo dos adolescentes que tinham entre 16 e 17 anos em 2010 trabalhavam. E o grupo que apresentava a menor incidência de trabalho era o de 10 a 13 anos, sendo que no Brasil, correspondiam a 5,2%. Já no estado de São Paulo esse valor foi de 2,7% e o município de São Paulo apresentava percentual um pouco maior do que o estado, de 2,9% das crianças e adolescentes. No total, o Censo 2010 contabilizou 47.560 crianças e adolescentes de 10 a 15 ocupadas, ou seja, realizando trabalho proibido no município de São Paulo.

Ao detalhar os diferenciais por sexo, verifica-se o predomínio do sexo masculino em todas as faixas etárias. Mas no grupo etário de 16 ou 17 anos o diferencial foi o maior: no Brasil o nível ocupacional masculino foi de 32,2% e 21% para o feminino e chama a atenção o município de São Paulo apresentar valor bem menor para o sexo masculino, de 25,8%, enquanto os valores para o feminino são próximos ao nacional, de 20,9% respectivamente.

#### 33

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

##### Tabela 3. Nível de ocupação de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade e sexo. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Grupos de idade** | **Bra- sil** | | | **São Paulo (UF)** | | | **São Paulo (Município)** | | |
| **To- tal** | **Ho- mens** | **Mul- heres** | **To- tal** | **Ho- mens** | **Mul- heres** | **To- tal** | **Ho- mens** | **Mul- heres** |
| **10 a 13 anos** | 5,2 | 6,0 | 4,3 | 2,7 | 2,9 | 2,4 | 2,9 | 3,2 | 2,7 |
| **14 ou 15 anos** | 12,6 | 15,2 | 9,8 | 9,1 | 10,5 | 7,6 | 7,9 | 8,4 | 7,3 |
| **16 ou 17 anos** | 26, | 32,2 | 21,0 | 27,5 | 31,6 | 23,2 | 23,4 | 25,8 | 20,9 |

Fonte: Resultados da Amostra (Censo Demográfico - IBGE, 2010).

Com relação à cor ou raça das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos que trabalhavam, observa-se que para o Brasil as maiores porcentagens estavam relacionadas à cor ou raça preta ou parda em todos os gru- pos etários. Já para o estado de São Paulo e para o município de São Paulo, a situação se inverte, os maiores valores estavam relacionados à cor ou raça branca. Exceto pelo grupo etário 14 ou 15 anos que apresentou maior valor da cor ou raça preta ou parda no município de São Paulo.

##### Tabela 4. Percentual das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, ocupadas, por grupos de ida- de e cor ou raça. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo,2010.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Grupos de** | **Cor ou raça (%)** | | |
|  | **idade** | **Bran- ca** | **Preta ou parda** | **Out- ras** |
| **Brasil** | **Total** | 41,8 | 56,3 | 1,9 |
| **10 a 13 anos** | 37,0 | 60,2 | 2,8 |
| **14 ou 15 anos** | 40,2 | 57,9 | 1,9 |
| **16 ou 17 anos** | 44,5 | 54,0 | 1,5 |
| **São Paulo (UF)** | **Total** | 57,1 | 42,0 | 0,9 |
| **10 a 13 anos** | 56,1 | 42,7 | 1,2 |
| **14 ou 15 anos** | 56,1 | 42,9 | 1,0 |
| **16 ou 17 anos** | 57,7 | 41,5 | 0,8 |
| **São Paulo (Município)** | **Total** | 50,6 | 48,2 | 1,2 |
| **10 a 13 anos** | 51,4 | 47,2 | 1,4 |
| **14 ou 15 anos** | 48,5 | 50,2 | 1,3 |
| **16 ou 17 anos** | 51,1 | 47,8 | 1,1 |

Fonte: Resultados da Amostra (Censo Demográfico – IBGE, 2010).

Em 2010, também foi investigado se adolescentes e jovens trabalhadores de 14 a 17 anos trabalhavam com carteira assinada ou não. Trabalhadores sem carteira assinada estão à margem de direitos básicos, como exame periódico, treinamentos, supervisão ou ambiente seguro de trabalho. Muitas vezes inseridos em atividades precárias e sujeitos a vários riscos, adolescentes e jovens em fase de desenvolvimento físico e psicossocial estão sujeitos incidência de danos que vão se estender por toda a fase adulta.

Entre os adolescentes de 14 ou 15 anos, 9,1% trabalhavam com carteira assinada no Brasil e 19,7% no estado de São Paulo. Já para o município de São Paulo o valor foi de 22,3%, como mostra a tabela abaixo.

#### 34

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

##### Tabela 5. Total de adolescentes com ou sem carteira assinada de 14 ou 15 anos de idade. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Pessoas de 14 ou 15 anos** | | | | |
|  | **Ocupadas - empregadas com carteira de trabalho assinada no trabalho principal** | | **Ocupadas - demais ocupadas** | |
| **Total** |
| n | % | n | % |
| **Brasil** | 888.430 | 80.510 | 9,1 | 807.920 | 90,9 |
| **São Paulo (UF)** | 123.544 | 24.350 | 19,7 | 99.193 | 80,3 |
| **São Paulo (Mu- nicípio)** | 27.064 | 6.028 | 22,3 | 21.037 | 77,7 |

Fonte: Resultados da Amostra (Censo Demográfico – IBGE, 2010).

Entre os jovens de 16 ou 17 anos que trabalhavam 26,4% tinham carteira assinada no Brasil em2010. Esse valor aumenta para o estado de São Paulo, que apresentou 43,9% e no município de São Paulo chegou a 44,1%, como mostra a tabela 5.

##### Tabela 6. Total de jovens trabalhadores ocupados com ou sem carteira assinada de 16 ou 17 anos de idade. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Jovens trabalhadores de 16 ou 17 anos** | | | | |
|  | **Ocupadas - empregadas com carteira de trabalho assinada no trabalho**  **principal** | | **Ocupadas -**  **demais ocupadas** | |
| **Total** |
| n | % | n | % |
| **Brasil** | 1.807.945 | 477.168 | 26,4 | 1.330.777 | 73,6 |
| **São Paulo (UF)** | 359.197 | 157.517 | 43,9 | 201.679 | 56,1 |
| **São Paulo (Município)** | 78.261 | 34.497 | 44,1 | 43.764 | 55,9 |

Fonte: Resultados da Amostra (Censo Demográfico – IBGE, 2010).

A maior parte das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade que trabalhavam frequentava a esco- la. No Brasil e no estado de São Paulo, o padrão de frequência escolar e idade foram semelhantes. Para o município de São Paulo, em 2010, houve uma inversão de valores referentes à frequência escolar das crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, quando comparado ao Brasil e ao estado de São Paulo. Para estes dois últimos, os maiores valores de frequência escolar dos que trabalhavam estavam concentrados no grupo etário de 10 a 13 anos. Já para o município de São Paulo, a maior frequência escolar foi encon- trada no grupo de 14 ou 15 anos, sendo que 82,6% deste grupo trabalhavam e frequentavam a escola. O município apresentou valores semelhantes de frequência escolar dos grupos de 10 a 13 anos (76,7%) e de 16 ou 17 anos (74,3%).

#### 35

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

##### Tabela 7. Total de crianças e adolescentes ocupados e a frequência escolar. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | | **Não fre- quentavam** | |
| **Grupos de idade** | **Total de crianças e** | **Frequentavam** | |
| **adolescentes ocupados** |  | |
| **n** | **%** | **n** | **%** |
| **Brasil** | **Total** | 3.406.514 | 2.688.164 | 78,9 | 718.349 | 21,1 |
| **10 a 13 anos** | 710.139 | 639.616 | 90,1 | 70.522 | 9,9 |
| **14 ou 15 anos** | 888.430 | 766.563 | 86,3 | 121.867 | 13,7 |
| **16 ou 17 anos** | 1.807.945 | 1.281.985 | 70,9 | 525.960 | 29,1 |
| **São Paulo (UF)** | **Total** | 553.912 | 432.333 | 78,1 | 121.580 | 21,9 |
| **10 a 13 anos** | 71.172 | 56.918 | 80,0 | 14.254 | 20,0 |
| **14 ou 15 anos** | 123.544 | 105.690 | 85,5 | 17.854 | 14,5 |
| **16 ou 17 anos** | 359.197 | 269.725 | 75,1 | 89.472 | 24,9 |
| **São Paulo (Município)** | **Total** | 125.821 | 96.218 | 76,5 | 29.603 | 23,5 |
| **10 a 13 anos** | 20.495 | 15.719 | 76,7 | 4.776 | 23,3 |
| **14 ou 15 anos** | 27.064 | 22.356 | 82,6 | 4.709 | 17,4 |
| **16 ou 17 anos** | 78.261 | 58.143 | 74,3 | 20.118 | 25,7 |

Fonte: Resultados da Amostra (Censo Demográfico – IBGE, 2010).

Quanto à distribuição das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade por classes de rendimento do trabalho principal, foi possível observar em 2010 que se destacavam as sem rendimento que, segundo o IBGE (2010) 5, foi resultante da maior concentração em trabalhos sem contrapartida de remuneração (trabalhadores na produção para o consumo próprio e não remunerados). No município de São Paulo, o padrão se mostrou semelhante ao estado: o contingente de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos de idade apresentava o maior percentual, 44,1%, sem rendimento de trabalho. Já o grupo de jovens traba- lhadores de 16 ou 17 anos apresentava maior concentração na classe de rendimento mais de ½ a 1 salário mínimo, 46,3%.

#### 36

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTI L E ADOLESCENTE

##### Tabela 8. Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, ocupados na semana de referência, distribuídas pelas classes de rendimento mensal do grupo do trabalho principal, por grupos de idade. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Classes de rendimento mensal do trabalho principal** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Brasil** | **Grupos** | **Total** | **Até ¼** | | **Mais de 1/4 a** | | **Mais de 1/2 a** | | **Mais de 1 a 2** | | **Mais de 2** | | **Sem rendi-** | |
| **de idade** |  | **SM (\*)** | | **1/2 SM** | | **1 SM** | | **SM** | | **SM** | | **mento** | |
|  | **n** | **%** | **n** | **%** | **n** | **%** | **n** | **%** | **n** | **%** | **n** | **%** |
| **Total** | 3.406.514 | 419.967 | 12,3 | 513.806 | 15,1 | 936.044 | 27,5 | 416.556 | 12,2 | 50.326 | 1,5 | 1.069.814 | 31,4 |
| **10 a 13**  **anos** | 710.139 | 99.325 | 14,0 | 51.173 | 7,2 | 65.193 | 9,2 | 35.285 | 5,0 | 10.856 | 1,5 | 448.306 | 63,1 |
| 1. **ou** 2. **anos** | 888.430 | 146.459 | 16,5 | 159.675 | 18,0 | 188.689 | 21,2 | 63.094 | 7,1 | 12.069 | 1,4 | 318.444 | 35,8 |
| 1. **ou** 2. **anos** | 1.807.945 | 174.183 | 9,6 | 302.958 | 16,8 | 682.162 | 37,7 | 318.177 | 17,6 | 27.401 | 1,5 | 303.064 | 16,8 |
| **São Paulo** | **Total** | 553.912 | 31.842 | 5,7 | 66.613 | 12,0 | 223.277 | 40,3 | 141.354 | 25,5 | 14.761 | 2,7 | 76.065 | 13,7 |
| **10 a 13**  **anos** | 71.172 | 7.580 | 10,7 | 6.137 | 8,6 | 10.400 | 14,6 | 11.438 | 16,1 | 3.264 | 4,6 | 32.353 | 45,5 |
| **14 ou 15 anos** | 123.544 | 12.244 | 9,9 | 23.203 | 18,8 | 42.390 | 34,3 | 19.670 | 15,9 | 3.103 | 2,5 | 22.933 | 18,6 |

5 Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1075/cd\_2010\_trabalho\_rendimento\_amostra.pdf).](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1075/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf)) Acesso em 14/09/15.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **16 ou**  **17**  **anos** | 359.197 | 12.019 | 3,3 | 37.272 | 10,4 | 170.487 | 47,5 | 110.245 | 30,7 | 8.395 | 2,3 | 20.779 | 5,8 |
| **São Paulo**  **- SP** | **Total** | 125.821 | 5.446 | 4,3 | 11.803 | 9,4 | 47.865 | 38,0 | 36.241 | 28,8 | 5.665 | 4,5 | 18.801 | 14,9 |
| **10 a**  **13**  **anos** | 20.495 | 1.525 | 7,4 | 1.511 | 7,4 | 3.064 | 14,9 | 3.922 | 19,1 | 1.430 | 7,0 | 9.044 | 44,1 |
| **14 ou**  **15**  **anos** | 27.064 | 2.115 | 7.8 | 3.983 | 14.7 | 8.574 | 31.7 | 5.764 | 21.3 | 1.214 | 4.5 | 5.416 | 20.0 |
| **16 ou**  **17**  **anos** | 78.261 | 1.807 | 2.3 | 6.309 | 8.1 | 36.227 | 46.3 | 26.556 | 33.9 | 3.021 | 3.9 | 4.341 | 5.5 |

Fonte: Resultados da Amostra (Censo Demográfico – IBGE, 2010). Nota: (\*) SM = Salários Mínimos. O salário mínimo de referência em 2010 foi de R$510,00.

37

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Dados sobre trabalho proibido e desprotegido envolvendo especificamente o segmento de crianças, ado- lescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social podem ser identificados no Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. Diversos estudos apontam que a necessidade econômica de manutenção da família é um dos fatores centrais de estimulo ao trabalho infantil. Em famí- lias de baixa renda há maior chance de crianças e adolescentes terem que trabalhar para complementar a renda dos pais. Soma-se a isso, o fato de a exploração de mão de obra infantil também estar associada à precarização das condições de vida dos trabalhadores e à redução do custo do trabalho.

O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda - aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mí- nimos. Em dezembro de 2015 o município de São Paulo teve 1.025.415 famílias registradas no Cadastro Único, dentre as quais:

* + 375.281 com renda per capita familiar de até R$77,00;
  + 200.025 com renda per capita familiar entre R$77,00 e R$154,00;
  + 287.223 com renda per capita familiar entre R$ 154,00 e meio saláriomínimo;
  + 162.886 com renda per capita acima de meio saláriomínimo.

### Caracterização de ações de enfretamento e prevenção do trabalho infantil no Município de São Paulo

Desde meados da década de 80, a ampla mobilização social na defesa dos direitos da infância e adolescên- cia culminou na organização de políticas públicas em diversas áreas e setores responsáveis pela redução do trabalho infantil no país. A última versão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil 2011-2015 é pautada por políticas e ações que preconizam a transversalidade, a intersetorialidade e o apoio da sociedade civil, visando criar as condições para eliminação do problema em todo território nacional. O município de São Paulo em sintonia com os parâmetros nacionais vem estruturando uma am- pla rede de serviços e de ações.

As ações apresentadas a seguir foram reportadas pelos órgãos e instituições que integram a Comissão Mu- nicipal de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil, extraídas de documentos e sites oficiais e poste- riormente revisadas pelos respectivos representantes da Comissão14. Ainda que não abarquem o conjunto de iniciativas em curso no município possibilita visualizar parte significativa da rede de apoio e proteção ao trabalho infantil e aos jovens trabalhadores e identificar desafios para a construção do Plano Municipal de Erradicação e Prevenção ao Trabalho infantil de São Paulo.

### Ministério Público do Estado de São Paulo

O setor de defesa de direitos difusos e coletivos da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Capital atua na proteção judicial dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constitui- ção. A Promotoria tem competência absoluta para promover inquérito civil e ação pública para a proteção dos interesses difusos, individuais ou coletivos relativos à criança e adolescente; instaurar procedimentos administrativos e instruí-los por meio da coleta de depoimentos, esclarecimentos, informações, realização de perícias, exames, inspeções e diligências investigativas de autoridades municipais, estaduais, federais e instituições privadas; instaurar sindicâncias e determinar a instauração de inquérito policial para apurar omissões, infrações e ações ilícitas que atentem à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Cabe a Promotoria zelar pelo respeito aos direitos e às garantias legais asseguradas a esse segmento, promovendo medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

1. Exceto as informações sobre o Ministério Público do Estado de São Paulo , sobre o Ministério Público do Trabalho de São Paulo e a Câmara Municipal de São Paulo foram extraídas dos sites oficiais desses órgãos ou de documentos oficiais entregues a SMADS. mas não foram complementadas ou revisadas por seus representantes, como ocorreu com a apresentações dos demais órgãos públicos e instituições inseridas neste capítulo, revisados e complementados pelos membros da CMETI . Os endereços dos sites e fontes estão relacionados no capítulo “Referências”

#### 38

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

Em relação ao trabalho infantil, o Ministério Público (MP) publicou o Ato Normativo 930/15-PGJ-CGMP, em 1º de outubro de 2015, para orientar a atuação dos Promotores de Justiça do Estado de São Paulo. No caso de trabalho infantil no âmbito familiar, por conta própria ou com conhecimento dos pais ou responsáveis e em atividades ilícitas, as providências para desconstituir a situação de risco ensejadora do trabalho infantil envolvem:

* instaurar procedimento administrativo requisitando do Conselho Tutelar, do CREAS e CRAS relatório cir- cunstanciado sobre a situação de trabalho infantil investigado com as indicações das medidas protetivas aplicáveis ao núcleo familiar;
* ajuizar ação para desconstituir a situação de risco ou afastamento imediato da criança e do adolescente da situação de trabalho;

-adotar providências de responsabilização civil e criminal dos pais responsáveis.

No caso de crianças e adolescentes, com ou sem autorização judicial de trabalho, dever ser encaminhado ao Ministério Público do Trabalho e, também, ao Ministério do Trabalho e Emprego copia de informações coletadas sobre o fato e sobre o empregador, remuneração, jornada de trabalho, atividade desempenhada, idade e eventuais medidas de proteção adotadas e aplicadas aos pais e responsáveis ou encaminhamento ao Conselho Tutelar e copia da autorização judicial de trabalho existente.

Se for constatada lesão a interesses difusos e coletivos de criança e adolescente decorrente do trabalho in- fantil, deve ser instaurado procedimento preparatório de inquérito civil ou inquérito civil para apuração dos fatos, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, bem como promover a atuação integrada de instituições públicas e privadas para cessar a atuação de violação de direitos.

Desde 2013, 718 registros de procedimentos do Ministério Público de São Paulo relacionado a trabalho infantil em todo o Estado de São Paulo são encontrados no sistema integrado de informações, SISMP. Na capital de São Paulo, constam 168 registros de procedimentos relativos a trabalho infantil, incluindo casos individuais que são acompanhados pelas promotorias dos fóruns regionais. Os procedimentos são instaura- dos pelos promotores, a partir de denuncias anônimas ou não, por via eletrônica ou física, representações oferecidas pelo Dique 100- Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, ofícios encaminhados pelo Ministério Público do Trabalho, Corregedoria da Guarda Municipal Civil Metropolitana, outros órgãos públicos, ou ensejadas por noticias divulgadas publicamente.

### Ministério Público do Trabalho de São Paulo

O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação tra- balhista e propor as ações necessárias à defesa dos direitos. É comum também requisitar diligências e fiscalizações por parte dos auditores fiscais dos auditores fiscais do Trabalho pelo Ministério do Trabalho e Emprego e das autoridades sanitárias do Município e do Estado de São Paulo e com base nos relatórios propor às partes envolvidas nos conflitos a assinatura de TACs – Termos de Ajuste de Conduta, estabele- cendo obrigações e a aplicação de multas em caso de descumprimento.

Entre as áreas de atuação do MPT, destaca-se a Coordinfância criada em 2000 para promover, supervisionar e coordenar ações contra a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. As principais áreas de atu- ação são a promoção de políticas públicas para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil informal, a efetivação da aprendizagem, a proteção de atletas mirins, o trabalho infantil artistico, a exploração sexual comercial, as autorizações judiciais para o trabalho antes da idade mínima, o trabalho infantil doméstico, o trabalho em lixões, dentre outras. Em São Paulo, a coordenação tem desempenhado importante papel tanto em ações de fiscalização a partir de denuncias recebidas, como de articulação, mobilização, divul- gação e ampliação de conhecimentos sobre a diversidade de situações de trabalho infantil do município.

#### 39

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

##### Tabela 9. Denúncias recebidas diretamente pelo MPT São Paulo de Trabalho Infantil no Estado de São Paulo.

|  |  |
| --- | --- |
| Formas de Trabalho registadas nas denúncias  (ausência de registro; hora-extra; trabalho noturno, perigoso ou insalubre, dentre outros) | 1.493 |
| Trabalho com idade Inferior a 16 anos | 735 |
| Trabalho em Ruas e Logradouros Públicos | 434 |
| Exploração Sexual Comercial | 278 |
| Trabalho Artistico | 167 |
| Trabalho Infantil Doméstico | 148 |
| Outras Atividades Ilícitas (Tráfico de drogas) | 121 |
| Trabalho na Catação do Lixo | 43 |
| Trabalho do Atleta | 38 |
| Trabalho em regime de economia familiar | 17 |

Fontes: Relatório para análise preliminar projeto políticas públicas Município de São Paulo/SP - PROMO 002247.2012.02.000/2 – MPT/ PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO/SP, 17 de Agosto de 2015.

Segundo informações do MPT Digital, em 2015, até o mês de setembro, o MPT São Paulo tinha instaurado cerca de 600 Inquéritos Civis, Procedimentos Preparatórios ou Procedimentos Administrativos Finalístico sobre trabalho infantil no estado de São Paulo, que geraram 102 TACs, Termos de Ajuste de Conduta, en- volvendo empresas, estabelecimentos comerciais, Associações,etc.

Merece destaque a autuação no aeroporto de Congonhas que envolveu a atuação de outros órgãos públi- cos. Inspeção realizada em 2013 por equipe formada pelo MPT- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Instituto Santa Lúcia identificou crianças oferecendo serviços de engraxate nas dependências do aero- porto, inclusive no período noturno. A Justiça do Trabalho em ação civil pública determinou que a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) e a Prefeitura de São Paulo adotassem providências emergenciais: acionar imediatamente a rede de proteção local para identificar, orientar e advertir quanto à exploração do trabalho infantil; realizar campanha de combate ao trabalho infantil com foco na cons- cientização dos usuários do aeroporto; realizar busca de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no aeroporto e comprovar a inclusão delas e de suas famílias em programas de assistência social. Além de determinar a criação de um centro de atendimento contra a violação de direitos de crianças e adolescentes no interior do aeroporto que está sendo estruturado pela SMADS.

A Coordinfância tem três projetos nacionais que estão sendo desenvolvidos também em São Paulo:

1. O “MPT nas Escolas” voltado para a promoção de debates nas escolas de ensino fundamental sobre os direitos da criança e do adolescente, especialmente a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador adolescente. O Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Ado- lescente (PETECA) realiza oficinas de capacitação e sensibilização de profissionais da educação, visando elaborando plano de ação para abordagem em sala de aula e promoção de eventos que permitam ampliar o debate para toda a comunidadeescolar.

Em São Paulo foi feito acordo de cooperação assinado em 03/09/2014 com a Secretaria Municipal de Edu- cação para a implantação do PETECA. No primeiro momento, o acordo com a Prefeitura estava relacionado ao Termo de compromisso de Conduta firmado entre esses dois órgãos, tendo em vista autuação feita no aeroporto de Congonha e envolveu oito escolas dos distritos de Jaçanã, Pirituba e Santo Amaro e contou com 36 participantes. A avaliação da experiência foi muito positiva e as oficinas foram oferecidas para toda rede de ensino fundamental do município em junho de 2015 e, embora tenha tido grande número deins- critos a participação efetiva foi muito pequena. Há necessidade de ampliar a mobilização para desenvolver efetivamente o projeto nas escolas, uma vez que ainda há baixa informação da comunidade escolar sobre o trabalho infantil.

#### 40

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

1. “Políticas Públicas” consiste na atuação do MPT junto aos Executivos e Legislativos municipais, estadual e federal para garantir, nas Leis Orçamentárias, diretrizes e rubricas suficientes para a promoção de polí- ticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalho do adolescente e a implementação de programas, atividades e projetos. Em São Paulo, foram desenvolvidas diversas ações junto a outros órgãos, como SMADS e Câmara de Vereadores, para levantamento de informações e diag- nósticos para subsidiar o projeto, além de diversas ações realizadas com órgãos públicos: envio de vídeo da campanha de enfrentamento ao trabalho infantil para divulgação nos monitores de imagem da SPtrans e do Metrô; pareceres periciais contábeis sobre o Orçamento Público do Município de São Paulo 2013, entre outros.
2. “Aprendizagem Profissional” é voltada a averiguação, proteção e correção de situações ilícitas em que se verifique o não cumprimento do dever legal de contratação de adolescentes e jovens aprendizes, de modo a efetivar a aplicação eficaz da Lei de Aprendizagem Profissional. Em São Paulo, o MPT levantou em 2014 as 200 maiores empresas do município e foram desencadeados procedimentos investigatórios para averi- guação do cumprimento da Lei de Aprendizagem, além de estudos sobre os mecanismos para cálculo da cota de aprendizagem. Há proposta de realização de audiência pública por segmento/atividade econômica sobre aprendizagem profissional em parceria com MTE.

Em São Paulo a coordenação também tem investido nos seguintes projetos:

* Projeto Trabalho Infantil Desportivo: Após a realização do Seminário "O Legado dos Megaeventos e os Direitos Fundamentais: A Formação Profissional Desportiva de Crianças e Adolescentes", em 2014, foi ela- borado um Pacto pela Proteção dos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes em Formação Pro- fissional Desportiva. O Brasil não tem legislação específica sobre a formação profissional desportiva de crianças e adolescentes, cuja norma deve estar em acordo com os direitos fundamentais da infância e da adolescência, em especial educação, saúde e convivência familiar e comunitária. Questões como a profis- sionalização precoce de adolescentes atletas, tráfico desportivo e trabalho degradante, no mundo do fu- tebol, e condições pouco apropriadas das entidades formadoras, entre outras, estão na pauta. O MPT São Paulo efetuou o levantamento dos clubes desportistas do município e desencadeou ações investigatórias, entre outras.
* Projeto Trabalho Infantil Artistico: Em agosto de 2015 foram aprovadas diretrizes para a atuação de au- toridades na fiscalização do trabalho artistico infantil e o MTP São Paulo desencadeou procedimento para identificação de empresas e de entidades do setor (empresas de radiodifusão de som e/ou imagens, agên- cias de modelo, empresas circenses e teatrais, produtores musicais, agências de publicidade, empresas de promoções de eventos em geral), que utilizam o trabalho infantil artistico. Segundo as diretrizes, o trabalho artistico deve ser autorizado em caráter excepcional, apenas quando comprovado que o papel não pode ser exercido por maior de 16 anos. Além disso, para que seja concedida a autorização judicial, a obra deve possibilitar o desenvolvimento artistico da criança, não pode submetê-la a situação degradante e o horário de trabalho deve ser compativel com a jornada escolar. Recomenda-se que pelo menos 40% do salário re- cebido seja depositado em caderneta de poupança, cuja movimentação só será permitida quando o artista mirim atingir a maioridade legal. O documento com as diretrizes aprovadas será encaminhado a todas as autoridades do Estado que lidam com otema.

Além desses projetos, a coordenação de São Paulo participou da instalação do Comitê Local de Proteção Integral da Criança e do Adolescente nos Megaeventos e de ações da agenda de convergência em São Paulo; participa do Comitê Municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial, tendo realizado articulações com órgãos parceiros em campanhas, especialmente no carnaval, e participa da Comissão Municipal de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil de São Paulo. E no FPETI - Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil acompanha e apoiam campanhas, debates, discussões nas reuniões mensais.

#### 41

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

### Câmara Municipal de São Paulo

Entre o mês de março de 2013 e dezembro de 2014 foi instalada e concluída pela Câmara Municipal uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito6para apurar a exploração sexual comercial de crianças e adoles- centes. A conclusão dos trabalhos, após a coleta de depoimentos de diversos órgãos públicos e organiza- ções da sociedade e outras investigações, aponta que a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo é problema localizado, quase invisível ao olhar das diferentes instituições.

Entre o mês de março de 2013 e dezembro de 2014 foi instalada e concluída pela Câmara Municipal uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito15 para apurar a exploração sexual comercial de crianças e ado- lescentes. A conclusão dos trabalhos, após a coleta de depoimentos de diversos órgãos públicos e organi- zações da sociedade e outras investigações, aponta que a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo é problema localizado, quase invisível ao olhar das diferentes instituições.

São consideradas, no relatório final da CPI, situações de risco para a exploração sexual comercial: a hospe- dagem relacionada ao tráfego de cargas, as áreas no entorno das grandes obras e locais de megaeventos. De acordo com o Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras16, realizado entre 2011 e 2012, São Paulo possuía 24 pontos vulneráveis à prática da exploração sexual comercial de meninos e meninas. Os depoimentos feitos à CPI, de acordo com o relatório final, apontaram a existência de pontos vulneráveis à abordagem realizada por adultos para prática de atividades sexuais com crianças e adolescentes, independente da oferta de retribuição material e/ou financeira. Foram destacados alguns pontos de concentração, em função da natureza das atividades realizadas no entorno:

* O Terminal de Cargas Fernão Dias: pela concentração de caminhoneiros que ficam estacionados entre as viagens e por apresentar aparência descuidada, de abandono, necessitando de serviços de manutenção, zeladoria, iluminação e fiscalização do Poder Público.
* O CEAGESP: pela presença de caminhoneiros que trazem produtos para comercialização, combinada com a presença de crianças e adolescentes oriundas do entorno, que circulam no local em busca de doa- ções materiais e financeiras.
* O Autorama (Ibirapuera): por ser ponto de concentração da comunidade homossexual.

Uma das dificuldades verificada para a apuração e o monitoramento do problema diz respeito às diferen- tes formas de definir e registrar as ocorrências relacionadas ao assunto. Há uma diversidade de conceitos e termos, aliada à falta de conhecimento específico de vários dos atores envolvidos no processo.

### Vigilância em saúde: proteção ao jovem economicamenteativo

O Ministério da Saúde instituiu em 2003 a Política Nacional de Saúde para a Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente. O objetivo da Política é “promover ações educacionais, de vigilância e de atenção, contribuindo para a prevenção e a identificação do trabalho infantil, apontando prioridades de erradicação do ponto de vista da saúde, bem como prestar atenção integral à saúde dos trabalhadores precoces”. São diretrizes da política:

* Promover o conhecimento acerca do impacto do trabalho infantil sobre a saúde,
* Monitorar a ocorrência do trabalho infantil e o impacto sobre a saúde,
* Organizar a atenção integral à saúde de crianças e adolescenteseconomicamenteativos,
* Capacitar recursos humanos da área da saúde.

15 6 As informações a seguir foram extraídas do RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APU- RAR A EXPLORAÇAO SEXUAL INFANTIL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROCESSO RDP Nº 08-017/2013). Disponível [em: http://www1.camara.sp.gov.br/central\_de\_arquivos/v](http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/PRO%202.pdf)ereadores/PRO%202.pdf. Acesso em 12/01/2016.

1. Mapeamento realizado anualmente pela Childhood Brasil, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Disponível em http:// [www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Ma](http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Mapeamento_2013_2014.pdf)peamento\_2013\_2014.pdf

#### 42

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

Em 2005, o Ministério da Saúde publicou, em edição especial, o documento “Trabalho Infantil: Diretrizes para a Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes Economicamente Ativos”, apresentando os ca- minhos para o processo de organização das ações nos diversos pontos da rede de atenção à saúde no SUS. E, em 2011, a Portaria MS nº 104/2011 determinou que qualquer serviço de saúde que assista crianças e adolescentes deve identificar, acolher adequadamente e notificar casos de acidentes e doenças relaciona- das ao trabalho.

No município de São Paulo foi criado, em 2002, o SIVAT – Sistema de Vigilância de Acidente de Trabalho da Secretaria Municipal da Saúde e, em 2004, foi aprovado o Código Sanitário do Município de São Paulo (Lei nº 13 724) que prevê ações de intervenção nos processos de trabalho que possam colocar em risco a saú- de dos trabalhadores. Hoje, sob orientação da Gerência de Vigilância em Saúde do Trabalhador/GVISAT, da Coordenação de Vigilância em Saúde/COVISA e o SIVAT, em consonância com o SINAN- Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificações, instituído em 2006 pelo Ministério da Saúde, tem um fluxo de procedimentos para notificação de acidentes ocorridos em toda a rede de atendimento municipal, sen- do um dos critérios a notificação de acidentes de menores de 18 anos. O grande desafio, de acordo com Gerência de Vigilância em Saúde do Trabalhador/GVISAT da Coordenação de Vigilância em Saúde/COVISA, é vencer a subnotificação e, por outro lado, a dificuldade de os profissionais de saúde identificar a situação de trabalho infantil ou desprotegido e/ou proibido para jovens nas notificações.

##### Tabela 10. Principais Estabelecimentos da SMS que atendem Crianças e Adolescentes 2015

|  |  |
| --- | --- |
| **Estabelecimentos e serviços** | **Número** |
| UBS – Unidade Básica Saúde | 449 |
| AMA – Assistência Medica Ambulatorial | 98 |
| Urgências e Emergências: PS/PA /UPA/ AMA | 37 |
| Hospital Municipal | 18 |
| HD-RHC - Hospital Dia | 08 |
| Ambulatório e AMA Especialidades | 32 |

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS/CNES; PMSP/SMS/CEInfo – Dados apenas dos principais estabelecimentos, atualizados em15/05/2015.

Além da notificação de acidente de trabalho pela rede, o sistema prevê a investigação das condições gera- doras do acidente e este tem sido um instrumento importante para a proteção ao trabalho do adolescente e erradicação do trabalho infantil. O registro é encaminhado para um dos seis Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do Município de São Paulo que desencadeia intervenções em estabelecimentos em- pregadores para eliminar as condições prejudiciais à saúde e envolvem, também, medidas como retirar o adolescente imediatamente da situação de risco.

Em algumas situações é realizado visita domiciliar para entrevista com o adolescente e familiar, bem como orientações quanto à atividade proibida. Muitas vezes torna-se necessário encaminhar o adolescente para nova forma de inserção social: inclusão em programas assistenciais de renda, em cursos profissionalizantes adequados à idade e isenção de risco, dentre outros17. Nesse sentido, é fundamental a articulação interins- titucional para adequar o atendimento ao adolescente no Município de São Paulo, no entanto, ainda há dificuldade de articulação com as demais secretarias municipais.

Em 2014 a GVISAT/COVISA elaborou diretrizes para efetuar essas ações de vigilância em saúde do trabalha- dor, visando à promoção do trabalho decente do jovem economicamente ativo e erradicação do trabalho proibido.

Foi estabelecido um fluxograma de intervenção e a realização de investigação epidemiológica (reunião de dados do acidentado, verificação das condições de ocorrência de acidente, a persistência da exposição ao risco deste jovem e de outros por meio de entrevista ou contato domiciliar) antecedendo a intervenção nos acidentes de trabalho com trabalhadores com menos de 18 anos. Durante a investigação a empresa é formal- mente convocada para conhecer a legislação pertinente e assinatura de um termo de compromisso de não reincidência na contratação de adolescentes e aprendizes em desacordo com a Lista TIP.

1. No Município de São Paulo existem 6 CRST, distribuídos segundo regionalização da Secretaria Municipal da Saúde,a saber: Freguesia do Ó (Norte), Mooca (Sudeste), Santo Amaro (Sul), Itaquera (Leste), Sé e Lapa (Centro-Oeste).

#### 43

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Mas é importante destacar que o Sistema de Vigilância em Acidente de Trabalho atua a partir do evento já ocorrido e que fez o adolescente procurar um atendimento médico, ou seja, a partir do dano. É necessária a proteção da saúde dos trabalhadores que coíbam as atividades proibidas, promovendo o trabalhoprote- gido. O acidente é sempre um evento traumático na vida do adolescente.

Os dados abaixo se baseiam nos casos de acidentes de trabalho ocorridos com adolescentes economica- mente ativos, que buscaram atendimento médico na rede de atenção à saúde do município. A identifica- ção dos acidentes é feita a partir da pergunta “*você estava trabalhando no momento do acidente?*” que funciona como um filtro de identificação.

##### Tabela 11. Acidente de trabalho ocorrido com adolescentes com menos de 18 anos, notificados no SI- NAN, segundo ano e faixa etária, MSP, 2015

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ano da Notificação** | **Menor de 16 anos** | **16 a 17anos** | **Total** |
| 2010 | 50 | 258 | 308 |
| 2011 | 50 | 334 | 384 |
| 2012 | 70 | 392 | 462 |
| 2013 | 121 | 425 | 546 |
| 2014 | 69 | 346 | 415 |
| **Total** | 360 | 1755 | 2115 |

Fonte: SINAN NET, SMS/COVISA/GVISAT/INFORMAÇÃO, acesso em 30/11/2015

Verifica-se que a maioria das notificações é de jovens de 16 a 17 anos que, em geral, já tem registro na carteira de trabalho. De acordo com a Gerência de Vigilância em Saúde do Trabalhador - GVISAT/COVISA, a subnotificação de adolescentes com menos de 16 anos é grande, pois muitas vezes a própria família acoberta a situação de trabalho que provocou o acidente.

As atividades comerciais e serviços prejudiciais à saúde e segurança dos trabalhadores adolescentes, tais como oficina mecânica, lavanderia, padaria, açougue, clínicas veterinárias, restaurantes, bares, serviço doméstico, entre outros, concentram o maior número de acidentes.

##### Tabela 12. Acidente de trabalho com jovens economicamente ativos notificados no SINAN, segundo atividade econômica e gravidade, MSP, 2015

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Atividade econômica** | **Não grave** | **Grave** | **Ignorado** | **Total** |
| Indústria | 266 | 5 | 0 | 271 |
| Comercio | 24 | 1 | 0 | 25 |
| Construção | 14 | 0 | 0 | 14 |
| Serviços | 881 | 15 | 1 | 897 |
| Ignorado | 637 | 10 | 1 | 648 |
| **Total** | **1822** | **31** | **2** | **1855** |

Fonte: SINAN NET, SMS/COVISA/GVISAT/INFORMAÇÃO, acesso em 30/11/2015.

São considerados graves os acidentes ocorridos com adolescentes com menos de 18 anos que resultem em óbito e lesões graves (amputação, esmagamento, politraumatismo, traumatismo crânio-encefálico, fratura na coluna, lesão de medula espinhal, trauma com lesões viscerais, eletrocussão, asfixia, queimadura, perda de consciência e aborto que resulte em internação)18.

1. Portaria Municipal da Secretaria da Saúde, nº 1470/02, de 30/04/2002 e Portaria Ministério da Saúde nº 104,de 25/01/2011.

#### 44

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

##### Tabela 13. Acidente de Trabalho ocorrido com adolescentes com menos de 18 anos, notificados no SINAN, segundo causa do acidente e sexo, MSP, 2015.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Causa do Aci- dente** | **Masculino** | **Femi- nino** | **Total** |
| Acidentes trans- portes | 111 | 43 | 154 |
| Agressões | 4 | 4 | 8 |
| Envenenamentos  / Intoxicações | 5 | 0 | 5 |
| Excesso de es- forço | 17 | 6 | 23 |
| Exposição a  fatores ambi- entais | 65 | 41 | 106 |
| Forças mecânicas animadas | 20 | 14 | 34 |
| Impacto de ob- jetos | 353 | 107 | 460 |
| Máqui- nas / Ferra- mentas | 372 | 73 | 445 |
| Outras forças  mecânicas in- animadas | 109 | 35 | 144 |
| Outros fatores de causas ex- ternas | 9 | 3 | 12 |
| Quedas | 220 | 191 | 411 |
| Ignorado | 227 | 86 | 313 |
| **Total** | **512** | **603** | **2115** |

Fonte: SINAN NET, SMS/COVISA/GVISAT/INFORMAÇÃO, acesso em 30/11/2015.

A exposição proibida ou indevida no trabalho afeta diretamente a saúde das crianças e jovens, pois as do- enças relacionadas ao trabalho ocorrem de forma precoce e são mais graves neste segmento da população, quando comparadas a dos adultos expostos às mesmas. O manuseio de máquinas elétricas ou de porte industrial é considerado perigoso e proibido para essa faixa etária e é responsável pela maior parte dos acidentes ocorridos.

#### 45

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

##### Tabela 14. Acidente de Trabalho ocorrido com adolescentes com menos de

**18 anos, notificados no SINAN, segundo diagnóstico da lesão e sexo, MSP, 2015.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Diagnóstico da Lesão** | **Masculino** | **Feminino** | **Total** |
| Doenças | 55 | 37 | 92 |
| Penetração de corpo estranho | 3 | 0 | 3 |
| Queimaduras intoxicações | 75 | 58 | 133 |
| Trauma de ca- beça pescoço | 99 | 37 | 136 |
| Traumas MMII | 237 | 148 | 385 |
| Traumas MMSS | 827 | 224 | 1051 |
| Traumas múltiplos | 38 | 20 | 58 |
| Trauma tronco | 42 | 27 | 69 |
| Traumas sem espe- cificação | 68 | 27 | 95 |
| Outros efeitos de causa externa | 1 | 1 | 2 |
| Ignorado | 67 | 24 | 91 |
| **Total** | **1512** | **603** | **2115** |

Fonte: SINAN NET, SMS/COVISA/GVISAT/INFORMAÇÃO, acesso em 30/11/2015.

Esforços físicos intensos, levantamento e transporte manual de cargas e movimentos repetitivos estão associados aos diagnósticos de doenças relacionadas ao trabalho. Os traumas lideram as notificações de agravo e, em sua maioria, deixam sequelas nos adolescentes. Nas ações de Vigilância em Saúde do Tra- balhador foram identificados acidentes que nem deveriam estar presentes na vida das crianças e jovens, por se tratarem de atividades ou tarefas proibidas. Na maioria das vezes, os agravos à saúde decorrente do trabalho infanto-juvenil são pouco visíveis, na medida em que grande parte das sequelas aparece somente anos mais tarde.

### Assistência Social: identificação e enfretamento do trabalhoinfantil

O Ministério de Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional da Assistência Social, instituiu o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em 1996 como uma estratégia para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS) e, desde então, o programa foi sendo ampliado significativamente. Em 2005, ocorreu a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, o que trouxe mudanças significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda. E em 2011,o PETI foi integrado a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial e intergovernamental, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que no âmbito do SUAS – Sis- tema Nacional de Assistência Social compreende trêseixos:

* Inclusão de famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho em programas de transferên- cia de renda;
* Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16anos;
* Acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A partir de 2013, foi iniciada discussão sobre o redesenho do PETI, considerando os avanços da estrutu- ração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da política de prevenção e erradicação do trabalho infantil. A Resolução 08 do Conselho Nacional de Assistência Social estabeleceu em 2013 cinco eixos para ações estratégicas do Programa para intensificar a erradicação do trabalho infantil, visando ampliar a mo- bilização social e a articulação de políticas públicas preventivas e eficazes diante das novas configurações do trabalho infantil no Brasil:

* Informação e mobilização nos territórios de incidência do trabalho infantil para propiciar o

#### 46

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil;

* Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
* Proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; apoio e acompanhamento das ações de defesa eresponsabilização;
* Monitoramento das ações doPETI.

A Equipe Estadual de Referência do PETI da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

– SEDS coordena, assessora e presta apoio técnico aos municípios na execução do PETI visando fortale- cer a gestão compartilhada e a execução descentralizada do Programa. O Estado co-financia os serviços de convivência e de acompanhamento familiar ofertado pelos municípios por meio dos CRAS e CREAS.

Em 2011 a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS elaborou o Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para o município de São Paulo que apresenta grande diver- sidade de situações de exploração e trabalho infantil. O plano tem por objetivo garantir que toda criança e adolescente na cidade de São Paulo, em situação de trabalho, sejam inseridas no PETI, e sua família acompanhada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ou por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Além do monitoramento das ações do PETI, de modo a assegurar a prevenção e eliminação do trabalho infantil no município, o plano da SMADS apresenta um conjunto de ações e intervenções, protocolos de atendimentos, procedimentos e estabele- cimento de fluxos de informações, a partir dos seguintes eixos de atuação:

1. Transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho;
2. Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças ou adolescentes até 16anos;
3. Acompanhamento familiar ofertado pela Proteção Social Especial – PSE, por meio do Centro de Refe- rência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pela Proteção Social Básica – PSB, por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).
4. Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação deRua.
5. Vigilância Social.

As ações foram concebidas para serem realizadas de forma continua, com acompanhamento das famílias e crianças/adolescentes retirados do trabalho, inserção nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, tais como os Centros para Crianças e Adolescentes, Centros para Juventude e demais serviços da rede socioassistencial, em paralelo com encaminhamentos para inclusão em Programas de Transferência de Renda – PTR. Além disso, o plano também se propôs a assegurar o registro continuo de dados nos sis- temas eletrônicos de cadastro e monitoramento do PETI, como o - Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, o Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família - SICON e o Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações Ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Progra- ma de Erradicação do Trabalho Infantil -SISPETI.

Com base nesses registros foi possível caracterizar a evolução do processo de identificação do perfil de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, de 2012 a janeiro de 2015, no município, inseri- dos no CadÚnico; o perfil e as situações de trabalho identificadas no serviço de abordagem nas ruas; a abrangência do atendimento ofertado pelos CREAS. Dados e informações que permitem traçar um retrato da configuração do problema no município, envolvendo famílias em situação de vulnerabilidade social.

##### Programas de transferência de renda

* + O Programa Bolsa Família é um programa do Governo Federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza extrema (até R$ 70,00 per capita) e de pobreza (R$ 70,01 a R$ 140,00 per capita), com condicionalidade nas áreas de saúde e educação. Sua gestão é descentralizada e compartilhada entre a União, estados e municípios. Em janeiro novembro de 2015, o município de São Paulo tinha 448.908 famílias no Programa Bolsa Família o que representava 89,66 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa. De junho de 2011 a novembro de 2015, houve aumento de 121,36 % no total de famílias beneficiárias.

#### 47

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Ao entrar no Programa Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal. No município, 89,70 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,70 %. O município está acima da média.

##### Tabela 15. Total de crianças e adolescentes com menos de 16 anos em situação de trabalho infantil no Município de São Paulo marcadas no CadÚnico, no período de Janeiro de 2012 a Janeiro de 2015.

|  |  |
| --- | --- |
| **Ano** | **Total** |
| 2012 | 1.389 |
| 2013 | 849 |
| 2014 | 564 |
| 2015 | 310 |
| 2016 | 422 |

Fonte: Base CadÚnico – Município de São Paulo, Extração de Janeiro de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

* + O Programa Renda Mínima é um programa de transferência de renda do Governo Municipal que tem como objetivos promover o acesso do grupo familiar em situação de vulnerabilidade social à rede socioassistencial do território do município; estimular a frequência escolar e fortalecer os vínculos familiares e a convivência comunitária. Para participar do Programa as famílias devem ser residentes e domiciliadas no município de São Paulo há dois anos, na data do cadastramento; ter renda familiar bruta per capita mensal inferior ou igual a R$ 175,00; ter filhos e/ou dependentes, sendo pelo menos um deles com idade inferior a 16 anos; e matriculados em escolas com frequência igual ou superior a 85%; possuir carteira de vacinação atualizada dos filhos e/ou dependentes menores de 7 (sete) anos. Os valores pagos pelo Programa Renda Mínima, considerados como complementação mensal da renda familiar são:
* R$140,00, para famílias que tenham 1 (um) filho oudependente;
* R$170,00, para famílias que tenham 2 (dois) filhos oudependentes;
* R$ 200,00, para as famílias que tenham 3 (três) ou mais filhos oudependentes.

A tabela abaixo referencia a quantidade de crianças, adolescentes e jovens com indicação de trabalho infantil, cujas famílias participaram do programa Renda Mínima.

##### Tabela 16. Total de crianças, adolescentes e jovens com indicação de trabalho infantil cujas famílias estão no Programa Renda Mínima do Município de São Paulo, no perí- odo de Janeiro de 2012 a Janeiro de 2015

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Renda Mínima** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** |
| Até 16 anos | 185 | 123 | 55 | 22 |
| De 16 a 17  anos | 138 | 186 | 69 | 9 |

Fonte: Base CadÚnico, Janeiro 2015.

No âmbito do Governo Estadual há ainda dois programas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social que beneficiam direta e indiretamente crianças, adolescentes e jovens de famílias em situação de vulne- rabilidade social:

* + Programa Ação Jovem: programa de transferência de renda com objetivo de estimular a conclusão da escolaridade básica. Possibilita os jovens beneficiários de 15 a 24 anos, com prioridade para aqueles com renda familiar de até um quarto do salário mínimo por pessoa, beneficiários a continuarem o aprendizado para o desenvolvimento pessoal e a inserção no mercado do trabalho, além da preparação efetiva exercício da cidadania. O valor é de R$ 80,00 por jovem/ mês e o jovem deve ter frequência escolar mínima de 75%.

#### 48

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

* + Programa Renda Cidadã: programa estadual de transferência de renda que promove ações comple- mentares e concede apoio financeiro direto às famílias. Visa à auto sustentação e a melhoria na qualidade de vida da família beneficiária do programa com renda mensal per capita até 1/4 (um quarto) do salário mínimo. Valor R$ 80,00 por família/ mês

##### Tabela 17: Características dos Programas de Transferências do Município de São Paulo e Número de Beneficiários.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Programa** | **Esfera Gov- ernamental** | **Nº Famílias Ben- eficiadas** | **Valor**  **Médio benefício** |
| Bolsa Família | Federal | 452.357 | R$ 135,30 |
| Renda Mínima | Munici- pal | 31.010 | R$ 64,44 |
| Renda Cidadã | Estadual | 13.445 | R$ 80,00 |
| **Programa** | **Esfera Gov- ernamental** | **Nº Pessoas Ben- eficiadas** |  |
| PETI\* | Federal | 320 |  |
| Ação Jovem | Estadual | 9.893 | R$ 80,00 |

Fonte: Folhas de pagamento dos PTRs - janeiro/2016. Elaboração: SMADS/CGB Nota:\*Os valores transferidos pelo PETI estão inseridos na folha de pagamento do PBF.

##### Serviços de Proteção Social Especial e de Proteção Social Básica da Assistência Social

O trabalho socioeducativo realizado pela rede de serviços da SMADS, diretamente ou em parceria/ convênio com as organizações sociais se baseiam no acolhimento, apoio, na construção de vínculos de confiança, na proteção social, não sendo de sua responsabilidade ou atribuição a fiscalização ou medidas coercitivas em relação ao trabalho infantil.

##### Tabela 18. Serviços e Equipamentos da SMADS

|  |  |
| --- | --- |
| **Serviços e equipamentos** | **Unidades** |
| Centro de Referência de Assistência Social - CRAS | 54 |
| Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS | 27 |
| Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua | 05 |
| Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | 728 |
| Serviço de Abordagem Social | 23 |

Fonte: SMADS/Observatório de Políticas Sociais, 2015

|  |  |
| --- | --- |
| **Serviços e equipamentos** | **Atendimento** |
| PAIF - Serviços de Proteção Social Básica à Família | 4.857 |
| Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indiví- duos - PAEFI | 8.329 |
| Centros de Referência Especializados de Assistência Social para Popu- lação em Situação de Rua | 541 |
| Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | 128.363 |
| Serviço de Abordagem Social | 8.112 |

#### 49

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Fonte:SMADS/Observatório de Políticas Sociais, 2015

Os 54 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, localizados em áreas de vulnerabilidade social, executam serviços de proteção social básica, organizam e coordenam a rede de serviços socio- assistenciais locais da política de assistência social. Dada a sua capilaridade nos territórios, se carac- terizam como principal porta de entrada dos usuários à rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social. Sua principal função é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e de aquisições, do fortaleci- mento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Nos 27 Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS se ofertam serviços especiali- zados e continuados a famílias e indivíduos nas diversas situações de violação de direitos na perspec- tiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva.

A SMADS, em dezembro de 2015, registrou 1.256 convênios e a oferta de 225.028 vagas sendo uma das maiores redes de serviços socioassistenciais da América Latina, contando 377 organizações conve- niadas.

##### Tabela 19 – Serviços de atendimento a crianças, adolescentes e jovens conveniados com a SMADS em dezembro de 2015

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº Serviços** | **Tipos de Serviços para Crianças, Adolescentes e Jovens** | **Nº de Vagas** |
| 123 | Serviços de Acolhimento Institucional | 2 460 |
| 05 | Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças de 0 a 6 anos; | 100 |
| 06 | Serviços de Acolhimento Institucional para criança e adolescente | 120 |
| 04 | República Jovem | 48 |
| 01 | Espaços de Convivência para Crianças e Adolescentes | 150 |
| 62 | Medidas Socioeducativas em meio aberto | 6 240 |
| 18 | Serviços de Proteção Social à Criança e Adolescente Vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias | 1 480 |
| 50 | Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes (CEDESP)/ | 10 300 |
| 76 | Centros para Juventude (CJ) | 8 310 |
| 493 | Centros para Crianças e Adolescentes (CCA) | 73 190 |
| 01 | Restaurante Escola | 60 |
| 07 | Clubes da Turma (municipalizado) | 5 540 |
| 05 | Circo escola (municipalizado) | 2 800 |

Fonte: SMADS/Observatório Social, dezembro de 2015 [(http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\_social/observatori](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/monitoramento))o\_social/monitoramento)

##### Abordagem de rua de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

Em 2002 a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo (SMA- DS) criou o SISRUA, sistema de informação para gerenciar dados de abordagem de rua e acolhimento de crianças e adolescentes. Em outubro de 2013, os serviços de acolhimento migraram para o SISA, Sistema de Atendimento ao Usuário da Assistência Social, Esse novo sistema é mais moderno e foi ao ar com o propósito de facilitar a inserção e o manuseio dos dados. Assim, o SISRUA se tornou exclusivo para registro pelos Serviços Especializados de Abordagem.

No período entre Janeiro de 2012 e Dezembro de 2015 o total geral de abordagens realizadas foi de 22

423. De acordo com as informações fornecidas pela SMADS, uma criança ou adolescente pode ser abor- dada mais de uma vez, por isso a distinção entre o total de abordagens e de pessoas abordadas. Os dados apresentados abaixo se referem aos totais de crianças, adolescentes e jovens abordados no mesmo perí- odo, que foi de 5137.

#### 50

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

##### Tabela 20. Quantidade de crianças de zero a 10 anos e de adolescentes de 11 a 15 anos abordados, em situação de trabalho infantil, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Faixa Etária** | **Quantidade de crianças e adolescen-**  **tes abordados** | | | |
| **2012** | **2013** | **2014** | **2015** |
| **0 a 10 anos** | 520 | 529 | 474 | 549 |
| **11 a 15 anos** | 945 | 1238 | 1246 | 1347 |
| **16 a 17 anos** | 298 | 309 | 245 | 367 |

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e desenvolvimento Social/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais, 2015.

Pode-se observar que houve pouca variação no número de crianças de zero a 10 anos, abordadas noperí- odo 2012-2013 e em 2014 há uma queda na quantidade de crianças e adolescentes abordados. Em 2015 esse número volta a crescer. Em relação às crianças e adolescentes de 11 a 15 anos, houve um aumento en- tre 2012 e 2015. Esse segmento apresenta o maior número de abordagens entre o público infanto-juvenil. Em relação à faixa etária de 16 a 17 anos, as abordagens decresceram em 2014 e voltaram a aumentar em 2015. Nessas abordagens foram identificadas as dez atividades de trabalho mais realizadas por crianças e adolescentes e jovens trabalhadores nos Distritos do Município de São Paulo, de acordo com o tipo de ocupação que realizavam durante o período de 2012 a 2015, sendo os dados de 2015 relativos ao meio do ano referido.

Entre 2012 a 2014, na tabela abaixo, observa-se que as atividades que mais ocuparam crianças e adoles- centes de zero a 15 anos são as relacionadas a *serviços gerais* e a *malabarismo em semáforos*. A situação se modifica em 2015, onde as atividades de *guardador de carros* e *serviços gerais* lideram as ocupações entre crianças e adolescentes de zero a 15 anos, ainda que os dados para o ano referido sejam relativos ao meio do ano.

#### 51

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

##### Tabela 21: Quantidade de crianças e adolescentes, de zero a 15 anos, em situação de trabalho infantil, de acordo com as dez ocupações mais desenvolvidas no Município de São Paulo, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de2015.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2012** | | **2013** | | **2014** | | **2015** | |
| **Ocupação** | **Total 0 a 15** | **Ocupação** | **Total 0**  **a 15** | **Ocupação** | **Total 0 a 15** | **Ocupação** | **Total 0 a 15** |
| **anos** | **anos** | **anos** | **anos** |
| Serviços Gerais | 346 | Mala- barismo em semáforos | 469 | Mala- barismo em semáforos | 445 | Guardador de Carros | 518 |
| Mala-  barismo em semáforos | 342 | Vendedor de  produtos no farol | 366 | Guardador de Carros | 327 | Serviços Gerais | 389 |
| Vendedor de produtos no farol | 276 | Guardador de Carros | 321 | Vendedor de produtos no farol | 309 | Mala- barismo em semáforos | 429 |
| Guardador de Carros | 252 | Serviços Gerais | 244 | Serviços Gerais | 248 | Vendedor  de produtos no farol | 439 |
| Limpador de Vidros de Carros em Faróis | 88 | Limpador de Vidros de Carros em Faróis | 120 | Limpador de Vidros de Carros em Faróis | 143 | Atividade que apa- recer | 243 |
| Ambulante | 33 | Ambulante | 44 | Distribui Panfletos | 69 | Limpador  de Vidros em faróis | 135 |
| Carregador | 27 | Distribui Panfletos | 43 | Engraxate | 58 | Engraxate | 73 |
| Catador de  Material Reciclável | 22 | Catador de  Material Reciclável | 41 | Ambulante | 44 | Catador de  Material Reciclável | 35 |
| Engraxate | 20 | Carregador | 30 | Catador de  Material Reciclável | 26 | Distribui Panfletos | 34 |
| Distribui Panfletos | 18 | Engraxate | 25 | Atividade  que apa- recer | 20 | Ambulante | 19 |

Fonte: SMADS/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), 2015.

A tabela 21 mostra as dez maiores atividades desenvolvida por crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo nos anos de 2012 a 2015. Nota-se que há uma variação nas colocações das atividades nos anos observados, por exemplo, no ano de 2012 as três maiores atividades por crianças e adolescentes até 15 anos foram em ordem decrescente: serviços gerais, malabarismo em semáforos e vendedor de produto em farol; já no ano de 2013 a atividade de malabarismo em farol estava em primeiro lugar, seguida de vendedor de produtos em farol e guardador de carros. Em 2014 as três maiores atividades foram as mesmas de 2013, invertendo-se somente a ordem da segunda e das terceiras atividades, ou seja, malabarismo em semáforos em primeiro, seguido de guardados de carros e vendedor de produtos em farol. E finalmente em 2015, as atividades de guardador de carro aparecem em primeiro lugar, de serviços gerais em segundo e malabarismo em semáforos em terceiro.

Observando as alterações nas colocações das atividades, uma hipótese de explicação pode estar relacionada às diferentes estratégias de sobrevivência e para maiores ganhos financeiros empregadas pelas crianças e adolescentes nas ruas da cidade

#### 52

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

##### Tabela 22: Quantidade adolescentes de 16 e 17 anos, em situação de trabalho infantil, de acordo com as dez ocupações mais desenvolvidas no Município de São Paulo, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2012** | | **2013** | | **2014** | | **2015** | |
|  | **Total 16 a**  **17 anos** |  | **Total 16 a**  **17 anos** |  | **Total 16 a**  **17 anos** |  | **Total 16 a**  **17 anos** |
| **Ocupação** | **Ocupação** | **Ocupação** | **Ocupação** |
|  |  |  |  |
| Serviços Gerais | 61 | Serviços Gerais | 55 | Serviços Gerais | 75 | Serviços Gerais | 79 |
| Vendedor de produtos no farol | 39 | Malabarismo em semáfo- ros | 51 | Malabarismo em semáfo- ros | 59 | Malabarismo em semáfo- ros | 84 |
| Malabarismo  em semáfo- ros | 34 | Vendedor de  produtos no farol | 41 | Guardador de Carros | 51 | Vendedor de  produtos no farol | 74 |
| Guardador de Carros | 21 | Distribui Panfletos | 26 | Distribui Panfletos | 37 | Guardador de Carros | 79 |
| Engraxate | 11 | Guardador de Carros | 24 | Vendedor de  produtos no farol | 33 | Realiza oque aparecer | 26 |
| Limpador de  Vidros em faróis | 10 | Limpador de  Vidros em Faróis | 13 | Engraxate | 18 | Distribui Panfletos | 33 |
| Distribui Panfletos | 9 | Ambulante | 8 | Limpador de  Vidros em faróis | 15 | Limpador de  Vidros em Faróis | 24 |
| Catador de  Material Reciclável | 5 | Engraxate | 6 | Carregador | 5 | Engraxate | 15 |
| Ambulante | 4 | Catador de Material Reciclável | 5 | Ambulante | 4 | Catador de Material Reciclável | 8 |
| Carrega placas de anúncios | 4 | Vendedor de flores em bares/ res- taurantes | 5 | Pedreiro | 4 | Ambulante | 2 |

Fonte**:** SMADS/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), 2015.

A tabela 22 mostra as atividades mais realizadas por adolescentes de 16 e 17 anos nas ruas da cidade de São Paulo dentre os anos analisados. Entre 2012 e 2015 as atividades que mais mobilizaram foram serviços gerais, vendedor de produtos em farol, malabarismo em semáforos e guardador de carros. Estas quatro atividades se alternaram nas três primeiras colocações em todos os anos observados, sendo que serviços gerais estão na primeira colocação em todos os anos, vendedor de produtos em farol está na segunda colo- cação em 2012 e em terceiro lugar em 2013 e 2015; malabarismo em semáforos aparece em terceiro lugar em 2012 e em segundo nos anos de 2013, 2014 e 2015. Já guardador de carros foi a terceira estratégia mais adotada apenas em 2014.

Dos 96 distritos que correspondem a divisão político-administrativa da cidade, o serviço de abordagem foi realizado em 75, mas foram destacados abaixo os dez distritos que apresentaram dados significativos, ou seja, maior quantidade de crianças e adolescentes e de jovens trabalhadores abordados no período de Janeiro de 2012 a dezembro de2015.

#### 53

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

##### Tabela 23. Os dez distritos do Município de São Paulo com maior quantidade de crianças e adolescentes abordados, de 0 a 15 anos, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2012** | | **2013** | | **2014** | | **2015** | |
| **Distrito** | **de 0 a**  **15 anos** | **Distrito** | **de 0 a 15 anos** | **Distrito** | **de 0 a**  **15 anos** | **Distrito** | **de 0 a**  **15 anos** |
| **1º** | Santana | 251 | Santana | 259 | Santana | 195 | Santana | 196 |
| **2º** | Mandaqui | 184 | Mandaqui | 210 | Mandaqui | 182 | Cidade Ade- mar | 169 |
| **3º** | Rio Pequeno | 127 | Itaim Pau- lista | 119 | Itaim Paulista | 164 | Itaim Paulista | 168 |
| **4º** | Butantã | 75 | Rio Peque- no | 113 | Rio Pequeno | 92 | Mandaqui | 134 |
| **5º** | Moema | 73 | Moema | 98 | Perdizes | 91 | Socorro | 128 |
| **6º** | Brás | 47 | Barra Funda | 88 | Raposo Tavares | 90 | Cidade Dutra | 93 |
| **7º** | Tatuapé | 46 | Er- melino Mata- razzo | 60 | Vila Jacuí | 71 | Grajaú | 97 |
| **8º** | Cam-  po Limpo | 45 | Vila Jacuí | 60 | Aricanduva | 68 | Rio pequeno | 92 |
| **9º** | Vila sônia | 41 | Brás | 55 | Sé | 62 | Ra- poso Tava- res | 74 |
| **10º** | Capão  redon- do | 39 | Campo limpo | 52 | Butantã | 58 | Campo limpo | 51 |

Fonte: SMADS/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), 2015.

Em relação aos dez Distritos do Município de São Paulo com maior quantidade de jovens de 16 a 17 anos abordados, em 2012 e 2013, o distrito de Santana também se destacou. Mas em 2014 e 2015, foi superado pelo distrito de Itaim Paulista, com 32 abordagens em 2014 e 47 abordagensem2015.

#### 54

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

##### Tabela 24. Os dez distritos do Município de São Paulo com maior quantidade de jovens abordados, de 16 a 17 anos, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2012** | | **2013** | | **2014** | | **2015** | |
| **Distrito** | **de 16 a**  **17 anos** | **Distrito** | **de 16 a**  **17 anos** | **Distrito** | **de 16 a**  **17 anos** | **Distrito** | **de 16 a**  **17 anos** |
| **1º** | Santana | 37 | Santana | 38 | Itaim Paulista | 32 | Itaim Pau- lista | 47 |
| **2º** | Mandaqui | 23 | Mandaqui | 24 | Rio Pequeno | 28 | Sao Miguel | 28 |
| **3º** | Moema | 11 | Rio Peque- no | 17 | Aricanduva | 27 | Rio Peque- no | 41 |
| **4º** | Rio Pequeno | 11 | Moema | 11 | Mandaqui | 27 | Vila Sônia | 28 |
| **5º** | Bom Retiro | 9 | Campo Limpo | 10 | Santana | 26 | Mandaqui | 26 |
| **6º** | Tatuapé | 9 | Brás | 9 | Sao Miguel | 23 | Ra- poso Tava- res | 17 |
| **7º** | Butantã | 8 | Itaim Pau- lista | 9 | Perdizes | 12 | Aricanduva | 18 |
| **8º** | Campo limpo | 8 | Aricanduva | 8 | Campo Belo | 11 | Santana | 26 |
| **9º** | Itaim paulista | 7 | Sao Miguel | 8 | Butantã | 10 | Cam- po Lim- po | 9 |
| **10º** | Tucuruvi | 7 | Penha | 7 | Moema | 10 | Ci- dade Ade- mar | 11 |

Fonte: SMADS/Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), 2015.

A SMADS também oferece vagas para jovens de 16 a 18 anos nos cursos do PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Em 2014 foram feitas 2.618 pré-inscrições, sendo 935 mulheres e 1.683 homens e 15 pessoas com deficiência pré-inscritas. 1.010 jovens efetivaram suas

matrículas, sendo que 317 não concluíram o curso escolhido, 623 foram aprovadas, 70 foram reprovadas.

##### Trabalho Infantil na Região Central da Cidade

O Programa de Educação de Rua da Fundação Projeto Travessia, organização não governamental fundada em 1995 e que tem atuação marcante e histórica junto às crianças e adolescentes em situação de rua, re- alizou em 2013 um mapeamento do trabalho infantil na região central da cidade de São Paulo. O projeto, apoiado pela Petrobrás, produziu um mapeamento com contagem amostral, caracterização e cartografia do trabalho infantil; elaborou material informativo e de comunicação que apoiou a realização de grande campanha de esclarecimento e combate ao trabalho infantil na Região da Sé, Região República e Anhan- gabaú.

O mapeamento constatou 106 pessoas envolvidas com o trabalho infantil na região, sendo 65 crianças, 11 adolescentes e 30 adultos. 46 crianças estavam acompanhadas de adultos, 15 estavam sozinhos e outros 15 estavam junto com outras crianças. Quanto às atividades laborais, 29 estavam vendendo bala, 20 não tinham atividades identificadas, 14 pedintes, 07 estavam dormindo, 06 coletando materiais recicláveis. 48% estavam concentradas no Vale do Anhangabaú, 28% na Praça da República e 24% na Praça da Sé, locais de grande circulação nas ruas, calçadas, bares e restaurantes. Entre os pontos de maior presença se destacaram as ruas, com 29 crianças e adolescentes e os bares, com 21.

A campanha distribuiu folhetos, adesivos informativos para a rede de estabelecimentos da região, princi- palmente os bares, e cidadãos como o slogan “Quem compra produtos de crianças e adolescentes financia o trabalho infantil, pois além de mantê-las, incentiva a vinda de outras”.

#### 55

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Entre 29 de Janeiro até 24 do mês de março de 2016 os educadores sociais da Fundação Projeto Travessia realizaram novo mapeamento da incidência de ocorrência de trabalho infantil na região da Sé em incursões nas principais ruas e nos horários de "happy hour" de quintas ou sextas feiras, períodos de maior con- centração. As ruas foram selecionadas a partir da constatação da existência de maior número de bares e movimentação e buscou identificar meninos e meninas vendendo balas nos bares; praticando mendicância ou trabalhando com os pais.

##### Tabela 25: Ocorrências de trabalho infantil na sexta e quinta-feira nas ruas São Bento, Alvares Penteado, Quitanda e Vale do Anhangabaú na região central da cidade de São Paulo, março 2016

**Número de ocorrências de trabalho infantil por dia**

20

15

10



**Número de ocorrências de trabalho infantil nas quintas-feiras por rua**

14

12

10

8

6

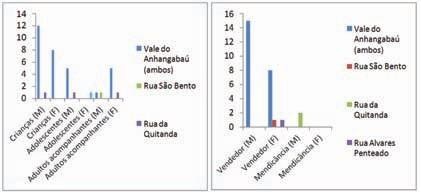
4

2

Fonte: Fundação Projeto Travessia, março 2016

Os dados acima não se referem ao número total de crianças praticando trabalho infantil e sim ao número de ocorrências identificadas, repetindo ou não a mesma criança.

##### Tabela 26: Ocorrências envolvendo crianças adolescentes por sexo (masculino e feminino) e por tipo de situação de trabalho infantil nas ruas São Bento, Alvares Penteado, Quitanda e Vale do Anhangabaú na região central da cidade de São Paulo, março 2016



Fonte: Fundação Projeto Travessia, março 2016

O mapeamento identificou nas ocorrências de trabalho infantil uma maioria de crianças desacompanhadas exercendo a função de vendedor e com maior concentração no Vale doAnhangabaú.

O objetivo do mapeamento é identificar e analisar os locais em que ocorre seguidamente um alto número de praticas de trabalho infantil no centro da cidade e torna-los de conhecimento público para que não fiquem invisíveis aos olhos do poder público. Por isso, a Fundação pretende repeti-lo nos próximos meses.

#### 56

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

### Educação: prevenção ao trabalhoinfantil

A falta de perspectiva de vida é um dos fatores que levam a criança ou o adolescente a trabalhar precoce- mente. E a educação tem papel preponderante na formulação de um projeto de vida futuro. Diversos estu- dos apontam que que o trabalho infantil afeta negativamente o desempenho escolar no curto prazo, bem como o fato de a criança trabalhar ser determinante na decisão de largar os estudos, embora o trabalho e a escola não sejam atividades excludentes. A melhoria da qualidade social da educação e o investimento em escolas integrais são considerados estratégicos para reverter definitivamente à inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Desde 2007, com a criação do Programa Mais Educação (Portaria Interministerial nº 17/2007), o Ministério da Educação (MEC) tem intensificado a política de educação integral como forma de ampliar o tempo de permanência das crianças na escola. Mais de 15.000 escolas já aderiram ao programa, beneficiando mais de três milhões de estudantes no país. A partir de um acordo entre o MEC e Ministério do Desen- volvimento Social e Combate à Fome, o programa tem sido implementado prioritariamente nas escolas localizadas em territórios de vulnerabilidade social e com a maioria dos alunos pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Já em 2009, a Emenda Constitucional 59 alterou o artigo 208 da Constituição Federal com a extensão da educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade.

A Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo é a maior do país. Conta com 1.478 unidades educacio- nais da Rede Direta e 1.763 da Rede Conveniada/Indiretas/Mova, além de 45 CEUS. Reúne um contingente de 49 042 professores.

|  |  |
| --- | --- |
| **Número de Unidades Educacionais** | |
| 1.749 | Centros de Educação Infantil - CEI (360 diretas, 358 indiretas, 953 conveniadas) |
| 535 | Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI |
| 547 | Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEF |
| 8 | Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio - EMEFM |
| 15 | Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJA |
| 6 | Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBS |
| 3 | Centros Municipais de Capacitação e Treinamento - CMTC |
| 3 | Centros de Educação e Cultura Indígena - CECI |
| 1 | Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI |
| **2.867** | **Total de Unidades Educacionais** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Número de Alunos Por Unidades Educacionais** | |
| 430.882 | Educação Infantil (202.826 em EMEI e 228.056 em CEI direto, indireto e conveniado) |
| 427.920 | Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF |
| 3.064 | Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio - EMEFM |
| 3.996 | Educação de Jovens e Adultos - EJA |
| 976 | Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBS |
| 382 | Educação Profissional - Nível Técnico (EMEFM Derville Allegretti) |
| 2.226 | Convênio especial |
| 10.339 | Movimento de Alfabetização - Mova |
| **919.785** | **Total Alunos Matriculados (Todos)** |

Fonte: Secretaria Municipal de Educaçã[o, 2015 . Disponível em http://portal.](http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/)sme.prefeitura.sp.gov.br/

Em 25 de agosto de 2015, foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo o Plano Municipal de Educação de São Paulo (PME) e no dia 17 de setembro de 2015 foi sancionado pelo Prefeito Fernando Haddad (LEI Nº 16.271). O PME foi construído após amplo debate com a sociedade e tem o objetivo de se constituir como um forte instrumento pela melhoria da qualidade da educação e pelo fim da evasão e de formas de exclusão de crianças, jovens e adultos dos diversos sistemas de ensino, entre outros, na cidade de São Paulo. O PME tem

#### 57

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

vigência de 10 anos e estabelece 13 metas e 14 diretrizes que devem orientar o Executivo no planejamento da Educação na capital paulista. Entre essas metas, destaca-se “Oferecer educação integral em no mínimo 50% das escolas públicas de forma a atender pelo menos 25% dos educando até o final da vigência do plano”.

Em sintonia com o Programa Mais Educação, do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, a adesão ao programa depende da aprovação do plano de trabalho apresentado por cada Unidade Escolar ao MEC. As atividades previstas nos planos de trabalho visam à extensão da jornada escolar diária para 7 horas, com atividades complementares vinculadas à proposta pedagógica. A Secretaria Municipal de Educação estabeleceu em 2013 a meta de inserir 100 mil alunos da rede municipal até 2016 para experimentar e deflagrar o programa na cidade. Em dezembro de 2015 cerca de 72 mil estudantes foram inscri- tos e beneficiados com o período integral em 367 escolas aprovadas pelo MEC para oferecer o Programa.

Essas primeiras experiências mostraram que é possível transcender o “currículo formal”, potencializando as comunidades de aprendizagem. Agora, a Secretaria Municipal de Educação quer integrar essas experiências e expandir, tornando a educação em tempo integral uma política pública de educação no município. Entre os dias 17 e 30 de novembro de 2015, a Secretaria Municipal de Educação apresentou para consulta pública o do- cumento do Programa “São Paulo Integral” que propõe diretrizes para a ampliação do tempo de permanência das crianças e adolescentes em ambiente educativo. E foi instituído pela portaria 7.464, de 03 de dezembro de 2015, o Grupo de Trabalho de Implementação. Acompanhamento e Avaliação do Programa “São Paulo Integral”, formado por representantes das 13 Diretorias e SME. Este grupo de trabalho acompanhará de perto as escolas que aderirem ao programa, fornecendo apoio técnico e pedagógico e formação às unidades integradas pelo programa.

Outra iniciativa da Secretaria Municipal da Educação que poderá contribuir para a prevenção ao Trabalho infan- til foi a criação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA. Instituído pela Portaria nº 6.566 de 24/11/2014, foi criado com o objetivo de apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades no processo de escolarização, decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que impliquem em prejuízo significativo no pro- cesso de ensino-aprendizagem e articular e fortalecer a Rede de Proteção Social no(s)território(s).

As treze Diretorias Regionais de Educação (DREs) do município mantem uma equipe multidisciplinar no NAAPA com oito profissionais (01 Assistente Social, 02 Psicólogos, 02 Psicopedagogos, 01 Fonoaudiólogo, 01 Coorde- nador e 01 Técnico Administrativo).

As equipes dos NAAPAs, por vezes, recebem relatos das equipes escolares de casos em que se configura traba- lho infantil entre os seus educandos. Diante deste contexto, poderá junto às equipes das Unidades Educacionais, os diferentes setores da Diretoria Regional de Educação e os profissionais dos serviços da Rede de Proteção Social elaborar saberes e fluxos de trabalho sobre a temática e o combate a esta violação de direito na infância e na adolescência.

O Prefeito Fernando Haddad, publicou em 2015, dois decretos importantes na consolidação da Gestão Demo- crática nas Unidades Escolares e na Secretaria Municipal de Educação, o decreto 56.520, de 16/10/2015, que dispõe sobre a criação e funcionamento dos CRECEs-Conselho de Representantes do Conselho de Escola e o decreto 56.560 de 28/10/2015 que dispõe sobre o funcionamento das Comissões de Mediação Conflito, ambos em seus princípios, diretrizes e atribuições destacam o fortalecimento da Rede de Proteção Social, para compre- ensão e superação das vulnerabilidades sociais das Crianças e adolescentes nos territórios das subprefeituras e Diretorias Regionais de Educação.

### Cultura e Meio Ambiente: atividades de prevenção aotrabalhoinfantil

A Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo oferecem um con- junto de serviços e atividades voltadas às crianças e adolescentes que, embora não tenham foco no trabalho infantil, atendem segmentos em situação de vulnerabilidade social e/ou se configuram como espaços de in- clusão social voltados ao desenvolvimento de capacidades, valores e ao convívio social que contribuem para a prevenção do trabalho infantil.

#### 58

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTI L E ADOLESCENTE

59

**Secretaria Municipal de Cultura**

##### Tabela 27: Caracterização de Programas/Projetos/Ações que atendem crianças e adolescentes da SMC

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Programa** | **Objetivos** | **Descrição da(s) ação (s)** | **Publico alvo (faixa etária)** | **Cobertura (Total par- ticip.)** | | **Espaço/ Instituição e/ que é realizado** | **Abrangência (regiões da cidade)** | **Parceiros** |
| 2014 | 2015 |
| Programa | O Programa de Iniciação Artisti- | O PIÁ tem como obje- | 5 a | 1890 | 2700 | Equipamentos | Todas | Secretaria |
| de Inicia- | ca atende crianças e jovens de 5 a | tivo principal abordar | 14 anos |  |  | da Secretaria |  | Municipal |
| ção Artis-  tica –PIA (Divisão de Formação Cultural e | 14 anos visando à iniciação e o  despertar do interesse pelas seguintes linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e | a dimensão poética do  conhecer, a afetividade e a vivência estética, visan- do trabalhar nas crianças a dimensão sensível de |  |  |  | Municipal de  Cultura, CEUS e EMFs |  | de Educa-  ção |
| Artistica) | teatro. A proposta artístico- | relacionar- se com o |  |  |  |  |  |  |
|  | pedagógica do PIÁ considera na | mundo. |  |  |  |  |  |  |
|  | sua abordagem as sensações, |  |  |  |  |  |  |  |
|  | sentimentos, conceitos, valores |  |  |  |  |  |  |  |
|  | e significados culturais e sociais. |  |  |  |  |  |  |  |
| EMIA (Es- | A Escola Municipal de Iniciação Artistica | Pensada inicialmente | 5 a | 1000 | 1000 | Sede EMIA | Zona |  |
| cola Mu- | (EMIA), que há mais de 32 anos promo- | como uma escola de inicia- | 12 anos |  |  |  | Sul/ |
| nicipal de | ve uma aprendizagem baseada no fazer | ção artistica que abordava |  |  |  |  | Con- |
| Iniciação | artistico, na criatividade e expressivi- | duas linguagens, Expressão |  |  |  |  | ceição |
| Artistica) | dade, e no respeito pelas diferenças e | composta por (Teatro, Ar- |  |  |  |  |  |
|  | pelas diferentes culturas para crianças | tes Plásticas e Movimento) |  |  |  |  |  |
|  | dos 5 aos 12 anos. Isso é realizado atra- | e a linguagem da Música |  |  |  |  |  |
|  | vés de uma metodologia própria, inova- | que tinha como principal |  |  |  |  |  |
|  | dora e em constante integração com as | finalidade apoiar e comple- |  |  |  |  |  |
|  | linguagens de Música, Dança, Teatro e | mentar o desenvolvimento |  |  |  |  |  |
|  | Artes Visuais | musical dos alunos. No |  |  |  |  |  |
|  |  | decorrer da história da |  |  |  |  |  |
|  |  | escola essas linguagens |  |  |  |  |  |
|  |  | foram conquistando cada |  |  |  |  |  |
|  |  | vez mais espaço e criando |  |  |  |  |  |
|  |  | contornos definidos e |  |  |  |  |  |
|  |  | relevantes para iniciação |  |  |  |  |  |
|  |  | artistica das crianças. |  |  |  |  |  |

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

60

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Escola Mu- | Oferecer ensino musical | Oferece uma diferenciada for- | 9 a | 571 | 607 | Praça das | Todas | Diretoria |
| nicipal de | profissionalizante gratuito e | mação musical para atuação | 25 anos |  |  | Artes, 2º e 3º |  | Artistica |
| Música de | de altissima qualidade, além | como instrumentistas ou canto- |  |  |  | andares: Escola |  | do Theatro |
| São Paulo | de atuar de forma marcante | res profissionais em orquestras, |  |  |  | Municipal de |  | Municipal |
| – Cursos | na difusão cultural, por meio | coros, grupos camerísticos, |  |  |  | Música de São |  | de São Pau- |
| de Forma- | de concertos, recitais, mas- | na área de correpetição ou na |  |  |  | Paulo |  | lo, Orques- |
| ção | terclasses e outros tipos de | carreira solista. A partir dos |  |  |  |  |  | tra Experi- |
|  | atividades artisticas. | nove anos de idade, os alunos |  |  |  |  |  | mental de |
|  |  | têm aulas individuais de ins- |  |  |  |  |  | Repertório, |
|  |  | trumento e aulas coletivas de |  |  |  |  |  | Escola de |
|  |  | conteúdos teóricos, bem como |  |  |  |  |  | Dança de |
|  |  | vivenciam experiências musi- |  |  |  |  |  | São Paulo e |
|  |  | cais em grandes formações, por |  |  |  |  |  | Secretaria |
|  |  | meio das aulas de prática coral, |  |  |  |  |  | Municipal |
|  |  | prática de orquestra e música |  |  |  |  |  | de Cultura. |
|  |  | de câmara |  |  |  |  |  |  |
| Escola de | Oferecer ensino em dança | Compreende nove anos de for- | 8 a | 487 | 431 | Praça das Ar- | Todas | Diretoria |
| Dança de | profissionalizante gratuito e | mação, divididos em três ciclos: | 18 anos |  |  | tes, 4º e 5º |  | Artistica |
| São Paulo | de altissima qualidade, tanto | Fundamental, Intermediário e |  |  |  | andares: Es- |  | do Theatro |
| – Cursos de | em termos de balé clássico | Profissionalizante. A criança/ |  |  |  | cola de Dança |  | Municipal |
| Formação | como em formas contem- | adolescente passa um mínimo |  |  |  | de São Paulo |  | de São Pau- |
|  | porâneas, além de atuar de | de 9 e um máximo de 25 horas |  |  |  |  |  | lo, Balé da |
|  | forma marcante na difusão | semanais na escola cursando |  |  |  |  |  | Cidade de |
|  | cultural, por meio de espe- | diversas disciplinas: Iniciação à |  |  |  |  |  | São Paulo, |
|  | táculos, workshops, oficinas | Dança, Música Aplicada à Dan- |  |  |  |  |  | Escola de |
|  | e outros tipos de atividades | ça, Jogos e Acrobacias, Danças |  |  |  |  |  | Municipal |
|  | artisticas. | Brasileiras, Balé Clássico, Dança |  |  |  |  |  | de Música |
|  |  | Contemporânea, Dança Afro, |  |  |  |  |  | de São |
|  |  | História da Dança, Composição |  |  |  |  |  | Paulo e |
|  |  | (Criação), entre outras. O de- |  |  |  |  |  | Secretaria |
|  |  | sempenho do aluno é avaliado |  |  |  |  |  | Municipal |
|  |  | a cada ano, e ele precisa ser |  |  |  |  |  | de Cultura. |
|  |  | aprovado para o ano seguinte. |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Durante todo o programa, são |  |  |  |  |  |  |
|  |  | oferecidas oportunidades de |  |  |  |  |  |  |
|  |  | participação em montagens |  |  |  |  |  |  |
|  |  | coreográficas e apresentações. |  |  |  |  |  |  |

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 2016

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTI L E ADOLESCENTE

### Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

##### Tabela 28: Caracterização de Programas/Projetos/Ações que atendem crianças e adolescentes da SMVMA

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Programa** | **Objetivos** | **Descrição da(s) ação (s)** | **Pu- blico alvo** | **Cobertura** | | **Espaço/Institui- ção e/ que é rea- lizado** | **Abrangên- cia (regiões**  **)** | **Parceiros** |
| **2014** | **2015** |
| Aventu- | Proporcionar a vivência e | Visita monitorada que | Crianças | 2705 | 2299 | Sala ambientada | Todas as | Escola |
| ra Ambi- | reflexão do participante | utiliza sala ambientada | a partir |  | (até | da UMAPAZ e | regiões da | de jardi- |
| ental | sobre o meio ambiente e | para estimular a percep- | dos |  | setem | percurso dentro | cidade de | nagem, |
|  | cultura de paz, utilizando | ção auditiva, visual e tátil | quatro |  | bro | do Parque Ibira- | São Paulo e | DEPAVE 3, |
|  | o parque como instru- | dos participantes, através | anos de |  | de | puera | outros mu- | Instituto de |
|  | mento de educação | do contato com canto de | idade |  | 2015) |  | nicípios | Geociências/ |
|  | ambiental. | aves, carpoteca e cortina |  |  |  |  |  | USP. |
|  |  | de animais, despertando o |  |  |  |  |  |  |
|  |  | interesse e a reflexãosobre |  |  |  |  |  |  |
|  |  | o reino mineral, vegetal e |  |  |  |  |  |  |
|  |  | animal. |  |  |  |  |  |  |
| Trilhas Urbanas | Realização de atividades | Realização de trilhas mo- | A par- | 1739 | 1545 | Parques Munici- | Regiões: | Algumas ati- |
|  | de Educação Ambiental | nitoradas em educação | tir de |  |  | pais: Jardim da Luz, | Centro, Oes- | vidades são |
|  |  | ambiental e de atividades | cinco |  |  | Piqueri, Trianon, | te, Leste, | desenvolvidas |
|  |  | lúdicas com foco em edu- | anos |  |  | Trote/Vila Guilher- | Sul, Norte. | com SME – |
|  |  | cação ambiental (jogos, | de |  |  | me, Aclimação, |  | PEMA-Progra- |
|  |  | dinâmicas, oficinas). | idade |  |  | Alfredo Volpi, Ibi- |  | ma Esporte |
|  |  |  |  |  |  | rapuera, Indepen- |  | e Meio Am- |
|  |  |  |  |  |  | dência. |  | biente |
|  | Conscientizá-los da im- | Explanação sobre a UMA- |  |  |  |  |  |  |
| Oficina de rea- | portância do reaproveita- | PAZ Conversa informal com | 05 a 14 | 752 | 310 | Escolas Municipais, | Norte, Sul, | SMS e SME |
| proveitamento  de tecidos nos | mento de materiais o meio  ambiente. Minimizar o | os participantes sobre reci-  clagem, reaproveitamento, | anos |  |  | Pqs. Municipais,  unidades do CRAS | centro,  Leste. |  |
| parques muni- | envio de lixo para os ater- | coleta seletiva, resíduos |  |  |  | e UBSs. |  |  |
| cipais da cidade | ros e lixões. | sólidos e orgânicos, alimen- |  |  |  |  |  |  |
| de São Paulo | Desenvolver a capaci- | tação saudável, e outros |  |  |  |  |  |  |
| Metodologias | dade de reflexão e en- | temas relacionados. |  |  |  |  |  |  |
| Integrativas | tretenimento criativo, | Apresentação da história |  |  |  |  |  |  |
|  | resgatando habilidades | da boneca Abayomi e con- |  |  |  |  |  |  |
|  | pessoais, cultura fami- | fecção das bonecas |  |  |  |  |  |  |
|  | liar, cultura local e inte- |  |  |  |  |  |  |  |
|  | ração social. |  |  |  |  |  |  |  |

Fonte: Secretaria Municipal do Verde e meio Ambiente, setembro de 2015

61

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

### Trabalho: qualificação profissional, geração de renda e de trabalhodecente

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SMDTE elabora, executa e fortalece políticas públicas que promovem o desenvolvimento, trabalho, emprego, geração de renda e segurança alimentar e nutricional em áreas/segmentos estratégicos, articuladas a uma concepção de de- senvolvimento local, sustentável e solidário embasada no conceito de TRABALHO DECENTE19.

Na perspectiva do trabalho decente, em março de 2015 a Prefeitura Municipal de São Paulo- PMSP cons- tituiu o Comitê Gestor da Agenda Municipal do Trabalho Decente, por meio da SMDTE em parceria com a OIT, visando, entre outros objetivos, o combate ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial; a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e a promoção do trabalho decente entre a população jovem.

No entanto, como o papel da SMDTE é, principalmente, a geração de trabalho e renda, as ações de en- frentamento ao trabalho infantil são indiretas, realizadas por meio de parcerias e apoio às instituições e demais secretarias municipais que tem atuação direta com crianças e adolescentes, tais como: Plataforma de Centros Urbanos20**:** a SMDTE contribui direta ou indiretamente na implementação da Plata- forma de Centos Urbanos (PCU), iniciativa que consiste no compromisso firmado entre o UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Conselho Municipal dos Direi- tos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das con- dições de vida das crianças e dos adolescentes; monitoramento dos indicadores municipais relacionados aos seus direitos à saúde, educação, proteção, esporte e participação; capacitações em temas prioritários e avaliação e divulgação dos resultados. A iniciativa é encabeçada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) junto ao UNICEF.

Projeto Vira Vida21: o foco das ações são as crianças e adolescentes vitimas de exploração sexual que com a cooperação do Sistema S passam a ter oportunidade de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Uma iniciativa do Serviço Social da Indústria (SESI) em parceria com a PMSP, em que a Secretaria Municipal de Mulheres é responsável e conta com a parceria de diversas secretarias municipais, entre elas a SMDTE.

Audiências Concentradas - a SMDTE atende a demanda judicial voltada a garantir o retorno de crianças e adolescentes institucionalizadas para suas famílias. Os técnicos dos Centros de Apoio ao Trabalho e Empre- endedorismo (CAT’e) em conjunto com a equipe do Programa Diversidade, ambos da Coordenadoria do Trabalho da secretaria, realizam o encaminhamento e acompanhamento das famílias que perderam o *po- der familiar*. A atuação da equipe consiste em auxiliar as famílias para inserção no mundo do trabalho, de forma que possam sustentar seus membros. Nas Audiências Concentradas, representantes das unidades do CAT’e e de diversas secretarias são convocados pelo juiz ou promotor que delibera as ações de respon- sabilidade de cada órgão público presente.

Capacitações e qualificação profissional - a SMDTE busca parcerias públicas e privadas para proporcionar cursos de qualificação profissional para a população mais vulnerável, visando ampliar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho e de geração e elevação de renda, de forma que as famílias possam garantir o direito das crianças e adolescentes de estudar e combater a inserção precoce no mercado de trabalho.

Além dessas parcerias, a Supervisão Geral de Qualificação Profissional da Coordenadoria do trabalho de- senvolve projetos que contribuem para a qualificação profissional e geração de renda da população em situação de vulnerabilidade, por meio de ações do Programa Operação Trabalho (POT); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); Bolsa Trabalho e Jovem Aprendiz:

* Programa Bolsa Trabalho**:** contempla jovens na faixa etária de 16 a 20 anos que pertencem a famílias cuja renda per capita é equivalente ou inferior a meio salário mínimo nacional vigente, que estejam matricu-

1. Segundo definição da OIT, Trabalho Decente é um "trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vidadigna".
2. Mais informações disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/where_13611.htm)>
3. Mais informações disponível em <http://www.sesisp.org.br/responsabilidade->social/desenvolvimento-social/saiba-mais-

-desenvolvimento-social/investimento-social- privado/viravida

#### 62

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

lados em cursos vinculados ao sistema nacional de ensino ou tenham concluído o Ensino Médio, inclusive profissionalizante. É gerenciado pela Supervisão Geral de Qualificação, regido pela Lei nº 13.841, de 7 de junho de 2004.

* Programa Operação Trabalho (POT): tem por objetivo a atenção especial ao trabalhador desempregado, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho. O Programa também apoia o jovem trabalhador oferecendo atividades de capacitação, teóricas e praticas, por meio de palestras, cursos, treinamentos, seminários ou oficinas profissionalizantes. É desenvolvido em parceria com entidades públicas ou privadas e foi instituído pela Lei n°.13.178 de 17/09/2001, com nova redação na lei 13.689 de 19 de dezembro de 2003.

##### Tabela 29: Relação de Instituições com projetos apoiados pela SMDTE através dos Programas Ope- ração Trabalho (POT) e Bolsa Trabalho

|  |  |
| --- | --- |
| **Instituições Parceiras** | **Número de bolsistas em 2014 e 2015** |
| Ação Educativa | 20 bolsistas em 2014 e 2015 |
| Tide Setúbal | 10 bolsistas em 2014 |
| Criar, (audiovisual) | 144 bolsistas em 2014 e 133 em 2015 |
| Bolsa Cursinho | 160 bolsistas em 2015 |
| Juventude Viva - | 80 bolsistas só em 2015 |
| O Projeto Jovem SUS | 744 bolsistas em 2015 (18 a 29 anos) |

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo de SP, 2016

* PRONATEC: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de facilitar o acesso e democratizar a educação profissional e técnica, proporcionando o aumento do número de vagas, bolsas de estudos e a ampliação de instituições ofertan- tes de cursos técnicos.

O PRONATEC tem sido uma importante ferramenta da SMDTE para apoiar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade no Mundo do Trabalho, incluindo os jovens. Em 2015 foram atendidos 108 jovens de 15 a 21 anos, encaminhados diretamente pela secretaria que, no entanto, não tem acesso a todas as infor- mações de encaminhados e matriculados em todos os cursos ofertados no município, pois os dados estão descentralizados nas diversas secretarias (o sistema não permite o filtro de dados dos diversos locais onde são realizadas as pré-matrículas e matrículas).

* Programa Jovem aprendiz – destinado aos jovens de 14 a 24 anos e realizado pela SDTE por meio da in- termediação de mão de obra nas unidades do CATe. O cadastro dos jovens é realizado na base de gestão do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Entre 2015 e 2016 foram cadastrados

43.000 jovens entre 14 e 17 anos. No entanto, não há como afirmar que todos são ainda jovens aprendizes, tendo em vista que a partir dos 16 anos muitos jovens buscam outras vagas de trabalho22.

##### Tabela 30: Número de cadastros de jovens de 14 a 17 anos no Programa Jovem Aprendiz

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ano** | **Faixa Etária** | **Nº de Jovens Cadastrados** |
| 2015 | 14 a 17 anos | 30.241 |
| 2016 | 14 a 17 anos | 12.759 |
| **Total de 43.000.** |  |  |

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo de SP, 2016

Ainda sobre capacitação técnica e profissional, a Secretaria tem um convênio com o Instituto de Tecnologia Social Brasil (ITS Brasil), que oferece oficinas, e cursos de tecnologia para crianças, jovens e adultos, iniciada 2016. A cidade São Paulo já conta com quatro Laboratórios de Fabricação Digital desde dezembro de 2015.

1. Não há como filtrar esta informação, pois o sistema de cadastro do SINE não fornece este quantitativo no campo jovem aprendiz.

#### 63

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

No dia 17/12, foi entregue o **Fab Lab Livre SP** no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes (CFCCT), sendo que Casa da Memória, Galeria Olido e Centro Cultural da Penha também já funcionavam. A parceria da SDTE neste momento consiste em divulgar os cursos nas unidades do CATe, para o público de forma geral, assim como nas instituições que atuam com o público em situação de vulnerabilidade e durante as oficinas de orientação ao Mundo do trabalho, realizadas nos espaço do CATe.

Programa VAI TEC23 - uma iniciativa da SMDTE que visa apoiar financeiramente, por meio de subsídio, ativi- dades inovadoras e em especial as ligadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o desenvol- vimento econômico e social considerados relevantes para as políticas públicas municipais, principalmente as desenvolvidas por jovens de baixa renda. O programa é destinado a pessoas físicas a partir dos 14 anos que vivam em São Paulo há pelo menos dois anos e pessoas jurídicas que sejam Microempresa, Microempreen- dedor Individual - MEI - e Cooperativas com receita bruta até o limite previsto para as microempresas, com sede comprovada no Município de São Paulo há, no mínimo, 02 (dois) anos.

O Programa Vai Tec foi criado juntamente com a AdeSampa em julho de 2013 através da Lei Municipal 15.838 e tem como objetivos estimular, entre outros, o desenvolvimento do pequeno empreendedor e criador no desen- volvimento tecnológico da cidade e contribuir para a redução das desigualdades regionais dentro do Município, ampliando a oferta de emprego e renda nas regiões nas quais a relação entre oferta de empregos e a densidade demográfica é mais acentuada. O Programa prioriza os projetos desenvolvidos por jovens de baixa renda e, para isso,estabeleceu entre os critérios de avaliação dos projetos uma pontuação extra para projetos de jovens em situação de maior vulnerabilidade que considera. De acordo com balanço fornecido pela SMDTE até o momento

* Programa conta com:
  + Total de pessoas cadastradas no sistema: +de1200
  + Total de projetos criados: 909
  + Total de projetos submetidos: 599
  + Total de projetos classificados na etapa 01 de avaliação:458
  + Total de projetos subsidiados: 66

### Direitos Humanos e Direito de cidadania

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, SMDHC, foi instituída pelo Decreto nº 53.685, de 01º de janeirode 2013, e oficializadapela Lei Municipalnº 15.764, de 27 demaiode 2013. Sua missãoé elaboraraçõesgover- namentais voltadas à formulação de políticas públicas para a promoção e defesa dos direitos humanos e de cidadania, e aprimorarsua articulaçãoe a gestãotransversal, considerandoa ocupaçãodo espaço públicopelacidadania.

O trabalho é realizado a partir de dois eixos: a afirmação de direitos, incluindo a desconstrução da cultura de violência e violações, com o fortalecimento da cultura de direitos humanos e a participação social como método de gestão. En- tre as coordenações temáticas da SMDHC, quatro dialogam diretamente com a prevenção e erradicação do trabalho infantil:

* 1. A Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes (CPCA) tem por finalidade coordenar e acompanhar as ações de promoção, defesa e proteção dos direitos das crianças e adolescentes desenvolvidas no município de São Paulo, atuando com as instâncias que formulam e executam políticas públicas voltadas a essa população. Em seu âmbito de atuação igualmente se encontra o apoio e fortalecimentos dos Conselhos Tutelares encarregados pela sociedadeparazelarpelocumprimentodosdireitosda criançae do adolescentedefinidosnoECA.
  2. A Coordenaçãode Políticaspara Juventudetemcomo missãoassegurarpolíticaspúblicasmunicipaisdejuventude de formatransversale integrada, respeitando a diversidade dosjovens.
  3. A Coordenação de Educação em Direitos Humanos busca construir uma cultura de direitos humanos e cidadania na cidadede São Paulo, pormeio da educaçãoformale não formale do convíviosocialcom vistasao respeitoà digni- dade de todasaspessoas.
  4. A Assessoria Especial para Promoção do Trabalho Decente foi criada depois do compromisso firmado pela atual gestão de erradicar o trabalho escravo, o que inclui também o enfrentamento ao tráfico de pessoas. A Assessoria coordenaa COMTRAE/SP– Comissão Municipal paraa Erradicaçãodo Trabalho Escravo, queem seu primeiroano de existência, elaborou o I Plano Municipal paraa Erradicação do Trabalho Escravo, com o intuito de estruturara política pública municipal de enfrentamento ao trabalho escravo, apresentando propostas de ações a serem executadas e articuladaspelopoderpúblicoe sociedadecivil.

1. Mais informações disponível em <http://www.adesampa.com.br/vaitec_ade/>

#### 64

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTI L E ADOLESCENTE

65

##### Secretaria Municipal de Direitos humanos e Cidadania

**Tabela 31: Caracterização de Programas/Projetos/Ações de enfrentamento ao trabalho infantil da SMDHC**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Programa** | **Objetivos** | **Descrição da(s) ação (s)** | **Público alvo** | **Espaço/Insti- tuição e/ que é realizado** | **Abrangên- cia (regiões da cidade)** | **Parceiros** |
| Plantão In- | Proteger integralmente | Foi montado na Cidade o Plantão | 0 a | Sede da SMDHC. | Todas | CMDCA |
| tegrado de | crianças e adolescentes | Integrado de Proteção a Crianças | 18 anos |  |  | CON- |
| atendimento | durante a realização de | e Adolescentes, coordenados pelo |  |  |  | DECA |
| à criança e adolescente na Copa do Mundo de | grandes eventos esporti-  vos, culturais ou religio- sos. | CMDCA e pelo CONDECA, para aten-  der denúncias de abusos contra essa população. A central de atendimento funcionou no prédio da Secretaria  Municipal de Direitos Humanos e |  |  |  |  |
| 2014 e |  | Cidadania (SMDHC). |  |  |  |  |
| Olimpíadas de |  |  |  |  |  |  |
| 2016 |  |  |  |  |  |  |
| Plano Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo | | | Todas |  | Todas | Composição |
| Estruturar a política pública municipal de enfrentamento ao trabalho escravo, apresentando | | | as |  | paritária en- |
| propostas de ações a serem executadas e articuladas pelo poder público e sociedade civil. | | | idades |  | tre membros |
| São 59 ações, com responsáveis, parceiros e prazo para sua implementação. Essas ações tra- | | |  |  | do governo |
| duzem o que está sendo feito para promover a dignidade do trabalhador e da trabalhadora. | | |  |  | executivo |
| Sua ação 1 diz: “Declarar a erradicação do trabalho escravo como prioridade do Município de | | |  |  | municipal e |
| São Paulo, considerando prioridade absoluta em relação à criança e ao adolescente, adotan- | | |  |  | a sociedade |
| do as ações deste Plano.” | | |  |  | civil. |
|  | | |  |  | . |

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

66

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Programa** | **Objetivos** | **Descrição da(s) ação (s)** | **Público alvo** | **Espaço/Insti- tuição e/ que é realizado** | **Abrangên- cia (regiões da cidade)** | **Parceiros** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Educação em Direitos Humanos (EDH) | Que as escolas da rede mu- nicipal insiram princípios  e valores de EDH em seu projeto político-pedagógico e desenvolvam práticas de valorização da diversidade, prevenção e combate ao preconceito, à discriminação e à violência, buscando que toda a comunidade escolar seja protagonista do proces- so de construção de uma cultura de defesa e promo- ção dos direitos humanos.  As estratégias para atingir esta meta incluem a forma- ção continuada de 6.000 educadores, a produção e distribuição de materiais didáticos, a implementação de um prêmio municipal de educação em direitos huma- nos e a criação de 4 Centros de Educação em Direitos Humanos em CEUs. | * Prêmio Municipal de EDH: obje- tivo dar visibilidade e valorizar as iniciativas e boas práticas desenvol- vidas na rede. Realizado anualmen- te, contribui para estimular novas iniciativas e disseminar experiências bem sucedidas. * 4 Centros de Educação em Direitos Humanos em CÉUS, com formação em DH através de cursos, seminários, palestras e oficinas, * Festival de Curtas-Metragens de Direitos Humanos Entre todos:   destaca temas relativos aos direitos humanos e busca promover a cultura de paz e princípios democráticos por meio da linguagem cinematográfica. Por meio do festival, a Coordenação de Educação em Direitos Humanos tem realizado também um trabalho de formação de educadores da Rede Municipal de Ensino. | Todas as idades | CEU São Rafael (zona leste), CEU Jardim Paulistano (zona norte), CEU Pêra- marmelo (zona oeste) e CEU Casablanca (zona sul) | Todas | Rede esco- lar munici- pal |

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016

PARTE II – INDICATIVOS DE DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTI L E ADOLESCENTE

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Pro- grama** | **Objetivos** | **Descrição da(s) ação (s)** | **Público alvo** | **Cober- tura** | **Institui- ção e/ que é realiza- do** | **Abrangência (regiões da cidade)** | **Parceiros** |
| **Juven- tude Viva- Bolsa Trab- alho** | Promover a formação de 115 jovens bolsistas para a atua- ção como multiplicadores do Plano Juventude Viva, con- tribuindo para a organização coletiva e o desenvolvimento local nos territórios priori- tários do Plano. O projeto surge da convergência de concepções formativas entre a SMDH e a SDTE e articula  o governo às iniciativas de coletivos culturais, lideranças locais e outras organizações da sociedade civil inseridas nos territórios. | * Formação teórico-prática em direitos humanos esociais; Formação teórico-prática para o mundo do trabalho; * Valorização de iniciativas de autogestão, economia solidária e economia criativa, por meio de 8 projetos incubados; * Criação de redes de proteção nos territórios: fortalecimento de canais de denúncia (auxilio à   criação da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos);   * Fortalecimento do protagonis- mo das(os) jovens: vocalização de suas narrativas, histórias e vivên- cias, a serem publicadas nas redes sociais e no Portal da Juventude; Dialogo entre sociedade civil e poder público, com realização   de oficinas, formações con- juntas e outras atividades nos territórios;   * Mobilização de coletivos nos territórios para atividades cultu- rais, formativas, de ocupação do espaço público e de circulação na cidade. | * Idade: 15 a 29   anos   * Identidade Racial: pelo menos 50% de jovens negras(os) * Gênero: pelo menos 50% de jo- vens mulhe- res * Vulnerabi- li- dade: pelo menos 25% de jovens que cumprem ou cumpriram medida socio- educativa * Residir no ter- ritório | 115  jovens bolsistas | * SMDHC   -STDE   * Centros de Edu- cação em Direitos Humanos | 1. Zona Sul - Cam- po Limpo, Capão Redondo, Vila An- drade, São Luís, Jar- dim Ângela, Grajaú, Parelheiros, Cidade Ademar, Jabaquara e Ipiranga 2. Zona Norte– Brasilândia, San- tana, Vila Maria e Jaçanã; 3. Zona Oeste – Perus, Pirituba e Butantã; 4. Zona Leste - Cida- de Tiradentes, Itaim Paulista, Itaquera, Jardim Helena, São Mateus, Guainases/ Lagea- do e Sapopem- ba. | -STDE  (Supervisão Geral de Qualificação (SGQ)   * Funda- ção Pau- listana * Coorde- nação de Educação em Direitos Hu- manos |

Fonte: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016

67

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

### 7. Desafios para o Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Pro- teção ao Jovem Trabalhador

Ao estudar os elementos que compõem a problemática geradora do trabalho infantil constata-se que as cau- sas têm características relacionadas à herança histórica, à visão econômica de desenvolvimento, à questão social e cultural e a um conjunto de crenças, valores, visões sobre o trabalho. O subregistro do trabalho in- fantil resulta do fato de que o próprio entendimento do conceito de trabalho infantil entre as autoridades e técnicos da esfera municipal não é consensual e nem os critérios usados são uniformes, embora o país tenha avançado muito tanto na legislação como na formulação de políticas públicas para prevenção e erradicação do problema. Da mesma forma, as condições em que o trabalho do adolescente é exercido também são obscurecidas pela valorização cultural de sua inserção profissional. São muitas vezes tratados como adultos e, por isso, mais expostos a riscos à saúde, trabalhos desqualificados, ao trabalho informal, baixa remune- ração, assédio moral e situações de violência. Mas a dimensão cultural que impacta o trabalho infantil e a invisibilidade das condições do trabalho adolescente muitas vezes fica à margem das ações governamentais, não podendo ser alcançado pelos programas de transferência de renda e por serviços socioassistenciais sem que haja essaintencionalidade.

O Município de São Paulo possui uma estrutura de atendimento através de serviços da rede de proteção dos diversos setores significativa e em funcionamento, embora ainda não consiga responder a toda demanda que o enfrentamento do trabalho infantil exige. É evidente a fragmentação das iniciativas e a deficiência de capacitação dos profissionais para lidar com o problema. O desafio está na intervenção articulada das insti- tuições. A abordagem intersetorial, a definição de metas e estratégias conjuntas para prevenção e enfrenta- mento do trabalho infantil no município, bem como a interação de procedimentos e fluxos de notificações e encaminhamentos constituem os principais focos de ação do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Em síntese, trata-se de:

##### Superar o subregistro, resultado da dificuldade em reconhecer e caracterizar as diversas situações de trabalho infantil e de trabalho proibido ou desprotegido de adolescentes entre as autoridades e técnicos da esfera municipal;

1. **Reverter a invisibilidade das condições de trabalho desprotegido do adolescente para a sociedade e no âmbito das açõesgovernamentais;**
2. **Superar a fragmentação das iniciativas governamentais: construir e acordar mecanismos para viabi- lizar a intervenção articulada e com abordagemintersetorial;**
3. **Viabilizar entre os órgãos públicos a interação de procedimentos, fluxos de notificações e encaminha- mentos;**
4. **Criar as condições necessárias para superar a deficiência de capacitação dos profissionais de órgãos públicos e instituições privadas para lidar com oproblema.**

68

PARTE III: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS

# PARTE III: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS



##### Diretriz estratégica 1: IDENTIFICAÇÃO

**Identificação, caracterização e geração de novos conhecimentos sobre situações de trabalho infantil e de falta de proteção aos jovens trabalhadores no município.**

**Objetivo 1:** Caracterizar e diagnosticar com precisão os diversos contextos e situações de trabalho infantil e de trabalho desprotegido de adolescentes e jovens no municípioP, especialmente de suas piores formas.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Responsáveis** | **Prazos** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Realizar uma ampla | CMETI | 1 ano | * Termo de cooperação en- tre as instituições e secreta- rias envolvidas firmado; * Metodologia específica para identificação de cada tipologia de trabalho infantil e articulação entre elas de- terminada; * Georeferenciamento das situações de trabalho infantil nas diferentes regiões da cidade; * Indicação de ações e recomendações para as políticas públicas, caso ne- cessário para apreciação e aprovação dos conselhos de direito. | -  Relatórios trimestrais  - Publicação do documento com resultados da pesquisa |
| pesquisa, qualitativa | Entidades e Organi- |  |
| e quantitativa, sobre | zações, Fóruns de |  |
| a situação do traba- | Assistência Social, |  |
| lho infantil, inclusive | Secretarias Munici- |  |
| na nas suas piores | pais: da Educação, |  |
| formas: narcotráfico; | da Assistência Social, |  |
| trabalho domestico; | Trabalho, Saúde |  |
| trabalho informal; | (RAS- Rede de As- |  |
| trabalho nas ruas, | sistência à Saúde), |  |
| exploração sexual, | GCM, Direitos Hu- |  |
| trabalho artistico e  esportivo, trabalho de indígenas. e sua | manos, CMDCA e Sistema de Justiça. |  |
| incidência nas dife- |  |  |
| rentes regiões da  cidade12. |  |  |
| Criar sistema que | CMETI | 4 anos | - Aprimorar ou criar regis- | - Instrumentos |
| reúna e qualifica | Secretarias Municipais |  | tros de situação trabalho | de notificação |
| os dados obtidos | da Educação, SMADS, |  | infantil e falta de proteção | de cada órgão |
| dos órgãos muni- | Trabalho, Saúde (RAS- |  | ao jovem economicamente | municipal |
| cipais. | Rede de Assistência à |  | ativo nos de atendimentos |  |
|  | Saúde), GCM, Direitos |  | já existentes das secretarias; | - Relatórios |
|  | Humanos CMDCA e |  |  | com dados |
|  | Sistema de Justiça. |  | - Detalhar o processo de im- | integrados das |
|  |  |  | plantação do sistema realiza- | secretarias |
|  |  |  | das: 1ª) registro 2ª) relatórios |  |
|  |  |  | de concentração e incidência de trabalho infantil na cida- de; 3º) elaboração de projeto | - Projeto de  monitoramento elaborado |
|  |  |  | de monitoramento de dados |  |
|  |  |  | com termo de cooperação |  |
|  |  |  | com as secretarias afins. |  |

12Especificamente em feiras livres, grandes eventos, trabalhos artisticos e clubes/ escolas de esportes.

69

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

**Objetivo 2:** Identificar crianças e adolescentes existentes em situação de trabalho proibido e jovens econo- micamente ativos em situação de trabalho desprotegido e suas famílias.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Responsáveis** | **Prazos** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Definir de forma clara, didática, sistematizada e acessível critérios para identificação de situa- ções de trabalho infantil e de trabalho despro- tegido de jovens, para orientar instituições e órgãos públicos. | CMETI | 1 ano | **-** Documento com critérios de identificação acordado com as secretarias municipais, publicado e amplamente dis- tribuído entre técnicos, moni- tores, agentes, etc. | **-** Documento publicado  - Mapa de distri- buição para os órgãos públicos  -Tiragem |
| Sensibilizar técnicos, | Todos os ór- | Anual | - Orientar e capacitar os agen- | - Forma- |
| agentes e educadores | gãos públicos |  | tes públicos para realização | ções real- |
| dos órgãos públicos para | envolvidos |  | de notificações com maior | izadas. |
| realizar notificação de |  |  | qualidade. |  |
| existência ou indício de |  |  |  |  |
| trabalho infantil |  |  |  |  |
| Fortalecer ações | SMADS | Anual | - Ampliação do serviço | - Relatórios |
| de identificação do |  |  | de abordagem às crianças | anuais com o |
| CREAS/CRAS |  |  | e jovens em situação de | conjunto de |
|  |  |  | rua; | dados sobre |
|  |  |  | - Acompanhamento | os serviços da |
|  |  |  | de inserções doSISC; | SMADS |
|  |  |  | - Acompanhamento dos | sistematizado |
|  |  |  | registros de trabalho infantil |  |
|  |  |  | nos relatórios dos CREAS |  |
|  |  |  | para SMADS e MDS. |  |
| Divulgar o Disque 100 | Secretaria | Anual | - Compartilhar o fluxo | - Relatórios |
|  | Municipal |  | de informações do disque | do Disque |
|  | de Direitos |  | 100 entre as secretariais | 100 distribuí- |
|  | Humanos e |  | municipais; | dos |
|  | SMADS |  |  |  |
|  |  |  | - Realizar Campanha Anual de divulgação do Disque100. | - Peças de comunicação |
|  |  |  |  | produzidas |
|  |  |  |  | p/ divulga- |
|  |  |  |  | ção |
| Apoiar ações de identi- ficação da COVISA e dos | SMS/ COVISA | Anual | - Monitorar as notificações dos acidentes de trabalho | - Relatórios da COVISA |
| Centros de Referência |  |  | envolvendo jovens economi- |  |
| em Saúde do traba- |  |  | camente ativos e as inspeções |  |
| lhador (com base nos |  |  | em ambientes de trabalho. |  |
| registro de notificações |  |  |  |  |
| do SINAN). |  |  |  |  |
| Qualificar a coleta de | SMS | 01 ano | - Instituir instrumentos e pro- | - Atividades |
| informações dos agentes |  |  | cedimentos para identificação | orientadoras |
| de saúde. |  |  | pelos agentes de saúde. | realizadas |
|  |  |  |  | com os agen- |
|  |  |  |  | tes |
|  |  |  |  | - Registros |
|  |  |  |  | dos agentes |

#### 70

PARTE III: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Qualificar o monitora- mento pelas equipe das Unidades Educacionais | SME | 01 ano | - Inserir campo para registro de existência ou não de situ- ação de trabalho infantil no Instrumento de Notificação (Portaria SME Nº 5552/2012) das equipes das Unidades Educacionais e demais setores das DRES, com destaque para o monitoramento/ acom- panhamento realizado pelo NAAPA. | * Notificações encaminhadas e verificadas * Registros efe- tuados pelos educadores para inserção no Programa PETI |
| Qualificar o monitora- mento da GCM/Guarda Municipal | GCM | 01 ano | - Instituir procedimentos e instrumento de identificação e notificação da GCM/Guarda Municipal (boletim Digital); | - Atividades orientadoras desenvolvidas |
|  |  |  |  | - Boletim Di- |
|  |  |  | - Inserir campo para no- | gital com no- |
|  |  |  | tificação nos relatórios de | tificação para |
|  |  |  | campo. | situações de |
|  |  |  |  | trabalho infan- |
|  |  |  |  | til |
| Qualificar o monito- | SMC, SMMA, | 01 ano | - Definir instrumentos e pro- | * Atividades orientadoras realizadas * Fluxo de enca- minha- mento articulado com a SMADS instituí- do |
| ramento da Secreta- | Secretaria |  | cedimentos para identificação |
| ria da Cultura, Meio | Municipal das |  | pelas secretarias de cultura |
| Ambiente, Esportes | Subprefeituras |  | (eventos culturais), meio |
| e Subprefeituras. |  |  | ambiente (parques), esportes |
|  |  |  | (eventos esportivos) e sub- |
|  |  |  | prefeituras (feiras livre, etc.) e |
|  |  |  | nas demais políticas setoriais. |
| Qualificar o monito- ramento dos Conse- lhos Tutelares. | Secretaria Municipal de Direitos | 01 ano | - Instituir notificação dos casos de exploração do trabalho infanto-juvenil pelos Conse- | - Atividades orientadoras realizadas |
|  | Humanos, |  | lhos Tutelares. |  |
|  | SMADS e |  |  | - Sistema |
|  | CMDCA. |  |  | de Notifi-  cação Im- |
|  |  |  |  | plantado |
| Qualificar e ampliar mo- | Todos os ór- | 04 anos | - Implementar sistema muni- | - Sistema de |
| nitoramento das ações | gãos públicos |  | cipal articulado e informatiza- | monitoramento |
| em âmbito municipal. | envolvidos. |  | do de notificações e acompa- | implantado |
|  |  |  | nhamento de denúncias entre |  |
|  |  |  | Conselhos Tutelares, ONGs, | - Manual de |
|  |  |  | Centros de Defesa, MPT e | orientação |
|  |  |  | Secretariais Municipais, Su- | para uso do |
|  |  |  | perintendência Regional do | sistema de |
|  |  |  | Trabalho. | notificação |
|  |  |  |  | - Registros de notificações verificadas e encaminhadas |

#### 71

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

##### Diretriz Estratégica 2 – FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

**Informação, sensibilização e mobilização: envolver os mais diversos atores e segmentos sociais, como agentes públicos, conselhos, movimentos sociais, centrais sindicais, associações para participarem de ações de erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalho do jovem economicamente ativo.**

**Objetivo 1:** sensibilizar e mobilizar as Secretarias Municipais para prevenção e erradicação do trabalho in- fantil e proteção ao jovem economicamente ativo.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Responsáveis** | **Prazo** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Promover atividades nas escolas, centros culturais e esportivos para que tratem permanentemente da temá- tica da prevenção e erradi- cação do trabalho proibido junto às famílias e ao público em geral. | CMETI e  Secretarias municipais. | Anual | * Elaborar Plano de cada secretaria com ati- vidades de sensibilização para seu público alvo; * Apresentar os resulta- dos dos planos nas Con- ferências. | * Planos * Relatórios de monitora- mento das secretarias |
| Realizar continua e siste- maticamente seminários e atividades formativas e  informativas para técnicos, monitores, agentes, e pro- fissionais das diversas secre- tarias, serviço funerário e subprefeituras. | CMETI e  Secretarias Mu- nicipais. | Anual | - Promover atividades formativas para agen- tes multiplicadores de cada órgão público. | * Produção de material   didático sobre a temática   * Relatórios |
| Incluir a temática nas diretri- zes anuais de planejamento da rede escolar | SME | Anual | - Mobilizar a rede escolar para realizar planejamen- to incluindo abordagem sobre trabalho infantil. | - Planos da rede escolar |
| Incluir a temática nas ações formativas dos dife- rentes programas da SME | SME | 04  anos | - Mapear diferentes pro- gramas formativos e en- viar material de subsídio. | - Programação de atividades for- mativas  da SME |
| Sensibilizar e informar os pro- fissionais da rede de assistên- cia em saúde e realizar semi- nários sobre riscos à saúde relacionados ao trabalho. | SMS | Anual | - Programar atividades formativas para profissio- nais e equipamentos da rede. | - Realização de cursos |
| Inserir temática nos crité- rios de convênios com enti- dades sociais. | SMADS | 01  ano | - Elaborar e publicar nor- matização, submetendo-a apreciação e aprovação do COMAS-SP ou dos  respectivos conselhos de direito. | - Edital |
| Garantir e Aprimorar o SEAS- Serviço Especializado se Abordagem de pessoas em Situação de Rua para que tenha especial atenção às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil | SMADS | 01  ano | - Realizar atividades de formação/ cursos para os trabalhadores que atuam nos serviços | Programação e realização de cursos |

#### 72

PARTE III: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Formar e informar os Conse- lheiros Tutelares. | SMADS/  Secretaria Municipal de Direitos Humanos e CMDCA | Anual | - Realizar seminários e atividades formativas. | - Relatórios |
| Promover discussões para | Secretarias | 02 anos | - Instituir condicionalidade | - Aprovação |
| elaboração de legislação mu- | Munici- |  | à proibição do trabalho | de legislação |
| nicipal pertinente e comple- | pais |  | infantil e proteção ao | municipal |
| mentar para coibir o trabalho |  |  | trabalho de jovens (desta- |  |
| infantil |  |  | que lista TIP), bem como |  |
|  |  |  | obrigatoriedade de no- |  |
|  |  |  | tificação: na autorização |  |
|  |  |  | municipal para realização |  |
|  |  |  | de eventos; em contratos |  |
|  |  |  | das secretarias municipais |  |
|  |  |  | com prestadores de ser- |  |
|  |  |  | viços e fornecedores; no |  |
|  |  |  | licenciamento de alvarás |  |
|  |  |  | de funcionamento de |  |
|  |  |  | estabelecimentos pelas |  |
|  |  |  | subprefeituras. |  |

**Objetivo 2**: Sensibilizar a sociedade para os prejuízos provocados pela exploração do trabalho infantil e dos riscos à saúde do trabalho insalubre, penoso e perigoso no desenvolvimento do jovem economicamente ativo.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Responsáveis** | **Prazos** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Dar visibilidade pública à problemática do tra- balho infantil e proteção ao jovem trabalhador e às ações de prevenção e erradicação do trabalho proibido implementadas no município. | CMETI e  Secretariais Mu- nicipais. | Anual | * Desenvolver planos de ação dos serviços públi- cos conveniados ou não com a Prefeitura com a inclusão da temática; * Campanhas de sensi- bilização realizadas. | - Veiculações de peças publicitárias sobre a campanha |
| Fortalecer e ampliar as | CMETI e | Anual | - Promover campanha | - Aplicação de recurso anual do orçamento municipal destinado para comunicação e publicidade garantido |
| campanhas permanen- | Secretariais |  | contra exploração sexual, |
| tes de esclarecimento e | Municipais. |  | contra o trabalho infantil |
| mobilização social para a |  |  | e pela proteção ao traba- |
| população |  |  | lho de jovens. |

#### 73

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Promover ações de di- álogo e sensibilização e comunicação específicas para segmentos sociais diretamente envolvi- dos: parlamentares, conselheiros, empresas, sindicatos e centrais sindicais. | CMDCA, CMETI,  Secretaria Mu- nicipal de Direi- tos Humanos e do Trabalho. | Anual | * Divulgação pelas Cen- trais Sindicais nas cate- gorias de bases; pelas Federações/ Sindicados e Associações empresariais; * Divulgação ampliada nos fóruns sobre traba- lho decente (empresas   +trabalhadores); | * Materiais de divul- gação das instituições. * Aumento do número de empresas cumprindo a cota estabelecida na legislação para a incor- poração de aprendizes, priorizando adolescen- tes encontrados em situação de trabalho |
|  |  |  | - Divulgação pelo CMDCA. |  |
|  |  |  |  | - Inclusão de cláusulas  de promoção da apren- dizagem e proteção ao trabalhador jovem em instrumentos de nego- ciação coletiva. |
| Promover a orientação | Secretarias. | 4 anos | - Articular acordos seto- riais de orientação e prote- ção ao jovem trabalhador com empresas e serviços propensos a incorporar mão de obra adolescente: lanchonetes e bares, Bu- ffet, empresa de turismo, cooperativas de transporte, de reciclagem, etc. | - Acordos firma- |
| e proteção do jovem | Municipais: de |  | dos |
| trabalhador. | Direitos Huma- |  |  |
|  | nos e do Tra- |  |  |
|  | balho, COVISA, |  |  |
|  | MPT, |  |  |
|  | Comissões de |  |  |
|  | trabalho decente |  |  |
| Sensibilizar empresas | CMDCA, CMETI, | Anual | - Promover reuniões com | - Materiais produzidos |
| de comunicação, univer- | Secretarias Mu- |  | profissionais de comuni- | pelos profissionais |
| sidades, estudantes de | nicipais: de Di- |  | cação da grande mídia, | - Visitas as Universi- |
| comunicação em relação | reitos Humanos |  | comunitária ou mídia de | dades |
| à temática. | e do Trabalho. |  | instituições. |  |

**Objetivo 3:** Estimular a produção de artigos, estudos e pesquisas sobre as diferentes formas de trabalho infantil e de trabalho desprotegido de adolescentes e jovens economicamente ativos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ações** | **Responsáveis** | **Prazos** | **Descrição da Ação** | **Produtos** |
| Fomentar a formação de grupos de estudo e a sistema- tização de boas práticas de enfrentamento ao trabalho infantil. | CMETI, SME, SMADS, CMDCA, COMAS,  Fórum Esta- dual, MPT, PRF, SEDS e ONGs. | Anual | * Realizar conferência bienal sobre trabalho proibido de crianças, adolescentes e jovens; * Realizar seminário bienal sobre trabalho infantil; | * Anais das Con- ferências * Publicação da sistematização dos seminários |
|  |  |  | - Promover a articulação com o fórum estadual de  erradicação do trabalho infantil. |  |
| Fomentar editais com a temá- | CMETI | Anual | - Promover editais divulga- | - Editais divul- |
| tica de pesquisa sobre trabalho |  |  | dos, estudos e pesquisas | gados |
| infantil junto a universidades, |  |  | sobre o tema. | - Pesquisas e |
| conselhos e institutos de pes- |  |  |  | estudos publica- |
| quisa. |  |  |  | dos |

#### 74

PARTE III: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS

##### Diretriz Estratégica 3 – PROTEÇÃO SOCIAL

**Promoção e fortalecimento das ações de proteção social para crianças e adolescentes e jovens para in- clusão social, prevenção e combate ao trabalho proibido.**

**Objetivo 1:** Ampliar e qualificar a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crian- ças, adolescentes e jovens nas secretarias municipais.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Responsáveis** | **Prazo** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Ampliar a oferta de serviços de conviência e fortalecimen- to de vínculos para crianças, adolescentes e jovens, visan- do a grantia de acesso. | SMADS - CPSB | Anual | - Garantir prioridade ime- diata ao serviço SCFV ou jornada ampliada para  a Educação, Assim que identificada a criança com perfil PETI pelo CRAS. | * Inserção da Criança / adolescente/jovem no Serviço * Relatório qualitativo de acompanhamento do técnico supervisor |
| Promover ações e ativida- des que estimulem a per- manência da criança e do adolescente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. | SMADS - CPSB | Anual | - Garantir prioridade imediata ao SCFV ou jornada ampliada para a Educação, as- sim que identificada  a criança com perfil PETI pelo CRAS. | * Inserção da Criança / adolescente/jovem no Serviço * Relatório qualitativo de acompanhamento * Reduzir o numero de evazões |
| Ampliar progressivamente a realização de atividades do Programa Escola Integral. | SME | Anual | - Aumentar o nº de escolas com jornada integral. | Atendimento ao maior número de crianças Re- latórios |
| Ampliar oferta de ativida- des culturais e de educa- ção ambiental, priorizando a inserção de crianças e adolescentes vulneráveis. | Secretarias Municipais: Cultura e Meio Ambiente. | Anual | - Mapear e incluir áreas com concentração de vulnerabilidades. | - Realização de ativi- dades. |
| Incentivar a ampliação de parcerias com entidades para oferta de cursos e vagas para aprendizagem (em situações de trabalho permitido/lista TIP). | Secretaria Municipal do Trabalho e SMADS. | Anual | * Mapeamento da ofer- ta de cursos de aprendi- zagem do município; * Promover aumento do nº de jovens matri- culados em cursos de capacitação profissional. | - Cursos realizados para este segmento |
| Ampliar a inclusão de ado- lescentes e jovens em situ- ação de trabalho precoce  ou desprotegido em cursos profissionalizante | Secretaria Municipal do Trabalho e SMADS. | Anual | - Ofertar e inserir ado- lescentes e jovens nas vagas de cursos profis- sionalizantes. | - Cursos realizados para este segmento |

#### 75

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Priorizar a inclusão nos projetos de formação para o trabalho de ado- lescentes  em cumprimento de medi- das socioeducativas (Pres- tação de serviços à comuni- dade e Liberdade Assistida). | Secretaria Municipal do Trabalho, SMADS,  Órgão Gestor do SIMASE  (Sistema Muni- cipal de Atendi- mento Socioedu- cativo). |  | - Ampliar o acesso às vagas em programas governamentais de profissionalização com garantia de bolsa- auxí- lio, como  o PRONATEC entre  outros;  - Buscar atender a esses adolescentes de forma descentralizada nas diversas regiões do município; | * Vagas ofertadas para este segmento * Procedimentos e flu- xo de encaminhamentos instituídos   para inserção profissiona- lizante de adolescentes em medidas socioeduca- tivas |
|  |  | - Fortalecer e articular ações conjuntas com o SIMASE. |  |
| Ampliar a comunicação | Secretaria | Anual | - Divulgar as ofertas de | - Divulgação realizada em |
| sobre cursos profissionali- | Municipal do |  | capacitação técnica e | redes sociais, jornais, infor- |
| zantes entre os vários seg- | Trabalho e |  | profissional para adoles- | mativos, panfletos, CATs e |
| mentos da sociedade | SMADS. |  | centes e jovens existen- | blogs. |
|  |  |  | tes na cidade em convê- |  |
|  |  |  | nio com a Prefeitura. |  |
| Propor a criação de eixo temático sobre proteção social para crianças e ado- lescentes e jovens para prevenção e combate ao  trabalho proibido nos edi- tais do FUMCAD. | CMDCA | Anual | - Ampliar número de projetos e serviços com a temática contemplados. | - Convênios fir- mados |

**Objetivo 2:** Apoiar as famílias de crianças, adolescentes e jovens em situação de trabalho proibido.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Responsáveis** | **Prazos** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Acompanhar as famí- | SMADS | Continuo | - Inserir famílias no Serviço de | - Realização de |
| lias de crianças e ado- |  |  | Proteção e Atendimento Inte- | atendimentos |
| lescentes em situação |  |  | gral à Família (PAIF); Serviço de | individuais e |
| de trabalho infantil. |  |  | Proteção e Atendimento Espe- | coletivos |
|  |  |  | cializado a Famílias e Indivíduos |  |
|  |  |  | (PAEFI). |  |
| Promover a geração de emprego e renda às famílias vulnerá-  veis. | SMADS e  Secretaria Municipal do Trabalho. | Continuo | - Inserir famílias vulneráveis em programas e projetos de geração de emprego e renda; | - Participação das Famílias nos Programas |
|  |  |  | - Inserir famílias indígenas  nos serviços de atendimento e proteção. | - Articulação  e acordo com a FUNAI |

#### 76

PARTE III: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS

##### Diretriz Estratégica 4 – DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO

**Responsabilização, Fiscalização e Controle Social do trabalho infantil e da proteção ao jovem trabalhador.**

**Objetivo 1:** Aperfeiçoar e implementar mecanismos de monitoramento, controle social e fiscalização do trabalho infantil e do trabalho proibido de adolescentes e jovens (Lista TIP) e fortalecer iniciativas visando à proteção do jovem trabalhador**.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Respon- sáveis** | **Prazos** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Articular as instituições para o desenvolvimento de ações integradas, para o controle e fis- calização do trabalho infantil e a proteção ao trabalhador jovem. | MPT, SMS- COVI- SA,  Supe- rint. Regio- nal do traba- lho | 1 ano | * Elaborar plano de ações de e em cada órgão público e   compartilha-los em workshops realizados em conjunto;   * Criar fóruns Itinerantes nas diversas regiões do município criados, visando ao combate ao trabalho infantil e ao trabalho insalubre, penoso e perigoso de jovens economicamente ativos. | * Documentos dos planos * Convocatórias para os fóruns |
| Desenhar e estabelecer procedimentos e fluxos de informações, notifica- ções, encaminhamentos, monitoramento e avalia- ção integrada entre os  órgãos públicos munici- pais. | CMETI, CMDCA,  Secre- tarias m uni - cipais, MPT. | 1 ano | - Realizar workshops com o con- junto de órgãos e instituições envolvidas estabelecendo proce- dimentos, instrumentos e fluxos. | - Acordo de moni- toramento e publi- cação de normati- zações |
| Contribuir para identi- ficar as redes de explo- ração de mão de obra infantil e adolescente em suas piores formas existentes no município, especialmente a de trá- fico de drogas e prosti- tuição. | CMETI, SMADS,  Secreta- rias Mu- nicipais e Sistema de Justiça | Anual | * Apoiar às investigações, di- ligências e intervenções pelos órgãos competentes; * Fortalecer, acompanhar e con- tribuir com a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes - CMES- CA | * Contribuições às investigações e di- vulgação de denun- cias de situações encontradas * Participação proativa nas reuniões da CMESCA |
| Instituir fiscalização e encaminhamentos de situações de trabalho infantil e adolescente no período noturno e nos finais de semana. | SMADS,  Conselho Tutelar e Sistema de Justiça | 1 ano | - Estabelecer quais organismos devem atuar na fiscalização e os procedimentos para enca- minhamento de situações de trabalho infantil e adolescentes no período noturno e nos finais de semana. | Serviço de aborda- gem e encaminha- mento noturno e de final de semana instituído e em funcionamento.  CMESCA |
| Fortalecer a Comissão Municipal de prevenção e erradicação do traba- lho infantil e proteção ao jovem trabalhador. | CMETI | Anual | * Promover atividades de ca- pacitação das representações da Comissão; * Formar grupos de trabalho p/ monitoramento do Plano; * Divulgar amplamente as ações da CMETI. | * Atas das reuniões da CMETI; * Relatórios da capacitação; * Informativo trimestral produ- zido para ampla distribuição. |

#### 77

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Fortalecer o Comitê Gestor da Agenda  Municipal do Traba- lho Decente | CMETI | Continuo | - Fomentar participação nas reuniões e acompanhamento das ações do Comitê. | - Atas das reuniões |
| Promover a articulação entre Conselhos – CMD- CA, COMAS –, Secretaria  M. Direitos Humanos, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Cons. Juventude; MPT. | CMETI | Anual | - Criar espaços de intercâmbio e discussão entre os órgãos. | - Realização de Conferências e Se- minários bianuais organizados pela CMETI |
| Promover o controle so- cial junto às ONGs, ado- lescentes e jovens. | CMETI e ONGs | Anual | * Estimular a participação de ONGs, adolescentes e jovens a participarem das Conferências e Seminários bianuais organizados pela CMETI; * Realizar oficinas de formação de multiplicadores com ONGs, en- volvendo adolescentes e jovens. | * Anais das conferências e seminários * Programação e relatoria de ofici- nas de formação de multiplicadores realizadas * Publicação anual de balanço e análise impressa e ampla-   mente distribuída |
| Participar ativamente da elaboração das leis, or- çamentárias (PPA, LDO e LOA), buscando garantir os recursos financeiros para a execução das ações do Plano Munici- pal. | CMETI e  Secretar- ias muni- cipais. | Anual | - Garantir que as ações pre- vistas no Plano sejam con- templadas pela LOA. | * PPA e LOAS,   Peça orçamentária   * Balanço da execução   orçamentário publicado no informativo trimestral da  CMETI |

#### 78

PARTE III: PLANO OPERACIONAL DE AÇÕES MUNICIPAIS

##### Diretriz Estratégica 5 – MONITORAMENTO DO PLANO MUNCIPAL Monitoramento do Plano

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Macro Ação** | **Responsáveis** | **Prazos** | **Detalhamento da Ação** | **Produto** |
| Publicar e disseminar o Plano Municipal de Pre- venção e Erradicação do Trabalho Infantil junto a órgãos governamentais e não governamentais. | CMETI, CMDCA. | 1 ano | * Organizar evento de lançamento do Plano Municipal o; * Produzir a impressão e distribuição de publica- ção com o Plano. | * Evento; * Exemplares do Plano Munici- pal distribuídos com todas as organizações envolvidas com a temática |
| Constituir Comitê Ges- | CMETI | 1 ano | - Definir atribuições e di- | - Divulgação dos |
| tor do Plano entre as |  |  | nâmica de funcionamento | contatos e formas |
| representações que |  |  | do Comitê Gestor do Plano | de funcionamento |
| integram a CMETI e |  |  | ; | do Comitê Gestor |
| estabelecer seu funcio- |  |  | - Definir composição de |  |
| namento. |  |  | representações do Comi- |  |
|  |  |  | tê Gestor; |  |
|  |  |  | - Desenhar plano de tra- |  |
|  |  |  | balho e funcionamento. |  |
| Promover a avaliação | CMETI, CMDCA, | Anual | - Fomentar a participa- | - Documento de |
| participativa anual do | Conselho Muni- |  | ção de entidades, órgãos | avaliação siste- |
| Plano. Municipal. | cipal de Juven- |  | públicos e cidadãos nas | matizado e divul- |
|  | tude, COMAS. |  | conferências e seminários | gados |
|  |  |  | bianuais de balanço e ava- |  |
|  |  |  | liação. |  |
|  |  |  | - |  |
| Promover a participação | CMETI, CMDCA, | Anual | - Promover e atividades de | - Programação de |
| de crianças, adolescen- | Conselho Muni- |  | monitoramento e avaliação | atividades realiza- |
| tes e jovens no processo | cipal de Juven- |  | com esses segmentos, orga- | das e sistematiza- |
| de monitoramento e | tude, Secreta- |  | nizadas especialmente para | ção das avaliações |
| avaliação do Plano. | rias Municipais, |  | este fim. |  |
|  | COMAS. |  |  |  |

79

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

**INDICADORES DE ANÁLISES DO PLANO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DIRETRIZ** | **INDICADOR** | **DESCRIÇÃO** | **MEMÓRIA DE CÁLCULO** | **FONTE** | **PERIODICI- DADE** |
| **1) Identificação de situações de trabalho**  **infantil e de** | Taxa de notificação de crianças em si- tuação de trabalho infantil nos regis- tros das diversas | Indicador destinado ao monitoramento de mar- cação PETI nas diversas secretarias |  | Por Secre- taria | Anual |
| **falta de prote-** | secretariais |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **ção aos jovens** | Razão de Marcação | Indicador para moni- | SMADS - | Anual |
| **trabalhadores**  **no município.** | PETI no CADÚnico | torar a marcação das  crianças inseridas no PETI no CadÚnico. | CGB |  |
| **2) Formação e Sensibilização de órgãos pú- blicos e socie-** | Incidência das Atividades de formação sobre Trabalho Infantil por Secretaria | Indicador para monitorar o número de pessoas participantes das ativi- dades de oficinas, pales- tras, cursos de formação, |  | Por Secre- taria. Dados de forma- ção.  SMADS – | Anual |
| **dade civil** | eventos, workshops e  outras previstas de ca- | ESPASO  Outras Sec- |  |
|  | ráter formador previstas | retarias |  |
|  | neste Plano. |  |  |
| **3) Proteção** | Taxa de inserção das crianças inse- ridas no PETI em atividades socioe- ducativas | Indicador para monito- rar a inclusão de crianças em situação de trabalho infantil em atividades socioeducativas e de contraturno escolar. |  | SMADS (DEMES) e  SME, outras secretarias | Anual |
| **social para** |  |
| **inclusão social,** |  |
| **prevenção e** |  |
| **combate ao** |  |
| **trabalho proi-** |  |
| **bido** |  |
| **4) Responsabili- zação, Fiscaliza- ção e Controle Social do tra- balho infantil e da proteção ao jovem trabalha- dor.** | Taxa de inspeções em ambientes que empreguem ado- lescentes | Indicador para monitorar a incidência de inspeções em locais de trabalho do adolescente. |  | Ministério Público | Anual |
| Taxa de superação da situação de trabalho infantil | Indicador para monitorar a superação da situação de trabalho infantil de crianças e adolescentes atendidas pelo PETI. |  | SMADS  – COPS – DEMES  SME | Anual |
|  | Taxa de evasão de PETI | Indicador para monitorar a evasão de crianças e adolescentes atendidas  pelo PETI. |  | SMADS  – COPS – DEMES | Anual |
|  |  |  | SME |  |
| **5) Monito- ramento do plano** | Taxa de execução financeira do PETI | Indicador que monitora os gastos com a execu- ção financeira do PETI. |  | CMETI | Anual |

#### 80

referências

# REFERÊNCIAS



BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social . Trabalho Infantil no Brasil: evolução e características de 2004 a 2014. ESTUDO TÉCNICO N.º 13/2015, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação,MDS. Brasília: MDS, 2015

. Revisão de experiências e programasde

combate ao trabalho infantil no Brasil e em outros países. ESTUDO TÉCNICO, N.º 08/ 2012, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, MDS. Brasília: MDS, 2012

. Caderno de Orientações Técnicas –Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. Brasília: MDS, 2010

.Perguntas e respostas: o desenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: MDS, 2014

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. –. Brasília: MTE, 2004

. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. –. Brasília: MTE, 2011

CHILDHOOD. Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Indicadores de Risco, Vulnerabilidade e Proteção. Pesquisa realizada em parceria com a Universidade Federal de Sergipe. CHILDOHOOD, 2014. [Disponível em www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/vitimas-de-](http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/vitimas-de-explora%C3%A7%C3%A3o-sexual-de-)exploração-sexual-de- crianças-e-adolescentes.pdf

DIAS, Júnior Cesar. Trabalho Infantil e Trabalho Infantil Doméstico no Brasil: Avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2012-2013). Plan Internacional e Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI. Brasília: FNPETII, 2015

FILHO, Raimundo Coelho de Almeida; NETO, Wanderlino Nogueira; GROF, Rogério. Guia Metodológico para Implementação de Planos de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Organização Internacional do Trabalho, OIT. Brasília: OIT, 2007

GOMES DA COSTA, Antônio Carlos. De Menor a Cidadão. Brasília: Ed. Fundação CBIA 1990 IBGE. Indicadores sobre a Situação do Trabalho Infantil no Brasil. Censo Demográfico 2010

LIMA, Antonio de Oliveira. Abordagem do trabalho infantil na escola. Procuradoria Regional do Trabalho da

7ª Região / UFC /UNDIME. Fortaleza: PRT da 7ª Região / UFC / UNDIME, 2008.

.AMARAL, Celia C. de Gurgel, REIS, M. Silvia L.. Programa de educação contra a exploração do trabalho da criança e do adolescente. Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região / UFC

/UNDIME. Fortaleza: PRT da 7ª Região / UFC / UNDIME , 2008.

CAVALIERI, C.H. O impacto do trabalho infantil sobre o desempenho escolar: Uma avaliação para o Brasil metropolitano. Tese de Doutorado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV. São Paulo: 2[002. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspac](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4649)e/handle/10438/4649

#### 81

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

CENDHEC. Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador em Pernambuco. Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social. Recife: Cendhec,2011

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Ministério Público: um retrato. Volume 4, dados de 2014, volume IV, Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília : CNMP, 2015.

GIOSA, Beatriz A. Nogueira. Trabalho infantil: entre a exploração e a sobrevivência. Dissertação de mestrado PUC/SP. São Paulo: 2010. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/.../Beatriz%20Aparecida%20 Nogueira%20Giosa.pdf

IPEA, Instituto de Pesquisas Aplicadas. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil na Visão dos seus Membros. Relatório de Pesquisa. IPEA. Brasília: IPEA, 2012

KASSOUF, A. L. Trabalho Infantil no Brasil. Tese de Livre Docência apresentada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo em outubro de 1999. Piracicaba: 1999

, A.L. Aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil. Trabalho baseado na tese de livre docência da autora, defendida na Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: [www.cepea.esalq.usp.br/](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/teseldrevisado.pdf)pdf/teseldrevisado.pdf

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago; MARQUES, Rafael Dias. Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP,2013

MELO, Jussara de; OLIVEIRA, José Ricardo; LAGO, Paulo H. de Melo. Guia orientador para elaboração de planos municipais para prevenção e erradicação do trabalho infantil. Recife: [2014. Disponível](http://docplayer/) em [http://docplayer.](http://docplayer/) com.br/7285338-Guia-orientador-para-elaboracao-de-planos-municipais-para-prevencao-e-erradicacao-do- trabalho-infantil.html

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Convenção n° 138: Convenção sobre idade mínima para admissão a emprego, 06/06/1[973. Disponível em: http://www.ilo.org/brasilia/convencoes/](http://www.ilo.org/brasilia/convencoes/lang--pt/index.htm)lang--pt/index.htm. Acesso em

. Convenção n. 182: Convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. [Disponível em : http://www.oitbrasil.org.br/](http://www.oitbrasil.org.br/) node/518

OIT, Organização Internacional do Trabalho, MDS. Boas práticas: combate ao trabalho infantil no mundo. Braília, OIT, 2015

. III Conferência Global sobre Trabalho Infantil: relatório final. Braília: OIT, 2014

. Nota 3 – Erradicar o trabalho infantil doméstico. Brasília, OIT, 2011

PEREIRA, Irani et al. Trabalho do Adolescente: mitos e dilemas. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, 1984

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Plano de Ação para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2011

.Secretaria Municipal de Saúde, Gerência da Vigilância em Saúde do Trabalhador, Coordenação de Vigilância em Saúde, Centros de Referência em Saude do Trabalhado. Diretrizes de Ação de Vigilância em Saude do Trabalhador - Contribuições para a Promoção do Trabalho Decente do Jovem Economicamente Ativo e Erradicação do Trabalho Proibido". São Paulo: PMSP, 2015

. Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saude do Trabalhador. Acidente do Trabalho. Boletim 01/2008. São Paulo: PMSP, 2008

#### 82

referências

. Secretaria Municipal de Saúde. Saúde em dados. CEINFO Nº14, junho 2015. São Paulo: 2015. [Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/publicacoes/)arquivos/publicacoes/ Boletim\_CEInfo\_Dados\_2015.pdf

. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo Integral: ampliando e construindo novos caminhos pedagógicos. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, [2015. Disponível em http://portal.sme.](http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/)prefeitura.sp.gov.br/ Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Programa-Sao-Paulo-Integral-

SANTOS, F.C. A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil. Dissertação de Mestrado. Departamento da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2006

SANTOS, Ria de Cassia B., Ferreira, Carlos A.. Discutindo o trabalho do adolescente na cidade de São Paulo: uma contribuição do Sistema de Vigilância de Acidente de Trabalho - SIVAT. Gerência da Vigilância em Saúde Ambiental, Coordenação de Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura de São Paulo (mimeo). São Paulo: PMSP, 2014.

TENDÊNCIAS, Consultoria H.. Trabalho infantil e adolescente: impacto econômico e desafios para a inserção dos jovens no mercado de trabalho no Cone Sul. São Paulo: [2013. Disponível em http://www.promenino.org.](http://www.promenino.org/) br/Servicos/Biblioteca/trabalho-infantil-e-adolescente-impacto-economico-e-os-desafios-para-a-insercao- de-jovens-no-mercado-de-trabalho-no-cone-sul.

TELEFÔNICA, Fundação. Trabalho Infantil e Adolescente: impactos econômicos e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho no cone Sul. Fundação Telefônica. São Paulo: 2013

TRAVESSIA, Fundação Projeto. Mapeamento do Trabalho Infantil no Centro de São Paulo. Programa de Educação de Rua/Petrobrás. Relatório. São Paulo: Fundação Travessia, 2013

UNICEF. Eca 25 anos: avanços e desafios para a infância e adolescência no Brasil. UNICEF. Brasília: UNICEF, 2015

. Situação Mundial da Infância 2015: Reimagine o futuro. Brasil: UNICEF, 2015

VERONESE, Josiane Rose Petry; CUSTÓDIO, André Viana. Trabalho infantil doméstico no Brasil. Editora Saraiva. São Paulo: 2013.

VIEIRA, Marcia Guedes. Trabalho Infantil no Brasil: Questões Culturais e Políticas Públicas. Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC)da Universidade de Brasília, 2[009. Disponível em: http://www.fnpeti.org.br/arquivos//biblioteca/1ee0](http://www.fnpeti.org.br/arquivos//biblioteca/1ee0fb8902655357fd99b5)fb8902655357fd99b5 42a9540875.pdf.

#### 83

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

# SITES



Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI [http://www.fnpeti.org.](http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca)br/arquivos/biblioteca

Fundação Projeto Travessia [www.travessia.org.br](http://www.travessia.org.br/)

Ministério do Trabalho e Emprego [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br/)

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br/)

Ministério Público de São Paulo [www.mpsp.mp.br](http://www.mpsp.mp.br/)

Ministério Público do Trabalho de São Paulo [www.prt2.mpt.gov.br](http://www.prt2.mpt.gov.br/)

Prefeitura de São Paulo, Secretarias Municipais [http://www.prefeitura.sp.gov.](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias)br/cidade/secretarias

Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo [http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/acaojovem)portal.php/acaojovem

UNICEF

#### <http://www.unicef.org/brazil>

84

índice de tabelas

# ÍNDICE DE TABELAS



Tabela 1: Evolução das Estimativas de Ocupados de 5 a 17 anos. Trabalho Infantil e Outras situações de trabalho permitidas pela legislação Brasil 2004-2014, pg.29

Tabela 2. Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, total, ocupadas e não ocupadas, nível de ocupa- ção, por grupos de idade. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010, pag. 31

Tabela 3. Nível de ocupação de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade e sexo. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010, pag. 32

Tabela 4. Percentual das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, ocupadas, por grupos de idade e cor ou raça. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010, pag. 32

Tabela 5. Total de adolescentes com ou sem carteira assinada de 14 ou 15 anos de idade. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010, pag. 33

Tabela 6. Total de jovens trabalhadores ocupados com ou sem carteira assinada de 16 ou 17 anos de idade. Brasil, es- tado de São Paulo e município de São Paulo, 2010, pag. 33

Tabela 7. Total de crianças e adolescentes ocupados e a frequência escolar. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010, pag. 34

Tabela 8. Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, ocupados na semana de referência, distribuídas pelas clas- ses de rendimento mensal do grupo do trabalho principal, por grupos de idade. Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo, 2010, pag. 35

Tabela 9. Denúncias recebidas diretamente pelo MPT São Paulo de Trabalho Infantil no Estado de São Paulo, pag. 38. Tabela 10. Principais Estabelecimentos da SMS que atendem Crianças e Adolescentes 2015, pg.41

Tabela 11. Acidente de trabalho ocorrido com adolescentes com menos de 18 anos, notificados no SINAN, segundo ano e faixa etária, MSP, 2015, pag. 42

Tabela 12. Acidente de trabalho com jovens economicamente ativos notificados no SINAN, segundo atividade econô- mica e gravidade, MSP, 2015, pag. 42

Tabela 13. Acidente de Trabalho ocorrido com adolescentes com menos de 18 anos, notificados no SINAN, segundo causa do acidente e sexo, MSP, 2015, pag. 43

Tabela 14. Acidente de Trabalho ocorrido com adolescentes com menos de 18 anos, notificados no SINAN, segundo diagnóstico da lesão e sexo, MSP, 2015, pag. 44

Tabela 15. Total de crianças e adolescentes com menos de 16 anos em situação de trabalho infantil no Município de São Paulo marcadas no CadÚnico, no período de Janeiro de 2012 a Janeiro de 2015, pag. 46

Tabela 16. Total de crianças, adolescentes e jovens com indicação de trabalho infantil cujas famílias estão no Programa Renda Mínima do Município de São Paulo, no período de Janeiro de 2012 a Janeiro de 2015, pg. 46

Tabela 17: Características dos Programas de Transferências do Município de São Paulo e Número de Beneficiários, pag. 47

Tabela 18. Serviços e Equipamentos da SMADS, pg. 47

Tabela 19. Total de atendimentos realizados a crianças e/ou adolescentes em situação de trabalho infantil pelo CREAS-PAEFI, 2012-2015, pg. 48

#### 85

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

Tabela 20. Quantidade de crianças de zero a 10 anos e de adolescentes de 11 a 15 anos abordados, em situação de trabalho infantil, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015, pag. 49

Tabela 21. Quantidade de crianças e adolescentes, de zero a 15 anos, em situação de trabalho infantil, de acordo com as dez ocupações mais desenvolvidas no Município de São Paulo, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015, pag. 50

Tabela 22. Quantidade de jovens trabalhadores de 16 a 17 anos, de acordo com as dez ocupações mais desenvolvidas no Município de São Paulo, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015, pg. 51

Tabela 23. Os dez distritos do Município de São Paulo com maior quantidade de crianças e adolescentes abordados, de 0 a 15 anos, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015, pg. 52

Tabela 24. Os dez distritos do Município de São Paulo com maior quantidade de jovens abordados, de 16 a 17 anos, no período de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2015, pg. 53

Tabela 25: Ocorrências de trabalho infantil na sexta e quinta-feira nas ruas São Bento, Alvares Penteado, Quitanda e Vale do Anhangabaú na região central da cidade de São Paulo, março 2016, pag. 54

Tabela 26: Ocorrências envolvendo crianças adolescentes por sexo (masculino e feminino) e por tipo de situação de trabalho infantil nas ruas São Bento, Alvares Penteado, pag. 54

Tabela 27: Caracterização de Programas/Projetos/Ações que atendem crianças e adolescentes da SMC, pag. 57 Tabela 28: Caracterização de Programas/Projetos/Ações que atendem crianças e adolescentes da SMVMA, pg. 59

Tabela 29: Relação de Instituições com projetos apoiados pela SMDTE através dos Programas Operação Trabalho (POT) e Bolsa Trabalho, pg. 61

Tabela 30: Número de cadastros de jovens de 14 a 17 anos no Programa Jovem Aprendiz, pg. 61

Tabela 31: Caracterização de Programas/Projetos/Ações de enfrentamento ao trabalho infantil da SMDHC, pg. 56

#### 86

anexos

# ANEXO 1



## LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL - LISTA TIP

**Atividade: Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 1. | Na direção e operação de tratores, máquinas agrí- colas e esmeris, quando motorizados e em movi- mento | Acidentes com máquinas, instrumentos ou ferramen- tas perigosas | Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenos- sinovites), mutilações, esmagamentos, fraturas |
| 2. | No processo produtivo do fumo, algodão, sisal, cana- de-açúcar e aba- caxi | Esforço físico e posturas viciosas; exposição a poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fun- gos e agrotóxicos; contato com substâncias tóxicas da própria planta; acidentes com animais peçonhentos; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; acidentes com instrumentos pérfuro-cortantes | Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossi- novites); pneumoconioses; intoxicações exógenas; cânceres; bissinoses; hanta- viroses; urticárias; envenenamentos; intermações; queimaduras na pele; enve- lhecimento precoce; câncer de pele; desi- dratação; doenças respiratórias; ceratoses actinicas; ferimentos e mutilações; apaga- mento de digitais |
| 3. | Na colheita de cítri- cos, pimenta mala- gueta e semelhantes | Esforço físico, levantamento e transporte manual de peso; pos- turas viciosas; exposição, sem proteção adequada, à radiação solar, calor, umidade, chuva e frio; contato com ácido da cas- ca; acidentes com instrumentos pérfuro-cortantes | Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossi- novites); intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actinicas; apagamento de digi- tais; ferimentos; mutilações |
| 4. | No beneficiamento do fumo, sisal, casta- nha de caju e cana-  -de-açúcar | Esforço físico, levantamento e transporte de peso; exposição a poeiras orgânicas, ácidos e substâncias tóxicas | Fadiga física; afecções músculo- esque- léticas, (bursite/ tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); intoxicações agudas/crônicas;rinite;bronquite; vômi- tos; dermatites cupacionais; apagamen- to das digitais |
| 5. | Na pulverização, manu- seio e aplicação de agro- tóxicos, adjuvantes, e produtos afins, incluindo limpeza de equipamen- tos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios | Exposição a substâncias químicas, tais como, pesticidas e fertilizan- tes, absorvidos por via oral, cutâ- nea e respiratória | Intoxicações agudas e crônicas; poli- neu- ropatias; dermatites de contato; derma- tites alérgicas; osteomalácias do adulto induzidas por drogas; cânceres; arritmias cardíacas; leucemias e episódios depres- sivos |
| 6. | Em locais de armaze- namento ou de benefi- ciamento em que haja livre desprendimento de poeiras de cereais e de vegetais | Exposição a poeiras e seus conta- minantes | Bissinoses; asma; bronquite; rinite alérgi- ca; enfizema; pneumonia e irritação das vias aéreas superiores |

#### 87

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 7. | Em estábulos, cavalari- ças, currais, estrebarias ou pocilgas, sem con- dições adequadas de higienização | Acidentes com animais e con- tato permanente com vírus, bactérias, parasitas, bacilos e fungos | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenos- sinovites); contusões; tuberculose; car- búnculo; brucelose; leptospirose; tétano; psitacose; dengue; hepatites virais; der- matofitoses; candidíases; leishmanioses cutâneas e cutâneo-mucosas e blastomi- coses |
| 8. | No interior ou junto a silos de estocagem de forragem ou grãos com atmosferas tóxicas, explosivas ou com defici- ência de oxigênio | Exposição a poeiras e seus con- taminantes; queda de nível; ex- plosões; baixa pressão parcial de oxigênio | Asfixia; dificuldade respiratória; asma ocu- pacional; pneumonia; bronquite; rinite; traumatismos; contusões e queimaduras |
| 9. | Na extração e corte de madeira | Acidentes com queda de árvores, serra de corte, máquinas e ofi- dismo | Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenos- sinovites); esmagamentos; amputações; lacerações; mutilações; contusões; fratu- ras; envenenamento e blastomicose |
| 10. | Em manguezais e lamaçais | Exposição à umidade; cortes; perfurações; ofidismo, e con- tato comexcrementos | Rinite; resfriados; bronquite; envene- namentos; intoxicações exógenas; der- matites; leptospirose; hepatites virais; dermatofitoses e candidíases |

**Atividade: PESCA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 12. | Na cata de iscas aquáticas | Trabalho noturno; exposição à radiação solar, umidade, frio e a animais carnívoros ou peçonhen- tos; afogamento | Transtorno do ciclo vigília-sono; quei- maduras na pele; envelhecimento precoce; hipotermia; lesões; envene- namentos; perfuração da membrana do timpano; perda da consciência; labirintite e otite média não supurativa e apnéia prolongada |
| 13. | Na cata de mariscos | Exposição à radiação solar, chu- va, frio; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; aci-  dentes com instrumentos pérfu- ro- cortantes; horário flutuante, como as marés; águasprofundas | Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses acti- nicas; hipertemia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; ferimentos; fadiga; distúrbios do sono; afogamento |
| 14. | Que exijam mergulho, com ou sem equipamento | Apnéia prolongada e aumento do nitrogênio circulante | Afogamento; perfuração da membrana do timpano; perda de consciência; ba- rotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite barotrau- mática; sinusite barotraumática; labirin- tite e otite média não supurativa |
| 15. | Em condições hiperbáricas | Exposição a condições hiperbári- cas, sem períodos de compressão e descompressão | Morte; perda da consciência; perfura- ção da membrana do timpano; intoxica- ção por gases (oxigênio ou nitrogênio); barotrauma; embolia gasosa; síndrome de Raynaud; acrocianose; otite |

#### 88

anexos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
|  |  |  | barotraumática; sinusitebarotraumáti- ca; labirintite; otite média não supura- tiva; osteonecrose asséptica e mal dos caixões (doença descompressiva) |

**Atividade: Indústria Extrativa**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacio- nais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 16. | Em cantarias e no preparo de cascalho | Esforço físico; posturas vicio- sas; acidentes com instru- mentos pérfuro-cortantes; exposição a poeiras minerais, inclusive sílica | Afecções músculo-esqueléticas (bur- sites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ferimentos e mutilações; rinite; asma; |
| 17. | De extração de pedras, areia e argila (retirada, cor- te e separação de pedras; uso de instrumentos con- tuso- cortantes, transporte e arrumação de pedras) | Exposição à radiação solar, chuva; exposição à sílica; levan- tamento e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; aci- dentes com instrumentos pérfu- ro- cortantes; condições sanitá- rias precárias; corpos estranhos | Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertermia; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; com- prometimento do desenvolvimento psicomotor; ferimentos; mutilações; parasitores múltiplas e gastroenterites; ferimentos nos olhos (córnea e esclera) |
| 18. | De extração de már- mores, granitos, pedras preciosas, semipreciosas e outros minerais | Levantamento e transporte de peso excessivo; acidentes com instrumentos contudentes e pérfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade e explosivos; gases asfixiantes | Fadiga física; afecções músculo- esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovi- tes); esmagamentos; traumatis- mos; ferimentos; mutilações; quei- maduras; silicose; bronquite;  bronquiolite; rinite; tuberculose; asma ocupacional; enfisema; fibrose pulmo- nar; choque elétrico; queimaduras e mutilações; asfixia |
| 19. | Em escavações, subterrâ- neos, pedreiras, garimpos, minas em subsolo e a céu aberto | Esforços físicos intensos; soter- ramento; exposição a poeiras inorgânicas e a metais pesados; | Afecções músculo-esqueléticas (bur- sites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); asfixia; anóxia; hipóxia; esmagamentos; queimaduras; fraturas; silicoses; tuberculose; asma ocupacio- nal; bronquites; enfisema pulmonar; cânceres; lesões oculares; contusões; ferimentos; alterações mentais; fadiga e estresse |
| 20. | Em locais onde haja livre desprendimento de poei- ras minerais | Exposição a poeiras inorgânicas | Pneumoconioses associadas com tuber- culose; asma ocupacional; rinite; silico- se; bronquite e bronquiolite |
| 21. | Em salinas | Esforços físicos intensos; levan- tamento e transporte manual de peso; movimentos repetitivos; exposição, sem proteção adequa- da, à radiação solar, chuva e frio | Fadiga física; stress; afecções múscu- lo- esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; cân- cer de pele; desidratação; doenças res- piratórias; ceratoses actinicas |

#### 89

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

**Atividade: Indústria de Transformação**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 22. | De lixa nas fábricas de cha- péu ou feltro | Acidentes com máquinas e instrumen- tos perigosos; exposição à poeira | Ferimentos; lacerações; mutilações; asma e bronquite |
| 23. | De jateamento em geral, exceto em pro- cessos enclausurados | Exposição à poeira mineral | Silicose; asma; bronquite; bronquioli- te; stress e alterações mentais |
| 24. | De douração, prateação, niquelação, galvanoplas- tia, anodização de alumí- nio, banhos metálicos ou com desprendimento de fumos metálicos | Exposição a fumos metálicos (cádmio, alumínio, níquel, cromo, etc), névoas, vapores e soluções ácidas e cáusticas; exposição a altas temperaturas; umi- dade | Intoxicações agudas e crônicas; asma ocupacional; rinite; faringite; sinusite; bronquite; pneumonia; edema pulmo- nar; estomatite ulcerativa crônica; der- matite de contato; neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; ulceração ou necrose do septo nasal; queimaduras |
| 25. | Na operação industrial de reciclagem de papel, plás- tico e metal | Exposição a riscos biológicos (bactérias, vírus, fungos e parasitas), como conta- minantes do material a ser reciclado, geralmente advindo de coleta de lixo | Dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; asma; bronquite; viroses; parasitoses; cânceres |
| 26. | No preparo de plumas e crinas | Exposição ao mercúrio e querosene, além de poeira orgânica | Transtornos da personalidade e de comportamento; episódios depressivos; neurastenia; ataxia cerebelosa; ence- falopatia; transtorno extrapiramidal do movimento; gengivite crônica; estomati- te ulcerativa e arritmias cardíacas |
| 27. | Na industrialização do fumo | Exposição à nicotina | Intoxicações exógenas; tonturas e vô- mitos |
| 28. | Na industrialização de cana de açúcar | Exposição a poeiras orgânicas | Bagaçose; asma; bronquite e pneumo- nite |
| 29. | Em fundições em geral | Exposição a poeiras inorgânicas, a fumos metálicos (ferro, bronze, alu- mínio, chumbo, manganês e outros); exposição a altas temperaturas; esforços físicos intensos; | Intoxicações; siderose; saturnismo; beriliose; estanhose; bronquite crônica; bronquite asmática; bronquite obstru- tiva; sinusite; cânceres; ulceração ou necrose do septo nasal; desidratação e intermação; afecções músculo- esque- léticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites) |
| 30. | Em tecelagem | Exposição à poeira de fios e fibras mistas e sintéticas; exposição a co- rantes; postura inadequadas e esfor- ços repetitivos | Bissinose; bronquite crônica; bron- quite asmática; bronquite obstrutiva; sinusite; fadiga física; DORT/LER |
| 31. | No beneficiamento de mármores, granitos, pedras preciosas, semi- preciosas e outros bens minerais | Esforços físicos intensos; acidentes com máquinas perigosas e instru- mentos pérfuro-cortantes; exposição a poeiras inorgânicas; acidentes com eletricidade | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenos- sinovites); traumatismos; ferimentos; mutilações; silicose; bronquite; bron- quiolite; rinite; tuberculose; asma ocu- pacional; enfisema; fibrose pulmonar; choque elétrico |
| 32. | Na produção de carvão vegetal | Exposição à radiação solar, chuva; con- tato com amianto; picadas de insetos e animais peçonhentos; levantamen- to e transporte de peso excessivo; posturas inadequadas e movimentos repetitivos; acidentes com instru- mentos pérfuro- cortantes; queda de toras; exposição à vibração, explosões e desabamentos; combustão espon- tânea do carvão; monotonia; estresse da tensão da vigília do forno; fumaça contendo subprodutos da pirólise e combustão incompleta: ácido piro- lenhoso, alcatrão, metanol, acetona, acetato, monóxido de carbono, dióxi- do de carbono e metano | Queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; hipertemia; reações na pele ou generalizadas; fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; com- prometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; traumatismos; lesões os- teomusculares; síndromes vasculares; queimaduras; sofrimento psíquico; intoxicações agudas e crônicas |

#### 90

anexos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 33. | Em contato com resíduos de animais deteriorados, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos ou dejetos de animais | Exposição a vírus, bactérias, baci- los, fungos e parasitas | Tuberculose; carbúnculo; brucelo- se; hepatites virais; tétano; psita- cose; ornitose; dermatoses ocupa- cionais e dermatites de contato |
| 34. | Na produção, processamen- to e manuseio de explosi- vos, inflamáveis líquidos, gasosos ou liquefeitos | Exposição a vapores e gases tóxicos; risco de incêndios e ex- plosões | Queimaduras; intoxicações; rinite; asma ocupacional; dermatoses ocupa- cionais e dermatites de contato |
| 35. | Na fabricação de fogos de artifícios | Exposição a incêndios, explosões, corantes de chamas (cloreto de potássio, antimônio trisulfito) e poeiras | Queimaduras; intoxicações; enfi- sema crônico e difuso; bronquite e asma ocupacional |
| 36. | De direção e operação de máquinas e equi- pamentos elétricos de grande porte | Esforços físicos intensos e aciden- tes com sistemas; circuitos e con- dutores de energiaelétrica | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cárdio-respiratória |
| 37. | Em curtumes, industrializa- ção de couros e fabricação de peles e peliças | Esforços físicos intensos; exposi- ção a corantes, alvejantes, álcalis, desengordurantes, ácidos, alumí- nio, branqueadores, vírus, bacté- rias, bacilos, fungos e calor | Afecções músculo-esquelética (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossi- novites); tuberculose; carbúnculo; bru- celose; antrax; cânceres; rinite crônica; conjuntivite; pneumonite; dermatites de contato; dermatose ocupacional e queimaduras |
| 38. | Em matadouros ou abatedouros em geral | Esforços físicos intensos; riscos de acidentes com animais e ferramentas pérfuro-cortantes e exposição a agentes biológicos | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; ferimentos; tuberculose; carbúnculo; brucelose e psitacose; antrax |
| 39. | Em processamento ou em- pacotamento mecanizado de carnes | Acidentes com máquinas, ferramentas e instrumen- tos pérfuro-cortantes; esforços repetitivos e ris- cos biológicos | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputação; corte; DORT/ LER; tuberculose; carbúnculo; brucelo- se; psitacose |
| 40. | Na fabricação de farinha de mandioca | Esforços físicos intensos; aciden- tes com instrumentos pérfuro- cortantes; posições inadequa- das; movimentos repetitivos; altas temperaturas e poeiras | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusão; amputações; cortes; quei- maduras; DORT/LER; cifose; escoliose; afecções respiratórias e dermatoses ocupacionais |
| 41. | Em indústrias cerâmicas | Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e mo- vimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes commáquinas  e quedas | Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; com- prometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; interma- ção; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; cho- ques elétricos |
| 42. | Em olarias nas áreas de fornos ou com exposição à umidade excessiva | Levantamento e transporte de peso; posturas inadequadas e mo- vimentos repetitivos; exposição ao calor e à umidade; exposição à poeira; acidentes commáquinas  e quedas | Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades osteomusculares; com- prometimento do desenvolvimento psicomotor; desidratação; interma- ção; doenças respiratórias, com risco de silicose; fraturas; mutilações; cho- ques elétricos |

#### 91

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 43. | Na fabricação debotões e outros artefatos de nácar, chifre ou osso | Acidentes com máquinas e fer- ramentas pérfuro-cortantes; esforços repetitivos e vibrações, poeiras e ruídos | Contusões; perfurações; cortes; dorsal- gia; cervicalgia; síndrome cervicobra- quial; tendinites; bursites; DORT/LER; alterações temporária do limiar auditi- vo; hipoacusia e perda da audição |
| 44. | Na fabricação de cimento ou cal | Esforços físicos intensos; ex- posição a poeiras (sílica); altas temperaturas; efeitos abrasivos sobre a pele | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); silicose; asma ocupacional; bronquite; dermatites; dermatoses ocupacionais; intermação; ferimentos; mutilações; fadiga e estresse |
| 45. | Na fabricação de colchões | Exposição a solventes orgâni- cos, pigmentos de chumbo, cádmio e manganês e poeiras | Encefalopatias tóxicas agudas e crô- nicas; hipertensão arterial; arritmias cardíacas; insuficiência renal; hipoti- reoidismo; anemias; dermatoses ocu- pacionais e irritação da pele e mucosas |
| 46. | Na fabricação de corti- ças, cristais, esmaltes, estopas, gesso, louças, vidros ou vernizes | Esforços físicos intensos; expo- sição a poeiras (sílica), metais pesados, altas temperaturas, corantes e pigmentos metálicos (chumbo, cromo e outros) e calor | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); queimaduras; catarata; silicose; asma ocupacional; bronquite; enfisema; intoxicação; dermatoses ocupacionais; intermação |
| 47. | Na fabricação de porcelanas | Exposição a poeiras minerais e ao calor; posições inadequadas | Pneumoconioses e dermatites; fa- diga física e intermação; afecções músculo- esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER |
| 48. | Na fabricação de artefatos de borracha | Esforços físicos intensos; exposi- ção a produtos químicos, antio- xidantes, plastificantes, dentre outros, e ao calor | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); câncer de bexiga e pulmão; asma ocu- pacional; bronquite; enfisema; intoxi- cação; dermatoses ocupacionais; inter- mação e intoxicações; queimaduras |
| 49. | Em destilarias de álcool | Exposição a vapores de eta- nol, metanol e outros riscos químicos; risco de incêndios e explosões | Cânceres; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; intermação; asma ocupacional; bronquites; quei- maduras |
| 50. | Na fabricação de bebidas alcoólicas | Exposição a vapores de etanol e a poeira de cereais; exposição a bebidas alcoólicas, ao calor, à for- mação de atmosferas explosivas; incêndios e outros acidentes | Queimaduras; asfixia; tonturas; into- xicação; irritação das vias aéreas su- periores; irritação da pele e mucosas; cefaléia e embriaguez |
| 51. | No interior de resfriado- res, casas de máquinas, ou junto de aquecedores, fornos ou alto-fornos | Exposição a temperaturas extre- mas, frio e calor | Frio; hipotermia com diminuição da capacidade física e mental; calor, hi- pertermia; fadiga; desidratação; dese- quilíbrio hidroeletrolítico e estresse |
| 52. | Em serralherias | Exposição a poeiras metálicas tó- xicas, (chumbo, arsênico cádmio), monóxido de carbono, estilhaços de metal, calor, e acidentes com máquinas e equipamentos | Neoplasia maligna dos brônquios e pul- mões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; queimaduras; cortes; amputações; traumatismos; conjuntivite; catarata e intoxicações |

#### 92

anexos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 53. | Em indústrias de móveis | Esforços físicos intensos; ex- posição à poeira de madeiras, solventes orgânicos, tintas e vernizes; riscos de acidentes com máquinas, serras e ferramentas perigosas | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfisema intersticial; asma ocupacional; cortes; amputações; traumatismos; dermato- se ocupacional; anemias; conjuntivite |
| 54. | No beneficiamento de madeira | Esforços físicos intensos; exposi- ção à poeira de madeiras; risco de acidentes com máquinas, ser- ras, equipamentos e ferramentas perigosas | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossi- novites); asma ocupacional; bronquite; pneumonite; edema pulmonar agudo; enfizema intersticial; asma ocupacional; dermatose ocupacional; esmagamentos; ferimentos; amputações; mutilações; fadiga; stress e DORT/LER |
| 55. | Com exposição a vibra- ções localizadas ou de corpo inteiro | Vibrações localizadas ou generalizadas | Síndrome cervicobraquial; dor articu- lar; moléstia de Dupuytren; capsulite adesiva do ombro; bursites; epicondilite lateral; osteocondrose do adulto; doen- ça de Kohler; hérnia de disco; artroses e aumento da pressão arterial |
| 56. | De desmonte ou demoli- ção de navios e embarca- ções em geral | Esforços físicos intensos; expo- sição a fumos metálicos (ferro, bronze, alumínio, chumbo e outros); uso de ferramentas pesa- das; altas temperaturas | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenos- sinovites); asfixia; perda da consciência; fibrilação ventricular; queimaduras; fraturas; contusões; intermação; perfu- ração da membrana do timpano |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 57. | Em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica | Exposição à energia de alta ten- são; choque elétrico e queda de nível. | Eletrochoque; fibrilação ventricular; pa- rada cárdio-respiratória; traumatismos; escoriações fraturas |

**Atividade: Construção**



**Atividade: Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 58. | Construção civil e pesada, incluindo construção, res- tauração, reforma e demo- lição | Esforços físicos intensos; risco de acidentes por queda de nível, com máquinas, equipamentos e ferramentas; exposição à poeira de tintas, cimento, pigmentos metálicos e solventes; posições inadequadas; calor; vibrações e movimentos repetitivos | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; fraturas; esmagamentos; traumatismos; afecções respiratórias; dermatites de contato; intermação; síndrome cervicobraquial; dores arti- culares; intoxicações; polineuropatia periférica; doenças do sistema he- matopoiético; leucocitose; episódios depressivos;  neurastenia; dermatoses ocupacio- nais; DORT/LER; cortes; contusões; traumatismos |

#### 93

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

**Atividade: Comércio (Reparação de Veículos Automotores Objetos Pessoais e Domésticos)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trab- alhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 59. | Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou re- cauchutagem de pneus | Esforços físicos intensos; expo- sição a produtos químicos, an- tioxidantes, plastificantes, entre outros, e calor | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossi- novites); queimaduras; câncer de bexiga e pulmão; asma ocupacional; bronquite;  enfisema; intoxicação; dermatoses ocupa- cionais; intermação e intoxicações |

**Atividade: Transporte e Armazenagem**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 60. | No transporte e armazena- gem de álcool, explosivos, inflamáveis líquidos, gaso- sos e liquefeitos | Exposição a vapores tóxicos; ris- co de incêndio e explosões | Intoxicações; queimaduras; rinite e dermatites de contato |
| 61. | Em porão ou convés de navio | Esforços físicos intensos; risco de queda de nível; isolamento, calor e outros riscos inerentes às cargas transportadas | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lesões; fraturas; contusões; trauma- tismos; fobia e transtorno do ciclo vigília-sono |
| 62. | Em transporte de pessoas ou animais de pequeno porte | Acidentes de trânsito | Ferimentos; contusões; fra- turas; traumatismos e muti- lações |

**Atividade: Saúde e Serviços Sociais**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 63. | No manuseio ou apli- cação de produtos químicos, incluindo limpeza de equipamen- tos, descontaminação, disposição e retorno de recipientes vazios | Exposição a quimioterápicos e outras substâncias químicas de uso terapêutico | Intoxicações agudas e crônicas; polineu- ropatia; dermatites de contato; derma- tite alérgica; osteomalácia do adulto induzida por drogas; cânceres; arritmia cardíaca; leucemias; neurastenia e epi- sódios depressivos |
| 64. | Em contato com ani- mais portadores de doenças infecto-conta- giosas e em postos de vacinação de animais | Exposição a vírus, bactérias, parasitas e bacilos | Tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite; conjuntivi- te; pneumonia; dermatite de contato e dermatose ocupacional |
| 65. | Em hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros esta- belecimentos destinados ao cuidado da saúde humana, em que se tenha contato direto com os pacientes ou se manuseie objetos de uso dos pa-  cientes não previamente esterilizados | Exposição a vírus, bactérias, pa- rasitas e bacilos; stress psíquico e sofrimento;  acidentes com material biológico | Tuberculose; AIDS; hepatite; meningi- te; carbúnculo; toxaplasmose; viroses, parasitoses; zoonose; pneumonias; candidíases; dermatoses; episódios depressivos e sofrimento mental |
| 66. | Em laboratórios destina- dos ao preparo de soro, de vacinas e de outros produtos similares | Exposição a vírus, bactérias, parasitas, bacilos e contato com animais de laboratório | Envenenamentos; cortes; lacerações; hepatite; AIDS; tuberculose; carbúnculo; brucelose; psitacose; raiva; asma; rinite crônica; conjuntivite; zoonoses; ansieda- de e sofrimento mental |

#### 94

anexos

**Atividade: Serviços Coletivos, Sociais, Pessoais e Outros**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 67. | Em lavanderias industriais | Exposição a solventes, cloro, sa- bões, detergentes, calor e movi- mentos repetitivos | Polineurites; dermatoses ocupacio- nais; blefarites; conjuntivites;inter- mação; fadiga e queimaduras |
| 68. | Em tinturarias e estam- parias | Exposição a solventes, co- rantes, pigmentos metálicos, calor e umidade | Hipotireoidismo; anemias; polineu- ropatias; encefalopatias; hipertensão arterial; arritmia cardíaca; insufici- ência renal; infertilidade masculina; queimaduras; intermação e depres- são do Sistema Nervoso Central. |
| 69. | Em esgotos | Esforços físicos intensos; ex- posição a produtos químicos utilizados nos processos de trata- mento de esgoto, tais como cloro, ozônio, sulfeto de hidrogênio e outros; riscos biológicos; espaços confinados e riscos de explosões | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, te- nossinovites); escolioses; disfunção olfativa; alcoolismo; asma; bronquite; lesões oculares; dermatites; dermato- ses; asfixia; salmoneloses; leptospirose e disfunções olfativas |
| 70. | Na coleta, seleção e benefi- ciamento de lixo | Esforços físicos intensos; exposi- ção aos riscos físicos, químicos e biológicos; exposição a poeiras tóxicas, calor; movimentos repe- titivos; posições antiergonômicas | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, te- nossinovites); ferimentos; lacerações; intermações; resfriados; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral; infecções respiratórias; piodermites; desidratação; dermatoses ocupacionais; dermatites de contato; alcoolismo e disfunções olfativas |
| 71. | Em cemitérios | Esforços físicos intensos; calor; ris- cos biológicos (bactérias, fungos, ratos e outros animais, inclusive peçonhentos); risco de acidentes e estresse psíquico | Afecções músculo-esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenos- sinovites); ferimentos; contusões; der- matoses ocupacionais; ansiedade; al- coolismo; desidratação; câncer de pele; neurose profissional e ansiedade |
| 72. | Em serviços externos, que impliquem em ma- nuseio e porte de valo- res que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensagei- ros, continuos) | Acidentes de trânsito e exposição à violência | Traumatismos; ferimentos; ansiedade e estresse |
| 73. | Em ruas e outros lo- gradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros) | Exposição à violência, drogas, as- sédio sexual e tráfico de pessoas; exposição à radiação solar, chuva e frio; acidentes de trânsito; atropelamento | Ferimentos e comprometimento do desenvolvimento afetivo; dependência química; doenças sexualmente trans- missíveis; atividade sexual precoce; gravidez indesejada; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respi-  ratórias; hipertemia; traumatismos; ferimentos |
| 74. | Em artesanato | Levantamento e transporte de peso; manutenção de posturas inadequadas; movimentos repeti- tivos; acidentes com instrumentos pérfuro-cortantes; corpos estra- nhos; jornadas excessivas | Fadiga física; dores musculares nos membros e coluna vertebral; lesões e deformidades ostemusculares; com- prometimento do desenvolvimento psicomotor; DORT/LER; ferimentos; mutilações; ferimentos nos olhos; fadi- ga; estresse; distúrbios do sono |

#### 95

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 75. | De cuidado e vigilância de crianças, de pessoas idosas ou doentes | Esforços físicos intensos; violência física, psicológica e abuso sexual; longas jornadas; trabalho notur- no; isolamento; posições antier- gonômicas; exposição a riscos biológicos. | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); DORT/LER; ansiedade; alterações na vida familiar; síndrome do esgotamen- to profissional; neurose profissional; fadiga física; transtornos do ciclo vigília-sono; depressão e doenças transmissíveis. |

**Atividade: Serviço Doméstico**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 76. | Domésticos | Esforços físicos intensos; isola- mento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; ca- lor; exposição ao fogo, posições antiergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformida- des da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias |

**Atividade: Todas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trab- alhos** | **Prováveis Riscos Ocupacionais** | **Prováveis Repercussões à Saúde** |
| 77. | De manutenção, limpeza, lavagem ou lubrificação de veículos, tratores, motores, componentes, máquinas ou equipamen- tos, em que se utilizem solventes orgânicos ou inorgânicos, óleo diesel, desengraxantes ácidos ou básicos ou outros pro-  dutos derivados de óleos minerais | Exposição a solventes orgâ- nicos, neurotóxicos, desen- graxantes, névoas ácidas e alcalinas | Dermatoses ocupacionais; encefalo- patias; queimaduras; leucocitoses; elaiconiose; episódios depressivos; tremores; transtornos da personali- dade e neurastenia |
| 78. | Com utilização de instru- mentos ou ferramentas perfurocontantes, sem proteção adequada capaz de controlar o risco | Perfurações e cortes | Ferimentos e mutilações |
| 79. | Em câmaras frigoríficas | Exposição a baixas temperaturas e a variações súbitas | Hipotermia; eritema pérnio; geladu-  ra (Frostbite) com necrose de teci- dos; bronquite; rinite; pneumonias |
| 80. | Com levantamento, trans- porte, carga ou descarga manual de pesos, quando realizados raramente, supe- riores a 20 quilos, para o gê- nero masculino e superiores a 15 quilos para o gênero feminino; e superiores a 11 quilos para o gênero mascu- lino e superiores a 7 quilos para o gênero feminino, quando realizados freqüen- temente | Esforço físico intenso; traciona- mento da coluna vertebral; so- brecarga muscular | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); lombalgias; lombociatalgias; escolio- ses; cifoses; lordoses; maturação pre- coce das epífises |

#### 96



anexos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 81. | Ao ar livre, sem proteção adequada contra exposição à radiação solar, chuva , frio | Exposição, sem proteção adequa- da, à radiação solar, chuva e frio | Intermações; queimaduras na pele; envelhecimento precoce; câncer de pele; desidratação; doenças respiratórias; ceratoses actinicas; hipertemia; dermatoses; dermatites; conjuntivite;queratite; pneumonite; fadiga; intermação |
| 82. | Em alturas superiores a 2,0 (dois) metros | Queda de nível | Fraturas; contusões; traumatis- mos; tonturas; fobias |
| 83. | Com exposição a ruído continuo ou intermitente acima do nível previsto na legislação pertinente em vigor, ou a ruído de impacto | Exposição a níveis elevados de pressão sonora | Alteração temporária do limiar audi- tivo; hipoacusia; perda da audição; hipertensão arterial; ruptura traumáti- ca do timpano; alterações emocionais; alterações mentais e estresse |
| 84. | Com exposição ou manuseio de arsênico e seus com- postos, asbestos, benzeno, carvão mineral, fósforo e seus compostos, hidrocar- bonetos, outros compostos de carbono, metais pesados (cádmio, chumbo, cromo e mercúrio)e seus compostos, silicatos, ácido oxálico, ní- trico, sulfúrico, bromídrico, fosfórico, pícrico, álcalis cáusticos ou substâncias nocivas à saúde conforme classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) | Exposição aos compostos quí- micos acima dos limites de tole- rância | Neoplasia maligna dos brônquios e pulmões; angiosarcoma do fígado; polineuropatias; encefalopatias; ne- oplasia maligna do estômago, laringe e pleura; mesoteliomas; asbestoses; arritmia cardíaca; leucemias; síndro- mes mielodisplásicas; transtornos mentais; cor pulmonale; silicose e síndrome de Caplan |
| 85. | Em espaços confinados | Isolamento; contato com po- eiras, gases tóxicos e outros contaminantes | Transtorno do ciclo vigília-sono; rinite; bronquite; irritabilidade e estresse |
| 86. | De afiação de ferramentas e instrumentos metálicos em afiadora, rebolo ou esmeril, sem proteção coletiva contra particulas volantes | Acidentes com material cortante e com exposição a particulas me- tálicas cortantes desprendidas da afiadora | Ferimentos e mutilações |
| 87. | De direção, operação, de veículos, máquinas ou equi- pamentos, quando moto- rizados e em movimento (máquinas de laminação, forja e de corte de metais, máquinas de padaria, como misturadores e cilindros de massa, máquinas de fatiar, máquinas em trabalhos com madeira, serras circulares, serras de fita e guilhotinas, esmeris, moinhos, cortado- res e misturadores, equi- pamentos em fábricas de papel, guindastes ou outros  similares) | Esforços físicos; acidentes com ferramentas e com sistemas condutores de energia elétrica | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras e parada cárdio-respi- ratória |

#### 97

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 88. | Com exposição a radia- ções ionizante e não-  -ionizantes (microondas, ultravioleta ou laser) | Exposição a radiações não-  -ionizante e ionizante (raios X, gama, alfa e beta) em processos industriais, terapêuticos ou pro- pedêuticos (em saúde humana ou animal) ou em prospecção; pro- cessamento, estocagem e trans- porte de materiais radioativos | Carcinomas baso-celular e espino- ce- lular; neoplasia maligna da cavidade nasal, brônquios, pulmões, ossos  e cartilagens articulares; sarcomas ósseos; leucemias; síndrome mielodis- plásicas; anemia aplástica; hemorra- gias; agranulocitose; polineuropatia; blefarite; conjuntivite; catarata; gastroenterite; afecções da pele e do tecido conjuntivo relacionadas com a radiação, osteonecrose e infertilidade masculina |
| 89. | De manutenção e reparo de máquinas e equipamentos elétricos, quando energi- zados | Esforços físicos intensos; expo- sição a acidentes com sistemas, circuitos e condutores de energia elétrica e acidentes com equipa- mentos e ferramentas contuso-  -cortantes | Afecções músculo-  -esqueléticas(bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); mutilações; esmagamentos; fraturas; queimaduras; perda temporária da consciência; carbonização; parada cárdio- respiratória |

**Atividades Prejudiciais à Moralidade**

|  |  |
| --- | --- |
| **Item** | **Descrição dos Trabalhos** |
| 1. | Aqueles prestados de qualquer modo em prostibulos, boates, bares, cabarés, danceterias, casas de massagem, saunas, motéis, salas ou lugares de espetáculos obscenos, salas de jogos de azar e estabelecimentos análogos |
| 2. | De produção, composição, distribuição, impressão ou comércio de objetos sexuais, livros, revistas, fitas de vídeo ou cinema e cds pornográficos, de escritos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos pornográficos que possam prejudicar a formação moral |
| 3. | De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas |
| 4. | Com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais. |

O Decretoo Nºo6.481 (12/6/2008), da Presidência da República, Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, regulamenta os artigos 3 , e 4 da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratoa da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imeodiata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo n 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto n 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.

#### 98

anexos

#### 99

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

#### 100

anexos

# ANEXO 2



##### DECRETO Nº 47.225, DE 25 DE ABRIL DE 2006

Institui a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.

GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, CON- SIDERANDO que a erradicação do trabalho infantil constitui uma das prioridades da política pública de assistência e desenvolvimento social no Município de São Paulo, por meio do Programa São Paulo Protege; CONSIDERANDO a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI neste Município, bem como as diretrizes previstas na Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001, da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, estabelecendo a necessidade de ser constituída a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, para contribuir com as ações de combate ao trabalho infantil,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, de caráter consultivo, propositivo e de articulação, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, de acordo com a Portaria nº 458, de 4 de outubro de 2001, da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 2º. A comissão ora instituída terá as seguintes atribuições:

1. - contribuir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno da problemática do trabalho infantil;
2. - sugerir procedimentos complementares às diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;
3. - participar, juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, da definição das atividades laborais priorizadas e número de crianças e adolescentes a serem atendidos no Município, inclusive os casos específicos de adolescentes com 15 (quinze) anos deidade;
4. - participar da elaboração do Plano Municipal de AçõesIntegradas;
5. - interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das famílias, crianças e adolescentes, visando otimizar os resultados do PETI;
6. - articular-se com organizações governamentais e não-governamentais, agências de fomento e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, para apoio logístico, atendimento às demandas judiciais e assistência advo- caticia e jurídica;
7. - sugerir a realização de estudos, diagnósticos e pesquisas para análise da situação de vida e trabalho das famílias, crianças e adolescentes;
8. - recomendar a adoção de meios e instrumentos que assegurem o acompanhamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito do PETI;
9. - acompanhar o cadastramento das famílias, sugerindo critérios complementares para sua seleção, em conjunto com SMADS;
10. - aprovar, em conjunto com SMADS, os cadastros das famílias a serem beneficiadas pelo PETI, inclusive os casos específicos de adolescentes com 15 (quinze) anos deidade;
11. - acompanhar e supervisionar, de forma complementar, as atividades desenvolvidas pelo PETI; XII - denunciar, aos órgãos competentes, a ocorrência de trabalhoinfantil;
12. - receber e encaminhar, aos setores competentes, as denúncias e reclamações sobre a implementação e execução do PETI;
13. - estimular e incentivar a capacitação e a atualização dos profissionais e representantes das instituições prestado- ras de serviços para o público-alvo;
14. - contribuir com o levantamento e consolidação de informações, apresentando subsídios a SMADS, com vistas à operacionalização e avaliação das ações implantadas.

Art. 3º. A comissão de que trata este decreto será composta por 1 (um) representante dos órgãos e colegiados a seguir relacionados:

1. - Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS;
2. - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
3. - Conselhos Tutelares, representados pela Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo; IV - Comissão Municipal dos Direitos Humanos - CMDH; V - Se-

cretaria Municipal do Trabalho - SMTRAB;

101

Plano MuniciPal de Prevenção e erradicação do Trabalho infanTil e ProTeção ao JoveM Trabalhador

1. - Secretaria Especial para Participação e Parceria - SEPP;
2. - Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP; VIII - Secretaria Municipal de Cultura - SMC;
3. - Secretaria Municipal de Educação - SME;
4. - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME;
5. - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS; XII - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA;
6. - Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA;
7. - demais órgãos e representações da sociedade civil, nos termos previstos no artigo 5º deste decreto.

§ 1º. Cada representante contará com um suplente.

§ 2º. A comissão será presidida pelo Secretário de SMADS.

§ 3º. As atividades exercidas pelos membros da comissão não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 4º. Os titulares das Secretarias, os presidentes dos Conselhos e da Comissão Municipal dos Direitos Humanos, referidos no artigo 3º deste decreto, e o coordenador da comissão a que se refere o inciso III do "caput" do artigo 3º deste decreto deverão, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhar a SMADS, órgão gestor do PETI, a indicação de seus representantes e respectivos suplentes para integrar a comissão ora criada.

Art. 5º. Caberá ao Secretário de SMADS oficiar à Vara da Infância e Juventude, ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Delegacia Regional do Trabalho da 2a Região, ao Ministério Público do Estado de São Paulo e às representações da sociedade civil, formalizando o convite para que indiquem os respectivos representantes, titulares e suplentes que integrarão a comissão.

Art. 6º. Recebidas as indicações, caberá ao Secretário de SMADS, mediante prévia aprovação do COMAS, formalizar, mediante portaria, a constituição da comissão.

Art. 7º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de abril de 2006, 453º da fundação de SP. GILBERTO KASSAB, PREFEITO

ANTONIO FLORIANO PEREIRA PESARO,

Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

#### 102



